

# Cenários de práticas culturais em Portugal (1979-1995)

Idalina Conde

*Resumo:* Na intenção de um balanço que, grosso modo, tem por referência a última década em Portugal, apresenta-se aqui um registo empírico de práticas culturais. Convocam-se os indicadores de várias fontes, propondo também um ponto da situação relativamente aos principais estudos sociológicos entretanto surgidos neste domínio. Analiticamente, o registo é sobretudo sensível à polaridade que estrutura o campo dos lazeres: a saber, a cavada assimetria entre consumos domiciliários e “cultura das saídas”.

*Palavras-chave:* Práticas culturais; Públicos; Lazer

## 1. Um balanço

Com o objectivo de um balanço de práticas culturais na última década e meia em Portugal, procurar-se-à concertar em “diálogo” possível as várias “vozes” representadas por dados empíricos diversos. Embora com a consciência de insuficiências e inconsistências estatísticas que nem sempre consentem um escrutínio seguro ou exaustivo, até pelo facto de só em finais de 80 se poder começar a contar com estudos de referência. Mas mesmo nestes limites, a consulta de fontes joga com indicadores por forma a compor o mosaico relativo a padrões e mutações num período de desenvolvimento da sociedade portuguesa que, de resto, viria a conhecer uma “culturalização” algo inédita em discursos, iniciativas e expectativas - políticas, económicas, simbólicas. Saber até que ponto o fenómeno corresponde à sua recepção - com tradução em hábitos e consumos -, é o propósito desta *sinopse empírica*, pensada antes de mais como um registo documental<sup>1</sup>.

A sinopse está organizada em duas partes que seguem, grosso modo, a ordem dada pelos dois centros de gravidade do campo dos *lazer*s<sup>2</sup> onde se inscrevem os *lazer*s *culturais* num sentido amplo e os *cultivados* em particular, começando pela esfera *endo-domiciliar* com a sua panóplia de equipamentos e práticas domésticas, para passar depois do *indoors* ao *outdoors*. Ou seja, passar da domesticidade como contexto duplamente receptivo e interactivo onde o telespectador, ouvinte e leitor pode fazer uso solitário ou partilhado de suportes/bens/emissões culturais, à esfera *exo-domiciliar* a ver num repertório de saídas que mobilizam interesses, investimentos e trocas com o exterior. E isto, também por via de indicadores que, de estatísticas a inquéritos disponíveis, informem sobre perfis de públicos efectivos e potenciais, embora numa acepção naturalmente menos exigente de “público” como a que se imporia em estudos mais aprofundados<sup>3</sup>.

Ao situarmo-nos do lado da *procura* - de diversidade tendencialmente homóloga aos tipos de *oferta* dos mercados culturais -, a “grelha” de leitura com a respectiva convocação dos dados empíricos pode ser desde logo sugerida pelos vários *actos* constitutivos das *práticas* culturais, cada um com as suas lógicas e efeitos. Ao nível do ter, a *posse* realizada em compras, aquisições e investimentos nos *equipamentos* que povoam espaços pessoais e colectivos. Ao nível do fruir, o *uso* destes *suportes* em modos diferentemente activos e expressivos. Ao nível do fazer, ou praticar na acepção dileitante e voluntarista do termo, o *exercício* amador de *actividades* culturais (às vezes com expectativas para-profissionais) em que, ao invés da postura apenas receptiva como noutras práticas, o indivíduo dobra em si a condição de autor e de destinatário. Finalmente, ao nível do assistir, a *frequenta*ção de espectáculos e outros acontecimentos que, solicitando a lógica da saída rumo a *acontecimentos*, se contrapõe ao uso e recepção domiciliária de suportes, bens, emissões.

Nesses actos podem repousar os eixos analíticos do presente balanço, mas note-se como apenas recobrem uma dimensão das práticas culturais: a das suas *modalidades*. Querer cobrir o *sentido* cultural dessas práticas exigiria mais: ainda a dimensão dos *conteúdos* a que responde a análise sociológica da relação entre gosto(s) e artes, temáticas, géneros. O balanço, porém, não desenvolve essa conotação substantiva das práticas culturais pela qual agir significa escolher conteúdos - gostar e excluir - por decisão a um tempo consciente, pretendida, e inconsciente ou “naturalizada”, porque inscrita na matriz do sistema de disposições de *habitus*. Outro lugar haverá para estudar as escolhas ventiladas por gostos, e estes ancorando/agenciando “simbólicas” como sistemas classificatórios que guiam as orientações subjectivas dos indivíduos, grupos, classes, sempre

na base de um vínculo com as suas condições objectivas. É desta remissão para a estrutura do espaço social, cohortes geracionais e contextos de inserção (meios onde se vive, círculos de pertença e redes de afinidade) que vive o entendimento dos gostos, acessos e competências em matéria de lazer e cultura. E é também dela que depende a compreensão de uma outra face da participação na vida cultural. A saber, *regularidade* (assiduidade vs efemeridade) e *composição* (cumulatividade vs selectividade) que organizam os regimes de consumo em práticas culturais como conjuntos estruturados, ou *conglomerados*, no interior dos diversos estilos e modos de vida<sup>4</sup>. No balanço, aludiremos a esta dimensão da *organização* das práticas para completar a noção de actos sobretudo reportável à dimensão das modalidades. Mesmo assim, convém insistir na latitude do conceito de práticas culturais não inteiramente recoberta aqui, cuja *multidimensionalidade* se presta à construção de matrizes bem mais complexas, tal como têm vindo a ser propostas alguns autores<sup>5</sup>.

Por outro lado, o balanço dirige-se quase em exclusivo a práticas das mais conotadas com *lazer*es culturais<sup>6</sup>: ocupação de tempos livres por públicos orientados para *objectos* (bens, equipamentos) e *situações* (emissões, acontecimentos) emblemáticos da cultura na acepção cultivada e ainda mediática do termo. Assume-se, pois, um recorte *temático* que, de modo algum, confina aí a *problemática* bem mais transversal das práticas culturais. Isto é, práticas a reconhecer nessa condição de culturais, na esfera da vida quotidiana, nas saídas e consumos comuns, noutra tipo de lazeres, mesmo no interior do mundo do trabalho. A latitude do conceito impede cingir *práticas culturais* a *práticas cultivadas* - contra qualquer adesão “legitimista” à hierarquia das legitimidades que a dominação simbólica incessantemente instala no universo socialmente assimétrico da(s) cultura(s) -, e por isso não se deve confundir alguma economia *na* análise com economia *da* análise.

Há no entanto um duplo reparo no nosso entender não menos oportuno a este propósito. Em primeiro lugar, a tentação (antropológica e sociologicamente legítima) de “abrir” extensamente o conceito de práticas culturais não pode (ou não deve) implicar alguma descaracterização. A *especificidade* de cada tipo de práticas culturais - e o das práticas cultivadas em particular, desde logo a começar pelo facto da sua raridade “distintiva” no regime geral dos consumos -, pede clareza analítica. Quer dizer, ao invés do uso indistinto ao termo, pede recurso a diferentes categorias designatórias e interpretativas para distinguir o *subconjunto* das práticas cultivadas no *conjunto* das práticas culturais.

Em segundo lugar, parece pedagógico reconhecer que esse uso indistinto nem sempre evita um desequilíbrio comprometedor. Quando, na

lógica do relativismo ou democratismo analítico, se assiste a uma espécie de “reparação” sociológica dos “déficits” em cultura cultivada, que os efeitos da dominação simbólica colocam do lado do mundo “ordinário” junto dos perfis sociais mais “desapossados” em capital cultural. É o caso dos discursos que, comandados pelo critério teoricamente legítimo de cultural ser tudo, reservam um olhar quase encantatório sobre a suposta banalidade do quotidiano, e quase compensatório no modo como densificam a “expressividade” das práticas anódinas, mais ainda quando se inscrevem nos modos de vida e culturas populares. O que se torna problemático é o procedimento *a contrario* - relativo esvaziamento dessa “expressividade” - numa “leitura” muito instrumental das práticas cultivadas. Reduzidas à quase caricatura de servirem a “representação” da distinção burguesa e de representarem o investimento pequeno-burguês na “distinção”. Como sempre, também aqui (e talvez sobretudo aqui), não é demais reiterar que o *compromisso* da sociologia existe com uma *simetria* capaz de garantir que nem as cumplicidades do elitismo nem as tentações do populismo atravessem ou se insinuem no nosso olhar<sup>7</sup>.

## 2. Indoors

### 2.1 A posse e o uso: que suportes para que práticas?

Realizada por aquisições de bens, a posse exprime uma das orientações da procura cultural, a do consumo predominantemente domiciliário servido pelo tipo específico de ofertas a cargo das indústrias culturais: indústrias de *suportes* (equipamentos ou aparelhagens), indústrias de *múltiplos* (livro, disco, etc), indústrias da *informação* (imprensa e audiovisual). Marcada pela lógica da reprodutibilidade, e cuja lógica dominante subentende a privatização de “mobiliários culturais”, consumos e relações sociais, a oferta *indoors* está em contraponto com a ofertas *outdoors* das artes performativas e outros acontecimentos ao vivo com o requisito da interação presencial, das saídas e das trocas no exterior. Agora, ofertas com a propriedade inversa da raridade relativa, ou de reprodutibilidade condicionada, só possível quando esses acontecimentos passam à imagem por gravação/teledifusão<sup>8</sup>.

Claro que para além de exemplos “clássicos” como o cinema, recontextualizado do *outdoors* no *indoors* pela emissão televisiva e o circuito vídeo, no enclave de uma e outra lógica, com a hipótese de servir uma e outra orientação, há casos passíveis de dupla sediação, ainda que fundados no princípio da raridade contrária à da reprodutibilidade das

indústrias. As artes plásticas, por exemplo, tanto vistas em exposições, como susceptíveis de se tornarem património doméstico pela compra, em variantes que vão do coleccionismo sistemático - muito raro - ao decorativismo episódico. Mas a dicotomia serve basicamente o recorte de polaridades no interior de uma visão sistémica cujo interesse está em articular desta forma tipos de oferta com orientações da procura sujeita à dupla pressão *centrípeta/centífuga* do *indoors/outdoors*. Ilumina, portanto, homologias entre regimes de consumo e lógicas de produção cultural, subentendendo em paralelo cadeias de interdependências/concorrências não apenas na relação “dentro”/“fora”. Ainda internas a cada um destes espaços. Tal como no espaço público, o espaço doméstico é intersectado por diversos mercados culturais. Cumula vários tipos de oferta concorrendo entre si por audiências específicas (telespectadores; auditores de música; leitores), e nele emissões e ou bens dão entrada para também conhecerem regimes de reciclagem específicos em diferentes modos (temporais) de aquisição/apropriação tecnológica. Mas não só. A “cronotopia” dos lazeres<sup>9</sup> trazida pela oposição entre pólo endo - e exodomiciliar que coloca a casa no *epicentro* de uma correlação de forças assimétrica - porque hegemonzada pela supremacia do primeiro graças ao impacto da massmediatização cultural -, contextualiza as práticas culturais/cultivadas noutras dimensões fundamentais. A saber, *acessibilidades espaciais* e *disponibilidades temporais*, que consentem ou inibem a entrada num consumo cultural cumulativo e assíduo.

Na esfera domiciliar, a diferenciação dos equipamentos pode fazer-se por critérios de ordem económica, técnica e cultural, tanto em termos de *recursos* investidos, como de *competências* requeridas e *agenciamentos* por eles mobilizados. São os critérios que, elucidam sobre a problemática sociológica dos acessos a esse património pessoal (dos indivíduos) e/ou colectivo (das famílias e de espaços institucionais), contribuindo igualmente para alguma classificação das práticas domésticas. Por exemplo, tendo em vista o grau de intervenção consentido aos utentes, poder-se-à falar de *práticas receptivas* que vão da exposição (algo) “passiva” a emissões inalteráveis pelo receptor ainda que por ele escolhidas - caso da televisão e da rádio -, a um protagonismo aquisitivo que “activa” o investimento na escolha. Neste caso, a audição e o televisual secundam compras ou aquisições selectivamente dirigidas (discos, também cassetes vídeo comprada ou alugadas). Naturalmente que os binómios “passividade/actividade”, “exposição/protagonismo”, pedem a necessária relativização. Nem mesmo nas condições em que mais aparentemente se está no “grau zero” da intervenção o receptor deixa de ter a seu cargo a “produção de sentido” na relação/projecção que estabelece com suportes,

imagens, mensagens, de acordo com perspectiva semiologicamente oportuna de Elíseo Véron, ou a praxeologia de Michel de Certeau. Duas concepções sensíveis ao “consumidor praticante”, com “táticas” de apropriação que, sobretudo Certeau, viu correlativas do “contrapoder” criativo do(s) utente(s) face ao poder “estratégico” - dominador, homogeneizador - veiculado pelos media e instituições<sup>10</sup>.

Também se pode falar de *práticas operacionais* quando o suporte, prestando-se a registos plurais, serve de meio para usos eventualmente (auto)expressivos por parte de um mesmo autor/receptor: a câmara vídeo, a máquina fotográfica e de filmar, outros instrumentos audiovisuais. Ou falar ainda em *práticas intelectivas*, uma designação porventura truncada, mas evocada para distinguir a leitura e a especificidade da relação com um bem como o livro que, mobilizando competências e referenciais letrados ou intelectuais da “cultura escrita”, contrastam com os tempos e os modos perceptivos da “cultura imagética” associada ao audiovisual. E para certos equipamentos com disponibilidade para um duplo uso (lúdico e/ou funcional, de valência escolar e/ou profissional) como o computador, exemplo dos mais flagrantes, finalmente falar em *práticas ambíguas e polivalentes* cujo sentido radicar-se-á nos contextos e propósitos com que são usados<sup>11</sup>.

Em síntese, enquanto *artefactos materiais* e *dispositivos agenciais*, os equipamentos configuram reservas de procedimentos na passagem da posse ao uso em práticas de sede domiciliar. Mas com reservas, porque a fronteira *indoors/outdoors* pode não servir de critério fixo ou literal para hipóteses de ubiquidade: é o caso da leitura realizada ou não casa, e sobretudo a audição de rádio como exemplo de prática móvel nos vários contextos da vida quotidiana. Por outro lado, à dupla condição de artefactos e dispositivos, os equipamentos juntam a de *patrimónios simbólicos*, prestando-se à sinalização estatutária que lhes dá a significação como “objectos-signo”, em particular os mais emblemáticos do “capital cultural objectivado”<sup>12</sup>. Ilustrando, o decrescendo na hierarquia social e simbólica leva, canonicamente, patrimónios como obras de arte ou antiguidades (e posse desse objecto-fétiche da distinção que é por excelência o piano, ícone da ambiência cultural burguesa), a objectos intelectuais mais dessacralizados como o livro literário, por exemplo, mas apesar de tudo ainda atravessado pela (alguma) importância simbólica de figurar na biblioteca pessoal ou familiar, para se chegar à base da hierarquia com a banalização das tecnologias domésticas. Ainda que parcialmente, traremos aqui esta problemática do “mobiliário cultural”, por via de indicadores que mostram como mesmo o panorama dos equipamentos em princípio mais generalizados é atravessado pela lógica da diferenciação.

## 2.1. Equipamentos em casa

Um primeiro levantamento de práticas culturais dos portugueses, realizado pelas diversas regiões do país entre 1985 e 1988 (*Inquérito Práticas*), constitui ponto de partida para o cenário relativo aos equipamentos como suportes em casa para práticas domésticas. Ou melhor, em casas, clivadas pela cavada assimetria social e geográfica testemunhada por esse estudo: espaços urbanos sempre sobre-equipados e espaços rurais sempre sub-equipados, numa tendência só cortada pela transversalidade de médias como a televisão e rádio, e em tudo agravada para o caso de suportes dos mais raros, onerosos, inclusive mais exigentes em competências “operativas”.

De resto, até no contexto dessa transversalidade mediática, se faziam sentir os efeitos da assimetria. Os valores máximos da posse (a ultrapassar o patamar de 90%), correspondiam a meios urbanos, enquanto mínimos da ordem dos 67% (TV) e 81% (rádio) pertenciam a zonas rurais. Deve ainda observar-se a elevada persistência até datas tardias da televisão a preto e branco (de novo acentuada nos espaços mais desequipados) cuja posse oscilava entre os 50-70% ao longo das várias regiões do país, para justamente encontrar o mínimo de 39% onde mais dominava a TV a cores: a área metropolitana de Lisboa<sup>13</sup>. Uma outra fonte (*Estudo Procura*) usa dados que confirmam a dominância nacional da TV a preto e branco. Em 1984 apenas 24% das casas portuguesas estariam equipadas com TV a cores (implantada em Portugal em 1980), com a inversão da tendência a partir de 1988 quando cerca de 58% da população passa a ver emissões a cores - quota estimada na ordem dos 74% em 1990 e 83% em 1992.

Também se afirmava aí que as emissões a cores beneficiavam um pouco mais os jovens: de 1984 a 1990 passam de cerca de 31% para 87% no escalão dos 13-24 anos, e de 37% a 83% nos de 25-34 anos. Aliás, em 1988 o *Inquérito Juventude* mostrava como ter TV a cores ainda se inscrevia nos sonhos de 27% dos jovens, havendo 63% que já a tinham em casa, mas como posse predominantemente familiar, não pessoal. É um sonho que exprime de forma quase linear a hierarquia de classes: bem mais expectativo junto dos jovens de estrato médio-inferior (34%), atingindo mesmo 50% dos de mais baixa condição, ao invés de 2% e 12% nos estratos superior e médio-superior onde a posse da TV a cores era, respectivamente, de 92% e 82% (contra só 54% e 29% nos outros casos). Por outro lado, o *Inquérito Juventude* atesta a maior penetração do televisor a cores em casas dos mais novos: grosso modo, 66% junto dos jovens de 15-20 (60% nos de 21-29 anos), embora acima (25-29 anos)

umentasse a posse propriamente pessoal (já não só familiar) do equipamento (21% contra menos de 2% nos grupo de 15-20 anos).

Outra fonte estatística do INE (*Indicadores*) reitera a cobertura nacional dos media (Quadros 1 e 2, 2A). Entre 1987 e 1990, a posse da televisão passa de 82% para 91%, progressão sensivelmente mais rápida em lugares com menos de 10.000 habitantes (de 79% para 89%, logo +10% em 3 anos), contra +6% nos de dimensão superior e +4% nas duas maiores cidades. Em 95, já parece estar-se a menos de 4 pontos para que a televisão exista em todas as casas do país, mas para também ficarmos a conhecer a (ainda) diminuta presença da parabólica (10%), só capaz de dobrar ou quase dobrar este valor nos maiores agregados.

**Quadro 1:** Alguns equipamentos por agregado populacional (1987-1992) (%)\*

Equipamentos p/ agregado	A no	1987				1990				1992			
		T	A	B	C	T	A	B	C	T	A	B	C
Televisão		83	79	91	93	91	89	97	97	95	91	98	98
Rádio/gravador/gira-discos e materiais similares		72	69	76	79	81	79	87	86	86	80	92	90
Materiais fotográficos e similares		14	11	22	27	25	19	38	42	43	31	59	53
Computador pessoal		3	1	4	7	5	3	9	13	8	5	14	14

\* valores arredondados

Fonte: *Indicadores de Conforto*, INE.

Legenda:

Salvo o total (T) relativo a 1987 que se refere apenas ao Continente por não haver dados globais, os outros totais reportam-se ao país. Mas os valores por tipo de agregado são só para o Continente: A - menos de 10 000 habitantes; B - 10 000 e mais habitantes (excluindo Lisboa e Porto); C - cidades de Lisboa e Porto.

**Quadro 2:** Alguns equipamentos por agregado populacional (1995) (%) \*

1995	País	Continente	Menos de 10 000 hab. (Continente)	10 000 e + hab. (s/ Lisboa, Porto) (Continente)	Cidades de Lisboa e Porto (Continente)
Televisão	96	96	94	98	98
Antena parabólica	9	10	4	19	13
Rádio/gravador/gira-discos	82	81	78	87	79
Alta fidelidade	31	32	21	48	39
Leitor de CD's	19	19	9	31	28
Material fotográfico e similar	38	38	28	55	39
Vídeogravador	45	45	32	63	51
Câmara de vídeo	8	9	5	13	12
Telemóvel	3	2	2	4	6
Computador pessoal	11	12	6	21	16

\* valores arredondados

Fonte: *Indicadores de Conforto*, INE



**Quadro 2 (A):** Alguns equipamentos por regiões (1995) (%)\*

1995	Norte	Centro	Lisboa e Val do Tejo	Alentejo	Algarve	R.A. dos Açores	R.A. da Madeira
Televisão	97	94	98	95	96	97	98
Antena parabólica	7	7	17	4	9	5	8
Rádio/gravador/gira-discos	84	79	79	78	83	84	91
Alta fidelidade	31	24	42	21	35	25	19
Leitor de CD's	19	12	27	10	14	18	18
Material fotográfico e similar	35	32	47	28	43	32	46
Vídeogravador	42	31	57	34	51	46	53
Câmara de vídeo	8	5	12	5	10	7	...
Telemóvel	4	2	3	1	4	1	...
Computador pessoal	10	10	19	6	9	8	6

\* valores arredondados ... valores inferiores a 0,5

Fonte: *Indicadores de Conforto*. INE

Tecnologicamente contíguo à televisão o vídeo chega, no entanto, a grande distância, e incomparavelmente maior quando se passa do suporte receptivo (vídeo-gravador) ao suporte operativo (câmara). No triénio 1987-92, o vídeo aparece na categoria de materiais fotográficos e similares, cuja compra conhece um aumento de 14% para 25% (+9%, +17% e +16% nos vários agregados). E segundo outras fontes já citadas (Quadro 3), de meados a finais dos anos 80 o vídeo pertence ao universo dos bens tanto raros quanto, social e etariamente distintos. Aliás, excessivamente escasso no *Inquérito Práticas* que regista um intervalo de variação apenas de 0%-10% (só análogo a um dispositivo como o projector de slides e superior à posse de projector/máquina de filmar), discordando, pelo menos em parte, com o *Estudo Procura* que avançava com 14% dos lares nacionais equipados com vídeo em 1988 (passando a 40% em 92)<sup>14</sup>. O facto de, no mesmo ano, os também 14% (Quadro 3) terem sido encontrados no seio da juventude portuguesa (16% nos segmentos mais novos), sugere o investimento familiar nestas tecnologias domésticas sob “pressão” da procura juvenil. O exemplo do computador resulta sintomático: em 88 (*Inquérito Juventude*) cerca de 12% dos jovens, sobretudo os mais novos (com 15%, um valor que desce para metade em idades superiores desse inquérito dirigido à população portuguesa de 15-29 anos) tinham em casa o equipamento, contra uma posse nacional diminuta - 3% em 1987 (Quadro 1) -, só dobrada nas duas maiores cidades.

De acordo com esta lógica de raciocínio, a indução juvenil deve ter participado, então, na aceleração das compras audiovisuais e informáticas.

Em 1995 quase metade (45%) da população portuguesa já tinha vídeo-gravador em casa (Quadros 2, 2A), apesar da câmara vídeo não atingir 9%, assim como a presença domiciliar do computador subiu daqueles 3% para 11%. Apesar de tudo, um dado que ainda obriga a relativizar perspectivas automatistas quanto à “informatização” da sociedade portuguesa. E na complementaridade/confronto de fontes, (Quadro 3) vale a pena assinalar disparidades que, mesmo quando não comprometem conclusões sobre tendências globais, obrigam à relativização dos números. É o caso do desvio entre 70% que o *Inquérito Lisboa* avançava em 1994 para a posse do vídeo, e 57% que o INE dá em 95 para a região de Lisboa e Vale do Tejo.

Na geografia dos equipamentos, os dados recentes do INE continuam a apresentar Lisboa e Vale do Tejo como região sobre-equipada, com o seu “alter-ego” deficitário no Alentejo. Também já antes (*Inquérito Práticas*) o Alentejo representava mínimos em meios rurais - mas, segundo os dados algo problemáticos desse inquérito, para curiosamente se opor então não tanto a Lisboa, antes aos máximos do Norte Litoral. No entanto, a possibilidade de observar a evolução dessa geografia segundo a dimensão do agregado, como acontece com *Indicadores* do INE, põe limites à dicotomização simples rural/urbano, grandes centros/periferias. Sendo de certo modo essa a base de partida em 1987, as “micrópoles” de 10.000 habitantes não só vieram a neutralizar assimetrias, como se equiparam e até chegam a ultrapassar as “metrópoles”. Os suportes musicais, por exemplo, sobem em todo o país de 72% a 86% em 5 anos; em 1992, acercam-se ou vão acima de 90%, quer nessas “micrópoles”, quer nas duas “metrópoles. Em 1995 podemos distinguir suportes de alta fidelidade face ao conjunto dos suportes: 32% no país, com valor inferior (21%) nos agregados mais pequenos e justamente superior (48%) nos “intermédios” ou “micrópoles”. De resto, são ainda as “micrópoles” que voltam a sobressair para a posse de leitor de CD’s: 31%, acima do valor nacional de 19% e contra apenas 9% nos agregados de menor dimensão. E repare-se como também para a generalidade dos outros equipamentos tais *habitats* comandam a posse: assim acontece, mesmo com desvios superiores a +10% face às grandes cidades, no caso de material fotográfico e similar ou vídeo-gravador; aumentam também cerca de +4% a posse de computador pessoal e quase igualam a de telemóvel. Exprime-se assim tendências de urbanização e modernidade de que os equipamentos, sobretudo tecnológicos, constituem um pequeno (e naturalmente grosseiro) indicador; tendências sugestivamente compensatórias para défices acusados sobretudo no *Inquérito Práticas*.

No *Inquérito Práticas* os suportes musicais conheciam uma graduação hierarquicamente significativa. Se a popularidade tocava mais o gra-

vador-leitor de cassetes (máx: 67%; min: 32%) do que o gira-discos (máx: 53%; min: 11%), por seu turno este ficava bem acima da aparelhagem a pertencer já ao universo dos bens raros (máx: 35%; min: 8%). E mesmo um critério tão minimalista como ter em casa pelo menos 6 cassetes e 6 discos mantinha as assimetrias sócio-regionais dando máximos urbanos de 63%/56% e mínimos rurais de 30%/16%. Tais valores, já de si modestos, caíam drasticamente no conjunto dos bens raros, de posse predominantemente urbana. Agora, com penetração tão exígua que, nisso reflectia o contraste radical entre o confinamento de práticas operativas ou polivalentes - possíveis no uso lúdico/instrumental da máquina de filmar, de projecção, do vídeo, mesmo do computador -, e a hegemonia de práticas receptivas (TV/rádio). Em todo o caso, e para além de incoincidências entre fontes diferentes, importa é salientar que, para além da ventilação dos dados por perfis sociográficos (quando há dados) informar sobre acessos à posse sempre caucionados por vantagens sociais em termos de profissão, rendimento e instrução, sobressai antes de mais a variável da geração na omnipresença dos suportes audiovisuais. E em particular dos suportes musicais. O *Inquérito Juventude* era concludente a esse propósito, apesar dos limites que ainda pesavam em 1988 quanto a uma suposta “democracia musical”. Na medida em que a família possui ou já entrara na propriedade pessoal dos jovens, é certo que só 1% ainda aspirava ter um rádio. Mas este valor ascendia a cerca de 10% para o gravador (4% e 5% nos estratos superiores e médio-altos; 21% nos mais baixos), para finalmente subir até aos 21% no caso do gira-discos (com a grande oposição entre os dois extremos sociais entre 6% e 38%)<sup>15</sup>.

Conjuntamente com a “era da música”, aos jovens cola-se, pois, uma “cultura da técnica-imagem” expressa no *Inquérito Juventude* por via de um indicador como o dos sonhos de aquisição. Invariavelmente polarizados nos bens mais raros - quase omniausentes nas gerações mais idosas, quer do mundo rural, quer de universos pouco urbanizados no *Inquérito Práticas* - os sonhos dirigiam-se ao vídeo e ao computador (desejo de ter na ordem de 64% e 48%), à máquina de filmar (58%) e bastante menos à máquina fotográfica (21%), também porque cerca de 44% das famílias e 22% dos jovens a possuíam. Mas também menos à guitarra/viola (27%). Indicador de como a dita “era da música” se consubstancia na prática receptiva da audição, ao mesmo tempo que, exemplar de equipamentos socialmente distintivos, a guitarra/viola ainda serve de chamada de atenção para disjunções possíveis na tríade posse, privação e desejo de aquisição com fundamento nas clivagens sociais e no modo como aí radica a lógica diferencial das “necessidades”.

Com efeito, posse familiar e desejo juvenil do instrumento musical no estrato superior (respectivamente, 43% e 58%) contrastavam com priva-

**Quadro 3:** Suportes audiovisuais (%)\*

	Inquérito Práticas (1985-1988)**				Inquérito Juventude (1988)		
	Região M. de Lisboa (1988)	Região M. do Porto (1986)	Variação (regiões/habitats)		Total <sup>1</sup>	15/20 <sup>a</sup>	21/29 <sup>a</sup>
			máximo	mínimo			
Gravador-leitor <i>18-34 anos</i>	64 70	61 60	67 (NL/u) 89 (NL/u)	32 (Alt/r) 35 (NL/r)	77	80	75
Gira-discos <i>18-34 anos</i>	53 56	47 30	53 (L) 72 (NL/u)	11 (Alt/r) 12 (Alt/u)	66	68	64
Cassetes(pelo menos 6) <i>18-34 anos</i>	58 70	57 63	63 (NL/u) 78 (NL/u)	30 (BI/r) 18 (BL/u)	Despesa 76	familiares: 17 do próprio: 59	
Discos (pelo menos 6) <i>18-34 anos</i>	56 63	48 48	56 (L) 72 (NL/u)	16 (BI/r) 20 (NI/u)			
Aparelhagem <i>18-34 anos</i>	34 37	26 25	35 (NL/u) 61 (NL/u)	8 (Alt/r) 11 (NI/r)			
Guitarra/viola					14	15	14
Máquina fotográfica	50	44	50 (L)	12 (N/r)	67	69	64
Máquina de filmar	5	6	6 (P)	- (NL/r; ER/u)	7	9	5
Projector de slides	10	7	10 (L)	- (vários)			
Projector de filmes	4	-	4 (Alg)	- (vários)			
Vídeo	10	4	10 (L)	- (Alt/r)	14	16	12
	Inq. Lisboa (1994); 70						
(Micro) computador	8	5	8 (L)	- (BI/r; Alt/r)	12	15	9

<sup>a</sup> valores arredondados \*\* dados apresentados em linha

Legenda:

u - urbano; r - rural; L - Lisboa; P - Porto; N - Norte (geral); NI - Norte Interior; NL - Norte Litoral; BI - BeiraInterior; ER - Estremadura e Ribatejo; Alt - Alentejo; Alg - Algarve.

i. valores acumulados da posse familiar e pessoal; ii. valores médios (por agregação de tipos de posse e subcategorias etárias);

ção e desinteresse nas classes populares (posse familiar e pessoal abaixo de 1%, mas sem que aqui os jovens lhe aspirassem)<sup>16</sup>. Vê-se como às vezes mas nem sempre privação e desejo andam juntos em “mercados culturais” como este dos equipamentos onde as “necessidades” não ancoram num princípio universal de definição. Socialmente constituída e construída, a “necessidade” *subjectiva* de tocar um instrumento como a guitarra/viola, conotado com o diletantismo boémio da juventude no protótipo estudantil; essa “necessidade” legitimada tanto pela “excelência” cultural do equipamento quanto pelo “mérito” pedagógico de o usar, só responde, assim, a uma socialização culturalmente “apetente”, e mesmo

à experiência de bem maior libertação das “necessidades” *objectivas* junto dos jovens mais favorecidos da juventude. Significativamente, os jovens populares dispensavam o instrumento, e uma lógica algo próxima - ainda que estatisticamente para valores muito diferentes - pode até atravessar um bem transversalmente cobiçado como o computador. Nos jovens de baixa condição era bastante desejado (37%) porque junto deles a posse aproximada de 3% contrastava com 37% no estrato superior (onde, de resto, o computador já fazia parte da propriedade pessoal dos próprios jovens na ordem dos 28%, havendo só cerca de 10% para a propriedade familiar). Contudo, e de novo muito significativamente, antes do computador, nos lares modestos ainda se desejava mais uma simples TV a cores (50%).

As projecções aquisitivas atestam, pois, a recorrência das clivagens sociais, mesmo se em reflexos de sinal contrário. Seja quando se assiste à “contra-regra” de não querer o que falta (como no caso da guitarra/viola), porque a clivagem repousa precisamente aí, na relação (e na definição) díspar entre “necessidade/não necessidade” consoante os universos sociais implicados. Seja quando a “regra” é todos querem a mesma coisa. Quer dizer, querer equipamentos tornados assim identitários para uma geração da “cultura da imagem”, e onde os déficits (ainda sonhos) de uns face aos recursos (já posse) de outros jovens se tornam então mais penosos, porque exprimem bem mais a frustração relativa. Não por acaso, em 1988 o exemplo do vídeo era flagrante segundo os dados do *Inquérito Juventude*: se a aspiração junto dos herdeiros de topo apenas rondava 28% porque 67% o tinham em casa, salta para 59% junto dos desapossados de baixo (onde a posse se ficava em 2%)<sup>17</sup>.

A concluir a incursão pelos equipamentos, resta um olhar sobre o suporte-livro para a prática intelectual da leitura que, reiteradamente, tende a ser contextualizada no cenário da concorrência entre “cultura escrita” e “cultura da imagem”. Todavia, as análises mais credíveis suspendem essa correlação inversa e linear porque, nos termos dos autores do *Inquérito Leitura*, existem “trânsitos” na cadeia livro-filme-livro, ao mesmo tempo que não são baixos os índices de audiência televisiva entre os leitores de livros<sup>18</sup>. Quanto aos dados seguintes, servem de indicador elementar. Mais substancialmente, incluir o(s) livro(s) no “mobiliário cultural” implicaria diferenciar os livros de facto “patrimonializáveis” nas bibliotecas domésticas (e que outros o são menos, porquê), assim como, claro está, o suporte-livro apenas diz respeito a um subconjunto das práticas de leitura, extensíveis a todo o material impresso como jornais e revistas que podem ocorrer ou não no universo da domesticidade. Interessam como os indicadores da posse. Como expressão aproximativa do acesso/investimento

vs exclusão/ distância face a este bem cultural passível de muitas graduações: banal, operacional, escolástico ou cultivado, respectivamente nas versões do livro de entretenimento, técnico-profissional, escolar e erudito/literário.

**Quadro 3A:** Aquisição e posse de livros (%)\*

Livros (pelo menos 6)	Inquérito Práticas (1985-1988)**				Inquérito Juventude (1988)		
	Região M. de Lisboa (1988)	Região M. do Porto (1986)	Variação (regiões/habitats)		Total	15/20	21/29
			máximo	mínimo			
	79	81	81 (P)	43 (NI/r)			
	Revistas/livros científicos				Despesas: familiares: 15 35 próprio: 20		
Compras de livros (último ano):	Inquérito Leitura						
	(1988)				(1995)		
	Leitores de livros <sup>1</sup>						
	Total	Grd	Méd	Peq	Total		
	nenhum	9	6	3	14	11	
	1-5 livros	33	11	23	44	39	
	6-20 livros	43	44	61	29	42	
+ de 20 livros	9	36	10	4	8		
não compra livros	4	1	1	6	-		

\* valores arredondados \*\* valores geralmente em linha

Legenda:

i. nesta tipologia, os grandes leitores (Grd) leram + de 20 livros, os médios leitores (Méd) leram entre 6 e 20 livros e os pequenos leitores (Peq) leram entre 1 e 5 livros.

O Quadro 3A reúne várias fontes, duas delas pouco informativas. No *Inquérito Práticas* o indicador só acabou revelador *a contrario* pois, mesmo para um critério tão minimalista como o de ter pelo menos 6 livros em casa, e tão elíptico por ficarmos na dúvida sobre o tipo de livros contabilizados (todos ou só não escolares?), ainda assim continuou a reiterar a dualidade rural-urbano. Quanto ao *Inquérito Juventude*, também só ajuda por confronto com os gastos em “consumíveis” musicais (discos, cassetes) (Quadro 3). Gastos superiores (76%) aos que os jovens e família desembolsam em revistas/livros científicos (35%) e gastos, aliás, bem menos a cargo dos próprios jovens (20% contra 59% naqueles “consumíveis”). Resta uma fonte, esta sim de referência para o domínio do livro e da leitura (*Inquérito Leitura*) nas suas duas edições com 7 anos

de intervalo. Entre 1988 e 95 há uma relativa estabilidade nas aquisições de livros - apesar de alguma retracção no volume de compras anuais, compensada pelo facto de em 95 terem desaparecido os 4% que em 88 nem sequer tinham o hábito de comprar livros. E os dados de 88 eram ainda relevantes de uma inversão simetricamente quase perfeita entre o tipo de leitores de livros e volume das compras, explicável pelas variáveis sociológicas "clássicas" como o grau de instrução e a indução à leitura na socialização familiar<sup>19</sup>: escassos grandes leitores (8%) como maiores compradores (de 6 a 20 e + livros: 80%); a maioria de pequenos leitores (54%) como menores compradores (até 5 livros: 58%). E a dimensão das bibliotecas domésticas não escapa, também ela, a esta lógica<sup>20</sup>.

## 2.2. Práticas domésticas

O percurso por equipamentos respondeu em grande parte à questão de partida - que suportes para que práticas, ou que posse para que uso -, com a dominância da TV, secundada pela rádio, a comandar a hegemonia das práticas de audiência. O Quadro 4, continuando a complementar/confrontar fontes, refere sumariamente o grau de exposição a este media - frequência, duração -, e posturas face ao suporte, o televisor. Mostra que a extensão da cobertura nacional da TV conduz ao aumento do televisionamento como prática receptiva regular/diária.

Segundo o *Estudo Procura*, passa de 64% em 1984 a 76% em 1991, enquanto os dados do *Inquérito Práticas* (sempre a ler condicionalmente) balizavam a média nacional em meados desse período por um máximo regional de quase 94% e um mínimo de 61% (com o critério de novo minimalista de ver TV pelo menos 1h por dia). Propunham também em 1988 um valor para a Região Metropolitana de Lisboa (85%; dois anos antes, na do Porto, 89%) afinal já próximo nessa altura daquele que viria a ser (re)encontrado pelo *Inquérito Lisboa* (83%). O *Inquérito Lisboa* situa ainda, em 1994, para a duração média do televisionamento o intervalo entre cerca de 3h e 2h por dia livre/dia útil; em 1990, os dados do *Estudo Procura* registavam essa duração em 3h e + diárias para metade da população portuguesa - em particular o 1º Canal da RTP, secundado pelo 2º Canal. Qualquer fonte, mesmo com variações quantitativas, aponta assim para a omnipresença da TV no quotidiano doméstico. Vale no entanto a pena olhar os dados na perspectiva das gerações porque, mesmo sem comprometer essa conclusão geral, ao invés de uma leitura linear sobressai alguma contraditoriedade talvez só explicável pela devida contextualização das fontes. É que o *Inquérito Lisboa* vem de algum modo inflectir a inferência

mais óbvia do *Estudo Procura* (de âmbito nacional) e, indirectamente, moderar a própria perspectiva do *Inquérito Juventude*.

**Quadro 4:** Práticas receptivas: televisonamento (%)\*

Frequência:	Inquérito Práticas (1985-1988) **										
	Região M. de Lisboa (1988)	Região M. do Porto (1986)	Variação (reg/ab)								
			máximo	mínimo							
pelo menos 1h/dia	85	89	94(Alg/ru)	61 (BU/r)							
idade regularmente 15-20 anos 60 e + anos ocasionalmente 15-20 anos 60 e + anos raramente nunca	Inq. Lisboa (1994)	Inq. Juventude (1988)	idade	Estudo Procura (1991)							
				1984				1990			
					país	13/24	25/34	país	13/17	18/24	25/34
				D	64	68	67	76	91	77	78
				QD	16	16	19	11	7	14	15
				2/3V	4	5	4	5	2	6	4
				+R	8	8	6	3	-	2	2
				N	8	3	4	5	-	1	1
	Duração (em média) a ver televisão restantes tempos livres	dia livre	dia útil	total geral	1991						
					até 1h	2h	3h	4h	5h e +		
					26	23	20	13	17		
				idade	16	20	23	16	25		
				13-17	28	22	17	17	16		
			18-24	29	24	18	12	17			
Comportamentos <sup>iii</sup>	frequentem	algumas vezes	rarament.	nunca							
	rotina	68	17	9	6						
	acompanhamento	40	28	18	13						
	automatismo	34	29	19	17						
	zapping	49	37	9	4						
	prolongamento	37	47	12	3						
	interactividade	2	5	9	82						
	intimização	20	13	10	56						
comensalidade	49	26	9	15							
sociabilidade	14	38	29	18							
Uso do vídeo (filmes)	regularmente	ocasional.	rarament.	nunca							
	41	14	15	29							

\* valores arredondados \*\* valores geralmente em linha

Legenda:

*Estudo Procura:* D - diariamente; QD - quase diariamente; 2/3 V - 2/3 vezes por semana; +R - mais raramente; N - nunca

i. Raramente/ nunca

ii. Comportamentos (face ao televisor). Sintetizam-se assim as expressões usadas no Inquérito Lisboa: Rotina - «Ligar a TV sem saber qual a programação»; Acompanhamento - «Ligar a TV e ir fazer outra coisa»; Automatismo - «Chegar a casa e ligar logo a TV»; Zapping - «Alternar/mudar o canal de TV»; Prolongamento - «Comentar programas que vin na TV»; Interactividade - «Participar telefonicamente nos programas em que isso é pedido»; Intimização - «Ver TV na cama»; Comensalidade - «Ver TV às refeições»; Sociabilidade - «Ver TV quando se tem vistas em casa».



Segundo o *Estudo Procura*, de 1984 a 90 a intensidade do “consumo” televisivo (diário) recai sobretudo nos segmentos juvenis, particularmente mais novos. Sobe de 68% a 84% no escalão dos 13-24 anos (+16%, contra +11% no escalão seguinte, 25-34 anos), mas com a hegemonia do televisual adolescente (13-17 anos) que é de 91% em 1990. Note-se também como nos jovens de 13-17 anos aumenta a duração diária do televisual. O patamar das 5h e +, é aí de 25% contra 17%, quer ao nível do país, quer junto dos de 25-34 anos. Em 1988 o *Inquérito Juventude*, dirigido a indivíduos de 15-29 anos e de âmbito igualmente nacional também estimava o televisual diário/regular em 89%. Ora, se tais dados convidam a falar dos jovens como “gerações TV”, não há evidência análoga no *Inquérito Lisboa*. O Quadro 4 seleccionou os dois escalões etários opostos para mostrar como quem vê mais TV passam justamente a ser os mais velhos: quase 94% de exposição diária em indivíduos com 60 e mais anos e só 72% nos de 15-20 anos. Nos mais novos aumenta, isso sim, o televisual intermitente. Vêm ocasionalmente TV na ordem dos 12%, contra só 2% nos mais velhos. O recurso a hipóteses plausíveis para “salvar” a discordância conduz-nos, então, a pelo menos duas hipóteses não necessariamente disjuntas. As fontes diferem ou pelo diferencial de qualidade (e rigor nas amostragens), ou por um efeito de contexto. O *Inquérito Lisboa* reporta-se à zona do país com maior concentração de oferta cultural *outdoors*. *Pour cause*, dá aos jovens bem mais alternativas à recepção (televisual) doméstica, e tanto mais procuradas por eles quanto se sabe serem os mais apetentes em matéria de saídas, e saídas culturais em particular, como se verá adiante.

Os comportamentos face ao televisor, de que o *Inquérito Lisboa* dá testemunho, transportam-nos para os usos do suporte. Sobretudo deixam adivinhar relações com “móvel TV” em casa, relativizadoras da recepção televisiva porque a omnipresença do suporte vai a par de uma relação em boa parte “lateral” com o media. Nem sempre é da imagem do telespectador imóvel perante o “móvel” que os dados falam, com a consequência de tornarem assim equívoco o próprio conceito de *telespectador* supostamente perfilado face a *emissões* numa recepção mais ou menos atenta a mensagens. Substitutivamente, não raro deparamos com um *utente* que faz do suporte uma companhia no quadro de uma percepção esquiua do *écran*.

Da prática frequente à prática ocasional ( “algumas vezes”) as combinatórias variam. Mas não muito. Rotina em primeiro lugar ( “ligar a TV sem saber qual a programação”: 68%), secundada ao mesmo tempo por “zapping” e comensalidade, isto é trazer a TV para a “mesa” (49% em ambos os casos) e ainda pela companhia do, particularmente junto das

domésticas durante a lida da casa ( “ligar a TV e ir fazer outras coisas”: 40%), eis os comportamentos mais regulares que inscrevem o media no quotidiano do domicílio. Enquanto que o prolongamento do que se passa no écran até às conversas (47%), a partilha da sociabilidade doméstica com a TV ( “ver TV quando se tem visitas em casa”: 38%), de novo o “zapping” (37%), a função acompanhamento (28%), a comensalidade (26%) e ainda o automatismo de “chegar a casa e ligar logo a TV” (29%) regem as práticas mais ocasionais. Tudo isto ao invés da interactividade (apelo ao telefonema que muitas expectativas gerou no discurso sobre os media...) e da intimização (levar a TV “para” a cama), hábitos de ocorrência rara ou nula na ordem de 82% e 56%. Identificada assim uma parte não desprezável da *funcionalidade lateral* da TV - em contraste com o *centramento* nas emissões e a *fidelização* da procura que o conceito de telespectador em princípio subentende -, é ainda revelador o uso algo deficitário vídeo. Estimava-se em cerca de 70% os lisboetas com vídeo em casa (um valor que se viu inflacionado relativamente aos dados do INE), mas só 41% regularmente lhe recorrem para visionamento de filmes, quase 30% nunca o fazem<sup>21</sup>.

Já a audição - outra prática receptiva - de rádio, e sobretudo de música, não põe dúvidas quanto à sua juvenilização, apesar da relação problemática entre dados das várias fontes numa apreciação global (Quadro 5). Entre meados e finais de 80, o *Inquérito Práticas* situava a média de uma audição elementar no intervalo de 88%-54%. Valores então muito excessivos por confronto com os do *Estudo Procura* onde, em 1984, a audição diária - “em geral” e “durante a semana” - só era de 41%, para inclusive baixar a 27% seis anos depois. Mas agora, um valor muito baixo que também colide com os 64% estimados para a área metropolitana de Lisboa quatro anos depois (1994, *Inquérito Lisboa*). De resto, se somarmos a audição regular e ocasional, os dados do *Inquérito Lisboa* até se aproximam dos 70% encontrados seis anos antes (em 1988) pelo *Inquérito Práticas* na região metropolitana de Lisboa (na do Porto, 83%). As estimativas do *Estudo Procura* parecem, pois, pecar por defeito, embora não seja irrealista admitir a subida mais recente da audição radiofónica, inclusive por causa da proliferação de rádios locais.

No entanto, contra o declínio da audição *diária* de rádio a audição *quase* diária dobra a sua importância no *Estudo Procura* (de 13% para cerca de 22% no país), aumentando bem mais a audição *pontual* durante a semana (4% vs 21%), sobretudo graças à procura juvenil. Mas ainda assim com valores demasiado reduzidos, de resto contrariados em 1988 pelo *Inquérito Juventude* que chegava mesmo a assinalar um valor tão elevado como 85% para a audição regular/diária de rádio junto da popu-

**Quadro 5: Práticas receptivas: audição de rádio/música (%)\***

Frequência		Inquérito Práticas (1985-1988) **			
		R. M. de Lisboa (1988)	R. M. do Porto (1986)	máximo	mínimo
pelo menos 1h/dia (rádio)		70	83	88 (Alg/u)	54 (Bl/r)

  

idade		Inquérito Lisboa (1994)				idade		Estudo procura (1991)					
		regular.	ocas.	raram.	nunc.			1984		1990			
Rádio	Total	64	14	15	7	D	41	47	41	27	34	30	30
	15-20	72	19	9	0	QD	13	16	13	22	23	29	24
	21-29	75	13	11	1	2/3 V	4	4	4	21	24	24	23
	30-44	64	15	13	7	+R	13	11	17	8	9	7	9
	45-65	59	11	19	10	N	30	22	25	22	10	10	15
	66 e +	52	17	21	9		Períodos <sup>1</sup> (costuma ouvir)						
						G	69	76	73	77	90	90	85
						SE	65	73	69	72	83	84	80
						SA	25	30	25	41	54	49	41
						DO	23	23	26	41	52	46	45

  

		Inquérito Juventude (1988)			
		regular	ocas.	raram.	nunc.
Total		85	7	8	
15-20		81	14	4	0
21-29		81	11	7	1
30-44		56	14	18	10
45-65		44	17	16	18
66 e +		35	11	21	31

  

Modalidades <sup>2</sup>		Inquérito Juventude (1988)	
		Enquadramento	Envolvimento
		70	21

\* valores arredondados \*\* valores geralmente em linha

Legenda:

D - audição diária; QD - quase diária; 2/3VS - 2/3 vezes por semana; +R - mais raramente; N - nunca

G - em geral; SE - durante a semana; SA - sobretudo ao sábado; DO - sobretudo ao domingo

i. Apenas se consideram as respostas positivas para cada período

ii. Sintetizam-se assim as expressões usadas no *Inquérito Lisboa*: Enquadramento - «Ouvir música como som de fundo enquanto faz outras coisas»; Envolvimento - «Ouvir música sem estar a fazer mais nada»

iii. raramente + nunca

lação nacional de 15-29 anos. É portanto num patamar significativamente mais alto que teremos de situar a exposição juvenil ao media-rádio, reconfirmado pelo *Inquérito Lisboa* onde os escalões de 15-29 anos ouvem regular e ocasionalmente muito mais rádio (em média, acima dos 87%) do que os idosos (66 e + anos: 69%). E não só: ouvem muito mais música. Se o *Inquérito Juventude* dava mais de 70% para a audição regular de música (83% se lhe juntarmos a audição ocasional), o *Inquérito Lisboa* ainda a acentua. Ronda 81% a audição regular nos mesmos indivíduos de 15-29 anos (podendo chegar a 95% com a audição ocasional), contra -37% nos de 45-65 anos e também -46% nos de 66 e mais anos. Quanto às modalidades da recepção musical, embora seja 21% aquela que mobiliza o envolvimento exclusivo do ouvido ( “ouvir música sem estar a fazer mais nada”), a grande maioria (70%) reserva-a, tal como acontecia em boa parte com a TV, para a função de acompanhamento (“ouvir música como som de fundo”).

Olhando agora para as práticas de leitura e lugar aí ocupado pelo livro (Quadro 6) entre outros impressos, ao *Inquérito Leitura* (1988, 1995) pertencem os valores mais credíveis. Para o critério de apenas ter lido pelo menos 1 livro no último ano, no *Inquérito Práticas* (1985-1988) ressurgem disparidades regionais, salientando o índice de leitura na região metropolitana do Porto (51% contra 46% em Lisboa). Aliás, o *Inquérito Leitura* exprime contraste análogo em 1988 entre as duas cidades e com valores superiores para ambas, explicáveis por se cingirem apenas aos centros urbanos: a cidade de Lisboa com 58% de leitores de livros e o Porto com 62%, indo ainda de 47% em *habitats* de menor dimensão (1/5000 habitantes) a 64% nos maiores (30/100 000 habitantes)<sup>22</sup>.

De acordo com a tipologia do recurso a vários tipos de impresso, nos 7 anos que medeiam as duas edições do *Inquérito Leitura* sobressai a relativa estabilidade da leitura cumulativa (acesso recorrente a livros, jornais e revistas) na ordem dos 40%; a leitura parcelar (acesso fragmentado) sobe alguns pontos (45% vs 49%), quase na mesma proporção do decréscimo da não-leitura em geral. Mas se a leitura de jornais e sobretudo revistas apresenta ligeira dilatação (respectivamente, +3% e +10%), a leitura de livros sofreu uma pequena contracção (-3%). Por outro lado, se no universo dos leitores de livros também diminuem (quase -10%) os que se encontravam a ler na altura de ambas as edições do *Inquérito Leitura* (de 50% para 41%), apesar de tudo a última leitura de um livro no curto prazo (há 1 mês ou menos; 2/3 meses) só perde 2 pontos para aumentarem alguns pontos, isso sim, as categorias relativas ao médio e mais longo prazo. Acresce que segundo a tipologia usada, a presença exígua de grandes leitores (+ de 20 livros lidos no último ano) ainda

perdia 2 pontos entre 88 e 95 (de 8% para 6%), numa evolução onde a retração dos médios leitores (-11%) compensatoriamente engrossava em +13% os pequenos leitores (1-5 livros: 54% vs 67%).

**Quadro 6: Livro e leitura (%)\***

		Inquérito Leitura				<i>Hábito de ler:</i>					
		1988	1995			Inquérito Práticas (1985-88) **					
						R.M. Lisboa (1988)	R.M. Porto (1986)	máximo	mínimo		
<i>Leitura em geral :</i>						pelo menos 1 livro no último ano		46	51	67 (Al/u)	5 (NL/r)
	cumulativa	40	39								
	parcelar	45	49								
<i>Leitores:</i>						regularmente		Inquérito Lisboa (1994)		Inq. Juventude (1988)	
	não-leitura	15	12			ocasionalmente		22		51	
	de livros	59	56			reg+ocas		19		17	
	de jornais (em geral)	68	71			raramente/nunca		42 (63) <sup>i</sup>		68	
	de revistas	61	71					54 (37) <sup>i</sup>		32	
<i>não leitores</i>		15	12								
<i>Leitura de livros:</i>						Inquérito Lisboa (1994)					
						Estrato social					
						Total	Alto	M Sup	Médio	M Inf	Baixo
	está a ler	50	41			29	42	32	28	28	27
	l semana	-	-			23	24	29	29	19	15
	não está a ler/	20	19			13	12	10	14	16	12
	1 mês ou -	12	11			12	12	13	9	9	18
	último livro lido	-	-			-	-	-	-	-	-
	2/3 meses	5	8			7	9	5	6	7	9
	há: + de 2/3 meses	3	5			1	0	4	7	14	13
	cerca 6 meses	10	12								
	cerca 1 ano										
	+ de 1 ano										
	só lê livros escolares e profissionais	4				4	0	3	2	1	0

\* valores arredondados \*\* dados geralmente apresentados em linha

Legenda:

i. No *Inquérito Lisboa* aparecem por vezes dois valores produzidos em diferentes contextos de resposta no mesmo questionário. Os primeiros valores referem-se à leitura entre outros modos de ocupação dos tempos livres e os valores entre parênteses (*em itálico*) surge quando a inquirição visa exclusivamente a relação com a leitura

Destes valores nacionais para os da região da capital (*Inquérito Lisboa*) há diferenças a assinalar. A urbanidade de Lisboa faz descer o número de leitores de livros que não os abrem há cerca ou mais de 1 ano (17% em 1995 no país segundo o *Inquérito Leitura*; 8% em 1994 no

**Quadro 6 A:** Tipos e perfis de leitores (%)\*

Tipos de leitores :		Inquérito Leitura		
		1988	1995	
	pequenos	54	67	
	médios	38	27	
	grandes	8	6	
<i>Perfil dos leitores de livros:</i>				
<i>idade</i>				
	15-19	79	73	
	20-29	70	64	
	30-49	55	58	
	50 e +	34	42	
<i>Nível de instrução</i>				
		Inquérito Leitura (1988)		
		grandes leitores	médios leitores	pequenos leitores
	primário comp/inc preparatório/ curso geral	6	26	68
	complementar/12º ano	8	34	59
	médio/freq.superior	8	42	50
	superior	8	52	49
		12	59	30
		(1995)		
	leitores actuais	sab.let/escr.	4ª classe	preparatório
	leitores habituais	8	12	16
		16	9	50
				9º/11º/12º c. médio/sup
				31
				56
				78
				92

  

Inquérito Lisboa (1994)			
	regularmente	ocasional.	rara/nunca <sup>1</sup>
<i>idade</i>			
	23	35	41 (21)
	24	30	41 (24)
	23	19	56 (38)
	21	13	61 (43)
	20	6	63 (56)
	11	5	84 (83)
	15	11	68 (53)
	26	15	52 (26)
	26	20	53 (28)
	26	33	37 (18)
	41	32	22 (5)
	39	36	24 (12)

\* valores arredondados

Legenda:

1. No *Inquérito Lisboa* aparecem por vezes dois valores produzidos em diferentes contextos de resposta no mesmo questionário. Os primeiros valores referem-se à leitura entre outros modos de ocupação dos tempos livres e os valores entre parênteses (*em itálico*) surgem quando a inquirição visa exclusivamente a relação com a leitura.

*Inquérito Lisboa*), ao mesmo tempo a leitura muito recente de livros aumenta na região de Lisboa. Bem entendido, urbanidade indissociável dos efeitos de composição social onde as classes ou estratos subentendem a variável determinante dos recursos escolares. Assim, nos dados do *Inquérito Lisboa*, leitura recente de livros e relação mais esquiva com a leitura evoluem inversamente (baixa a primeira, cresce a segunda) consoante se vai do topo à base da hierarquia social. Quando muito, haverá equilíbrio tanto nas categorias algo intermédias (há 2/3 meses e mais)

como no mais longo prazo (há cerca de 1 ano). Mas já não equilíbrio no abandono da leitura de livros há mais de 1 ano, que só as categorias mais baixas assumem na ordem dos 13%/14% contra ninguém no estrato alto, 4% no médio superior e 7% no médio.

Outro indicador é o da regularidade/raridade com que a leitura de livros comparece nos hábitos culturais. E a este propósito, o facto de no *Inquérito Lisboa* a questão ter sido duplamente posta em diferentes momentos do questionário acabou reveladora, quer da relativização necessária a fazer sobre as respostas a este tipo de inquéritos, quer do grau de intimidação cultural que um bem como o livro pode exercer. Pelo menos é esse o argumento dos autores do estudo. Quando a leitura de livros (não escolares/profissionais) aparece “dessacralizada” porque posta como hipótese de ocupação dos tempos livres num repertório de outras práticas - algumas tão triviais como ver TV -, parece talvez menos constrangedor assumir o absentismo leitoral. Mas quando os inquiridos são exclusivamente dirigidos para a questão sobre o livro e a sua leitura, um tal centramento temático reverte em efeito de “imposição da problemática”. O livro ganha uma cidadania não anódina, crismado com a legitimidade da cultura letrada ou cultivada que o autoriza a ser objecto de atenção em particular. No primeiro caso (questão dos tempos livres), era possível encontrar 54% de “lisboetas” a assumirem que raramente ou nunca o lêem. Todavia, quando o livro e a leitura surgem “isolados” numa área específica do questionário (questão da leitura), reforça-se implicitamente a sua “sacralização” no sistema de percepções/ representações dos mesmos “lisboetas” que já desciam a 37% esse absentismo. A leitura de livros acusa assim um sintoma de “défice” ou “vergonha” cultural, tentativamente dissimulado nesta inflação. Os autores estimam aqui o desvio entre “prática efectiva” e “prática declarada”, deflacionada a primeira e inflacionada a segunda. Um desvio que, aliás, pode atingir mais de 20%: a prática efectiva (q. tempos livres), regular e ocasional, para a leitura de livros ficava-se por 42%, enquanto a declarada (q. leitura) ia além dos 62%.

Significativamente, também é desvio que, apresenta uma proporção inversa à dos capitais escolares: maior em níveis baixos de escolaridade (26% e 25% respectivamente no preparatório e secundário), progressivamente menor acima (19%, 17% e 12% para complementar/12º ano, curso médio e curso superior). No preparatório e secundário estão gerações mais velhas com percursos escolares curtos e indivíduos com abandonos precoces da escolaridade, para além da proporção de estudantes do secundário (o inquérito dirigiu-se a uma população de 15 e + anos). Nuns como noutros, a prática declarada exprime em boa parte, como ideal aquém do

cumprimento real, a interiorização do dever cultural da leitura, mas mais nuns que noutros essa inflação trai a sua própria exclusão ou distância face às práticas “legítimas”. Práticas de que a leitura será exemplo específico: socialmente mais acessível, pela própria transversalidade da instituição escolar, também por isso será mais susceptível de subjectivamente accionar a auto-censura nesta dissimulação que “sente” o peso da sanção moral sobre o absentismo. A *contrario*, quer a falta da interiorização do dever cultural da leitura, quer o desinvestimento intelectual numa fase da vida caracteristicamente demissionária, quer a destituição em recursos escolares, torna o desvio praticamente nulo na população mais velha (66 e + anos), em particular quando quase ou mesmo iletrada.

Tal como se verifica na generalidade das práticas culturais, à partida a da leitura beneficia do “efeito juventude”, capaz de influir numa relação positiva e recorrente com o livro. De novo, o “efeito” conjuga idade e escolaridade; as gerações mais novas são as beneficiárias da extensão dos acessos ao ensino - secundário, pós-secundário e superior. Vemo-lo como tendência nas várias fontes, ainda que com incoincidência de resultados. Em 88, o *Inquérito Juventude* (dirigido ao cohorte dos 15-29 anos) indicava um hábito regular de leitura de livros na ocupação dos tempos livres na ordem dos 51% (68% se lhe juntarmos o regime ocasional). E no mesmo ano o *Inquérito Leitura* encontrava valores superiores (79% ou 70%) para os leitores de livros em segmentos desse cohorte. Aliás, porventura forçando o argumento, de certo modo aplica-se aqui uma lógica de raciocínio idêntica à usada para o desvio entre “prática efectiva” e “prática declarada” no *Inquérito Lisboa*. O valor inferior de 51% do *Inquérito Juventude* reflectiria uma prática mais “efectiva” pelo facto de ter sido encontrado para a leitura no contexto alargado de outras actividades de lazer. No do *Inquérito Leitura*, centrado no universo do livro, o contexto de inquirição poderia induzir à prática mais “declarada” - e, de novo, com uma inflação de quase ou acima de 20% relativamente àquela “efectiva”. Mas mesmo assim, esta (hipótese de) “prática declarada” retrocede em 7 anos. De 1988 a 95 o *Inquérito Leitura* registou -6% de leitores de livros tanto no segmento dos 15-19 anos como no dos 20-29 anos, compensada pela progressão de +3% no de 30-49 anos e ainda +8% acima dos 50 anos. Quer dizer, portanto, que apesar de por enquanto não anulado, o futuro pode comprometer o “efeito juventude” num relativo deslizamento/envelhecimento do público leitor de livros. É aliás de observar que, de acordo agora com o *Inquérito Lisboa* (1994), se os jovens (15-29 anos) ganham pontos face aos outros segmentos etários não tanto na leitura regular mas por lhe juntarem índices superiores de leitura ocasional, a idade crítica para o abandono da leitura de livros neste re-



gime menos assíduo começa com a fronteira dos 30-44 anos, para se voltar a quebrar quase definitivamente depois dos 65 anos.

Quanto à influência incontornável do grau de instrução na relação com os livros, dados de 88 (*Inquérito Leitura*) mostravam que, para além dos grandes leitores aumentarem entre licenciados, depende do volume do capital escolar a inversão entre médios e pequenos leitores, sobretudo sentida na base e no topo da hierarquia escolar: os primeiros mais escolarizados; a maioria dos segundos no limiar ou até ao patamar médio da escolaridade. Repare-se, no entanto, que as diferenças quase se anulam no nível pós-secundário (complementar/12º ano), e que tanto a posse de um curso médio como a frequência do ensino superior não servem de clivagem notável entre uns e outros. Em 1995, de novo no *Inquérito Leitura*, reconfirma-se o estatuto discriminador do capital escolar a intervir duplamente. Junto dos leitores “habituais” de livros (apesar de não se encontrarem a ler na altura do inquérito), cujas credenciais académicas sobem de 53% a 92% consoante se vai da instrução preparatória ao curso médio/superior, contra valores exíguos na posse da 4ª classe (9%). E ainda junto dos leitores “actuais”, aqueles que, “habituais” ou não, se estavam a ler na altura do inquérito. O percurso pela hierarquia escolar regista, então, valores inferiores a 16% quando se desce abaixo do nível preparatório, ao invés de uma escolaridade mais elevada que, acima do secundário, apresenta valores indo de 31% a 56%.

Boa parte deste argumento que dá centralidade ao capital escolar na relação positiva e recorrente com os livros estende-se à leitura de outros suportes - os media impressos em particular, onde se reinscreve a importância da variável etária (Quadro 7). Em 88, o *Inquérito Juventude* só situava em 20% os indivíduos de 15-29 anos que raramente ou nunca ocupavam parte dos seus tempos livres com a leitura de jornais e revistas, contra 62% que o faziam regularmente, 18% por vezes. Porém, afinando esse cohorte etário, dados da mesma altura do *Inquérito Leitura* destacavam sobretudo o interesse dos jovens-adultos (20-29 anos) pelos três tipos de jornais (diários, semanários, desportivos). E quatro anos antes (1984), de certo modo o mesmo ocorre dizer a partir do *Estudo Procura* para o segmento dos 25-34 anos quanto a diários/semanários (este segmento e os de 13-24 anos equivaliam-se na leitura de jornais desportivos). Seis anos depois (1990), o *Estudo Procura* apresenta uma segmentação etária mais fina que pronuncia o destaque do segmento dos 18-24 anos para a leitura de jornais, entre os quais os diários que guardam uma presença análoga no segmento seguinte dos 25-34 anos.

Todavia, há limites ao acordo entre fontes quanto à leitura da imprensa. Por exemplo, há cerca de uma década o *Inquérito Práticas* anunciava

**Quadro 7:** Leitura de jornais e revistas (%)\*

Frequência <sup>i</sup>	Inquérito Práticas (1988-1985) **			
	R. M. de Lisboa (1988)	R. M. do Porto (1986)	máximo	mínimo
1 diário	44	65	65 (P)	10 (BI/r)
1 semanário	32	19	32 (L)	1 (NL/r)
1 revista	49	48	49(Alt/u)	15 (NI/r)
1 jornal regional	12	16	41 (Alt/u)	13 (Alg/r)
1jornal desportivo	19	25	29 (NI/u)	10 (BI/r)

  

Jornais:	Inquérito Lisboa (1994)			
	R	O	T	R/N
q. tempos livres	38	23	61	37
q. leitura			73	27

  

Inquérito Juventude (1988)			
leitura de jornais/revistas nos tempos livres			
R	O	T (R+O)	R/N
62	18	80	20

  

Revistas:	Inquérito Lisboa (1994)			
	R	O	T	R/N
q. tempos livres	39	23	62	36
q. leitura			77	23

\* valores arredondados \*\* dados geralmente apresentados em linha

## Legenda:

- i. No *Inquérito Práticas* a frequência da leitura corresponde às seguintes categorias: 1 jornal diário pelo menos 1 vez/semana; 1 jornal semanal pelo menos 1 vez/mês; 1 revista pelo menos 1 vez/mês; 1 jornal regional pelo menos mensalmente; jornal desportivo pelo menos semanalmente;

valores baixos, e até numa estimativa minimalista das práticas de leitura por causa de critérios de frequência pouco apertados. Calculando médias nacionais a partir do confronto máximos/mínimos (que regressam à cavada assimetria rural/urbano) quando muito, e para tais critérios, a leitura de jornais diários ficava aquém do limiar dos 40%; a de semanários e desportivos não atingia 20%; 27% seria um valor de referência para jornais regionais lidos pelo menos 1 vez por mês, e as revistas pouco subiriam os 30%. As regiões de Lisboa e Porto, com máximos para a leitura de diários e semanários, acusavam ainda alguma inversão: mais leitura dos diários no Porto (65% contra 44%), que também detinha melhor posição para jornais desportivos, e mais dos semanários em Lisboa (32% contra 19%). Ora, embora relativizável pelos diferentes critérios usados, o desacordo existe com o *Estudo Procura* que já antes (1984) subia o patamar nacional da leitura de jornais diários (53%) e desportivos (27%), para só se aproximar do *Inquérito Práticas* pelos 19% atribuídos à leitura de semanários. E o desacordo continua, agora com o *Inquérito Leitura* de 1988, cujos valores declaravam bem superior a leitura de diários (62%), sobretudo superior a de semanários (43%), e com um desvio também positivo a favor dos desportivos (33%).

Por outro lado, perduram alguns desacordos entre fontes quando se entra em contrapontos temporais, apesar de apontarem em geral para uma evolução positiva. Um registo parcial dessa evolução pode talvez ser estabelecido no confronto entre os valores para na Região Metropolitana de Lisboa em 1988 (*Inquérito Práticas*) e os valores de 1994 colhidos pelo *Inquérito Lisboa*. Tendo por referência dois valores possíveis para “prática efectiva” (q. tempos livres) e “prática declarada” (q. leitura), a leitura (regular ou ocasional) de jornais subiu em 94 para a 61%/73%, e a de revistas para 62%/77%. O que também quer dizer que a grande jurisdição de Lisboa acerca-se ou até ultrapassa os valores nacionais (*Inquérito Leitura*, 1995) para a leitura destes média. O Quadro 6 apresenta valores nacionais de 71% para jornais em geral (+3% que em 1988) e também 71% para revistas (agora +10% que em 1988).

Mas quando se entra na análise em detalhe dessa evolução, especificando a leitura por jornais e segmentos etários, *Estudo Procura* e *Inquérito Leitura* oferecem incoincidências de valores e nas variações diacrónicas. Mesmo levando em conta universos de referência não idênticos (inclusive etários) para cada uma das fontes, em termos de inferência genérica o *Estudo Procura* propõe um cenário evolutivo bem mais ascendente no período 1984-90 para a leitura de diários (+6%) e semanários (+14%). A imprensa desportiva sobe +5%, e essa é igualmente a estimativa do *Inquérito Leitura* para 1988-95. Não obstante, este último período corresponde no *Inquérito Leitura* a uma tendência quase inversa. Em termos gerais, a leitura de diários teve a exígua variação positiva de +1%, e a dos semanários conheceu mesmo uma variação negativa de -3%. Por outro lado, se em todos os escalões etários do *Estudo Procura* é favorável a penetração da imprensa, em particular semanários mas ainda diários junto do segmento mais jovem (13-24 anos: +11% para diários e +21% para semanários), o panorama difere no *Inquérito Leitura*. Entre 1988 e 95 só no caso da imprensa desportiva se poderá falar de maior adesão junto dos mais novos e jovens-adultos (15-29 anos: + 11%), havendo inclusive aí perdas de leitores para diários e semanários. O acolhimento destes cresce, isso sim, consoante se desce na pirâmide etária.

Um dos ensinamentos a tirar deste exercício cruzado de fontes que explicita desacordos é, pois, o da relativização que obsta à reificação dos números, tão característica do “estatisticismo” que tem atravessado as análises “pragmáticas” do campo da cultura na óptica da decisão política e da gestão cultural. E a relativização análoga convida a entrada seguinte no universo das saídas culturais, depois de um confronto sistémico entre *indoors* e *outdoors*. Para observar o estádio de desequilíbrios que regem uma procura tensionalmente dividida por ofertas disjuntivas: cultura dentro e fora casa.

**Quadro 7A: Leitura de jornais e revistas (%)\***

Perfil etário por jornais; Evolução		Estudo Procura (1991)						
		1984			1990			
		país	13 - 24	25 - 34	país	13 - 17	18 - 24	25 - 34
<i>idade</i>								
	diários	53	52	68	59	50	76	75
	semanários	19	17	30	33	23	52	45
	desportivos	27	40	40	32	47	51	45
		Variação 1984 → 1990						
		país	13-24 anos <sup>a</sup>		25-34 anos			
	diários	+ 6	+ 11		+ 7			
	semanários	+ 14	+ 21		+ 15			
	desportivos	+ 5	+ 9		+ 5			
		Inquérito Leitura (leitores de jornais)						
	<i>idade</i>	diários		semanários		desportivos		
		1988	1995	1988	1995	1988	1995	
	15-19 anos	57	55	40	35	36	47	
	20-29 anos	73	67	60	46	43	43	
	30-49 anos	65	71	46	46	33	40	
	50 e + anos	55	56	31	32	27	30	
	Total geral	62	63	43	40	33	38	
		Variação 1988 → 1995						
		diários		semanários		desportivos		
	15-29 anos	- 2		- 5		+ 11		
	20-29 anos	- 6		- 14		=		
	30-49 anos	+ 6		=		+ 7		
	50 e + anos	+ 1		+ 1		+ 3		
	total geral	+ 1		- 3		+ 5		

\* valores arredondados

Legenda:

*Estudo Procura*: i. Para 1990 calcularam-se as médias dos dois segmentos etários (13-17 anos e 18-24 anos).

### 3. Indoors vs outdoors

No quadro desta tensão sistémica, compreender e acompanhar saídas numa evolução que, diacronicamente, regista curvas ascendentes ou descendentes segundo variantes, implica confrontá-las, contextualizando-as com o cenário algo alternativo da esfera domiciliar. Pareceu portanto interessante continuar o “diálogo” cruzado de fontes (dados de 3 inquéritos) por via de uma tipologia dos tempos livres que formula a relação *indoors/outdoors* inspirada no trabalho de Christian Lalyve d’Épinay e, entre nós, da autoria de José Machado Pais (que a utilizou em estudos colectivos).

A tipologia estende o conceito de cultura à quotidianidade onde a aceção cultivada do termo tem, de resto, um lugar residual. Codifica a panóplia de práticas susceptíveis de ocuparem tempos livres (também susceptíveis ou não se de serem vividas como práticas de lazer), organizadas em *modos* consoante o seu lugar numa matriz sincronizando dois vectores - o do espaço das práticas e a posição do indivíduo como emissor ou receptor - e a tripla dimensão da sociabilidade da expressividade e da informação. A tipologia serviu de instrumento analítico em dois inquéritos (*Inquérito Juventude*, *Inquérito Lisboa*) e, a mais não ser, constitui por isso um instrumento de referência ainda que se lhe possam pôr algumas reservas. O Quadro 8 convoca as fontes num intuito comparativo, não obstante “artificioso” para os dados do *Inquérito Práticas* que põem problemas de comparabilidade e até fiabilidade<sup>23</sup>.

No espaço doméstico ou privado, os tempos livres *domésticos receptivos* recobrem as práticas domiciliárias antes evocadas, porventura numa agregação algo indevida<sup>24</sup> São os tempos hegemónicos - já o seriam só com a exposição aos medias TV e rádio -, com uma frequência regular acima de 95%, quase equivalente entre os jovens e os lisboetas (inquiridos com 6 anos de intervalo). A equivalência passa mesmo a igualdade se olhar para a frequência *em geral* (média da frequência regular e ocasional), à volta de 50% em ambos os casos. Em 1988, o *Inquérito Práticas* (em confronto com o *Inquérito Juventude*) deixa contudo a hipótese da domesticidade receptiva entre os jovens resultar não só ligeiramente superior à da área da capital (49% contra 45%), como superior em quase +10% face à estimativa da média nacional (40%). Uma estimativa baixa, mas que convém situar numa cobertura ainda não exaustiva do país por suportes mediáticos domiciliários, cuja aquisição, de resto, já antes se supôs induzida em boa parte pela “pressão” juvenil.

A prioridade seguinte vai para os tempos livres *domésticos comunitários*, relativos a práticas de sociabilidade “intra-muros” ou junto de próximos (recepção de/visita a familiares e amigos; jogos “sociais” como xadrez, damas, bilhar, etc), anunciando especificidades no comportamento juvenil. A frequência em geral desce alguns pontos (43% nos lisboetas; -7% entre os jovens), não tanto por descer a frequência regular mas porque desce a ocasional, e os jovens (de 1988) são também quem mais acentua a frequência rara ou nula (26% contra 13% no *Inquérito Lisboa*). Se essas especificidades se esbatem, quase se anulam na inactividade característica do tempos *domésticos de abandono* - raramente ou nunca mobiliza jovens e outros -, regressam nos tempos *domésticos expressivos*<sup>25</sup>. Aqueles que o eclectismo conceptual da categoria revê numa panóplia de ocupações onde passatempos emparceiram (deveriam emparceirar?) com

práticas criativas de auto-realização que na nossa formulação correspondem a alguns actos de fazer: desde jogar em máquinas electrónicas, fazer bricolage/artesanato, até fazer/ver gravações vídeo “familiar”, escrever diários/poemas/contos, pintar/desenhar, e inclusive cozinhar por divertimento. Neste caso, mais arredios da “expressividade doméstica”, os jovens descem a frequência em geral (-8% relativamente nos lisboetas), para subirem a 60% (contra 47% nos lisboetas) a frequência rara/nula.

Se o *indoors* mobiliza quase exclusivamente a domesticidade receptiva e (a alguma distância) comunitária, no *outdoors* domina o que a tipologia entende por tempos livres de sociabilidade local e espectaculares de participação expressiva. À *sociabilidade local* vinculam-se práticas heterogêneas que por isso comprometem a inteligibilidade da categoria: práticas de consumo/convivialidade como ir a cafés/mercearias/pastelarias (na versão moderna da “velha” ida à taberna que o *Inquérito Práticas* ainda evocava, ao lado da ida ao café); práticas associativas/recreativas (frequentação de associações/colectividades locais); práticas festivas (ida a festas de carácter popular); e práticas religiosas (ida à missa entre outras cerimónias). Mas, na verdade, o sentido destes diferentes tipos de práticas depende da sua contextualização e orientação, dois aspectos elípticos quando amalgamados numa única categoria. Por exemplo, nos grandes meios urbanos as práticas religiosas perdem a conotação propriamente localista, só menos quando se inscrevem no microcosmos de bairros como “ilhas” de interconhecimento nas cidades. Por outro lado, práticas como a ida a cafés e afins indissociam consumo e sociabilidade. Há o *uso* desses espaços nas rotinas de *consumo* quotidiano e numa lógica puramente funcional, como também, sem necessária coincidência, o hábito de *ir* ao café (até o *mesmo* café) investido enquanto espaço convivial - para além da sua função utilitária. Nisso, substituto “moderno” ou alternativo ao “velho” espaço da colectividade local. Em suma, a comparência na mesma categoria de referências tradicionais e triviais no quotidiano contemporâneo tem consequências interpretativas, tornando mais incerta a versão da realidade quando se quer uma perspectiva evolutiva. Extensão ou retracção da “variável” sociabilidade local pode dever-se a tendências internas dissemelhantes, a diferentes comportamentos dos seus vários indicadores. O cenário dos números passa a ter de jogar (também hesitar) com combinatórias de princípios explicativos para produzir consistência, conduzindo a demasiada sinuosidade interpretativa<sup>26</sup>.

A perspectiva das modalidades e (re)conversões de estilos de vida reencontra reflexos no conceito de *sociabilidade urbana* que, não obstante, a tipologia apenas define por um par de indicadores: almoçar/jantar fora sem ser por necessidade; ir a discotecas/bares. Neste aspecto, os valores

**Quadro 8: Tipologia dos Tempos Livres (%)\***

Posição do indivíduo	Espaço das práticas	Doméstico (ou privado)				Exterior ** (ou público)				Espaço extra-urbano →			
		Práticas 1985/88	Lisboa 1994	Juventude 1988		Práticas 1985/88	Lisboa 1994	Juventude 1988		Práticas 1985/88	Lisboa 1994	Juventude 1988	
<b>Emissor</b>	Interação	G	-	(43)	(36)	G	26	(46)	(33)	G	11	(25)	(27)
		P	-			P	35			P	15		
	Domésticos comunitários	R	59		55	R	80		52	R	31		36
		O	28		18	O	11		14	O	19		19
	Domésticos expressivos	R/N	13		26	R/N	10		33	R/N	50		35
		G	16	(27)	(19)	G	2	(12)	(6)	G	17	(11)	21
	Expressividade	P	19			P	2			P	12		
		R	31		28	R	12		9	R	13		37
	Domésticos de abandono	O	23		11	O	12		3	O	9		5
		R/N	47		60	R/N	76		87	R/N	75		52
<b>Receptor</b>	Expressividade	G	-	(17)	(11)	G	13		(48)	G	13		(31)
		P	-			P	31			P	31		
	Domésticos receptivos	R	17		15	R	80		47	R	80		47
		O	17		6	O	16		16	O	16		16
	Informação	R/N	66		79	R/N	4		37	R/N	4		37
		G	45	(50)	(49)	G	23	(27)	(39)	G	23	(27)	(39)
	Espectaculares de participação expressiva	P	40			P	18			P	18		
		R	98		95	R	30		54	R	30		54
	Espectaculares informativos	O	2		3	O	25		23	O	25		23
		R/N	1		1	R/N	45		22	R/N	45		22

Legenda: G - Nas células do *Inquérito Práticas* corresponde ao valor calculado para a Região Metropolitana de Lisboa; nas células dos *Inquéritos Lisboa e Juventude* os valores (entre parênteses) correspondem a uma frequência em geral (média das duas categorias R e O calculada com valores ainda não arredondados); P - Nas células do *Inquérito Práticas* o valor em *Itálico* corresponde à média nacional (cf. nota 23). R - regularmente; O - ocasionalmente; R/N - raramente/nunca

\* valores arredondados \*\* o quadro não inclui as actividades de «expressividade» ao ar livre

baixos do *Inquérito Práticas* aconselham prudência, até porque só se pôde contar com um indicador (ir a discotecas pelo menos 1 vez por mês). Cerca de meia década depois, a frequência geral da sociabilidade urbana sobe a 25% entre lisboetas, e tinha já +2% junto dos jovens inquiridos em 88. Também +5% na frequência regular, ao mesmo tempo que, diferentemente dos lisboetas auscultados em 1994, a prática rara ou nula (35%) dos jovens era inferior à dos lisboetas (50%).

Depois da dimensão da interacção reflectida nestas variantes da sociabilidade, o espaço exterior (ou público) continua duplamente atravessado pela dimensão da expressividade e da informação. A primeira, ainda desdobrada em modos de ocupação dos tempos livres diferenciados segundo o protagonismo do indivíduo na posição de “emissor” ou de “receptor”. Como “emissor”, em modos de *expressão desportiva* (fazer desporto/“jogging”) e em modos de *expressão artística*, relativos a práticas amadoras ou diletantes (na nossa terminologia, reportáveis ao acto de fazer e, de facto, algumas dessas práticas podendo ser desenvolvidas fora da esfera propriamente doméstica). Como “receptor”, nos tempos livres “espectaculares de *participação expressiva*”. No nosso entender, uma categoria de novo demasiado compósita, mesmo quando os autores a justificam pelo hedonismo e busca da “excitação”<sup>27</sup>. Resta o modo dos tempos *espectaculares informativos* que recobrem as saídas culturais no sentido estrito: ir ao cinema, teatro, concertos (de todos os géneros de música), a exposições e museus. Em termos quantitativos, o desequilíbrio entre o “activismo” do “emissor” e a “passividade” do “receptor” no panorama dos lazeres fica patente sobretudo nas fontes mais credíveis (*Inquérito Lisboa* e *Inquérito Juventude*): grande ou relativa exiguidade no primeiro caso; maior significância no segundo.

Jovens e outros não apresentam, porém, uma identidade de comportamentos. O contraste começa nos tempos de expressão artística e desportiva. Se a expressão artística mobiliza muito escassamente a população urbana representada pelo *Inquérito Lisboa* (só 12% na frequência regular, mas valor muito superior ao do *Inquérito Práticas*), mobilizavam ainda menos a juventude portuguesa em 88 (6% que, apesar de tudo, se desviava positivamente em +4% face à média nacional do *Inquérito Práticas*). Em alternativa, os jovens já elevavam a 37% a frequência regular da prática desportiva, contra 13% nos lisboetas e contra valores de 12%/17% (média nacional/RM de Lisboa) do *Inquérito Práticas*. Por outro lado, há nova inversão nos restantes modos de ocupar tempos livres. Os tempos espectaculares de participação expressiva acusam uma regularidade de 80% nos lisboetas que desce para pouco mais de metade (47%) seis anos antes junto dos jovens. Neste caso, os dados do *Inquérito Práticas*



inibem comparações por combinarem poucos indicadores. Em todo o caso, ainda que não tão cavada, a assimetria ganha sentido contrário para os tempos espectaculares informativos. Cabe agora aos jovens maior protagonismo com uma frequência regular de 54% (30% nos lisboetas); só 22% deles se declaram não-público (frequência rara/nula) contra ao dobro (45%) nos lisboetas. De resto, aceitando hipoteticamente os dados do *Inquérito Práticas* para este aspecto, já em 1988 a frequência geral das saídas culturais (39%) junto dos jovens ia além da média nacional de 18% e além do valor para o círculo de Lisboa (23%). Quanto à população da zona da capital, face aos limites comparativos entre fontes tão desiguais, só de novo em termos hipotéticos se concluiria que é pouca a evolução global: entre 1988 (*Inquérito Práticas*) e 1994 (*Inquérito Lisboa*), apenas transparece o curto desvio de 23% vs 27% na frequência em geral. Importa sublinhar, aliás, que essa evolução sincroniza curvas dissemelhantes para a prática das saídas culturais porque, como veremos adiante, só algumas, como a ida ao cinema ou teatro, penalizam mais a já residualidade das saídas na configuração geral dos tempos livres.

O Quadro 9, provindo do *Inquérito Lisboa*, justamente o sugere a partir de orçamentos temporais para algumas actividades na panóplia de outras ocupações que o inquérito contemplou. Em meios urbanos como os do círculo da capital, o trabalho invade dias supostamente livres durante cerca de 3h 30mn (quase 4h junto das mulheres; quase 4h 30mn no segmento dos 30-44 anos e, estranhamente (!), um valor elevado de 3h 9 mn para o segmento dos 15-20 anos; também a rondar as 4h nos estratos inferiores). Por seu turno, o tempo reservado ao estudo abrange quase 3h, aumentando nos segmentos juvenis e nos estratos médio/ médio inferior. Nestas condições, há penúria na disponibilidade para sair, mais ainda em saídas culturais, quando a televisão consome uma grande fatia do tempo livre.

Depois de um televisionamento capaz de consumir quase 2h diárias durante a semana e até mais de 3h em dias livres (valor ainda superior no segmento dos mais velhos e no estrato baixo) as saídas previsivelmente ocorrem nos “restantes tempos livres” quase residuais (à volta de 2h diárias), salvo se houvesse um uso cultural ou cultivado *outdoors* das “sobras” ou “excipientes”. Quem dilata os “restantes tempos livres” são principalmente os homens (2h 58 mn contra quase 1h 50 mn nas mulheres, que também vêm bastante diminuídas as suas “sobras” dada a sobrecarga de ocupações domésticas), o segmento dos mais novos (cerca de 3h) seguidos dos jovens-adultos e adultos (em média 2h 40 mn para os de 21-44 anos), e sobretudo o estrato alto (3h 17 mn) seguido das classes médias. Falta de facto tempo, tendo ainda em vista que, antes mesmo das

saídas rumo a ofertas culturais *outdoors*, tais restantes tempos livres em princípio abrigam outros lazeres em casa.

**Quadro 9:** Budget-temps de algumas actividades

Inquérito Lisboa (1994)														
(horas, minutos)	dia		dia livre											
	livre	útil	sexo		idade					estrato social				
			H	M	15/20	21/29	30/44	45/65	+ 66	alto	médio/		médio/	
											sup	inf	sup	inf
trabalhar	3,35	8,11	3,70	3,58	3,90	1,50	4,28	3,00	-	3,44	3,90	3,16	4,40	4,70
estudar	2,47	5,16	2,57	2,38	2,49	2,45	2,20	2,30	-	-	3,18	2,35	1,27	-
deslocações	0,30	1,12	0,30	0,30	0,60	0,30	0,20	0,30	-	0,40	0,40	0,40	0,30	0,10
ver TV	3,70	1,51	3,11	3,40	3,40	2,59	2,55	3,40	3,55	2,56	2,40	3,70	2,51	3,34
restantes TL	2,17	2,70	2,58	1,46	3,40	2,35	2,40	2,20	2,20	3,17	2,30	2,42	1,54	2,60
sobras/excedentes	2,23	2,10	3,46	1,08	1,45	2,13	2,13	2,50	3,48	2,16	2,30	2,11	2,40	2,59

Entre os lazeres domiciliários contam-se algumas práticas amadoras, outras ocorrem no exterior (onde, de resto, foram todas situadas pela tipologia), práticas já evocadas a propósito da exiguidade dos tempos livres de “expressão artística”. Mas antes de se entrar no panorama das saídas culturais, ainda vale a pena um reparo reflexivo. Ao invés da perspectiva da “lamentação” que acusa nos pequenos números a “fatalidade” do desinteresse dos portugueses pela (auto) actividade cultural, bem como longe do discurso para-aplogético sobre a “civilização do lazer” que se agarra aos mesmos pequenos números para aí exaltar a “fabricação cultural” de “imaginários sociais”<sup>28</sup>, importa compreender, e de certo modo relativizar, essa exiguidade no contexto específico do campo cultural e na idiosincrasia das práticas amadoras. Para além das barreiras sociais que marcam um campo como o cultural, existe a pressão para a “inércia” numa era dominada pelas indústrias culturais, com a sobreposição correlativa da condição do “consumidor” face ao do “produtor” auto-determinado, não tão hetero-determinado pela “cultura de massas”. E sobretudo, não se entende aquela exiguidade estatística sem passar pela idiosincrasia do exercício amador das artes, como diletantismo organizado que dobra o esforço de *mobilização* individual e/ou colectiva com a *disponibilidade* para o investimento material simbólico numa prática cultural descentrada face à vida quotidiana, face ao seu regime de necessidades e consumos. Constitui uma prática de condição diferente, que vê assim aumentado o seu *custo relativo* comparativamente com os outros tipos de práticas culturais (receptivas, intelectivas, frequentativas). Razão

também porque tende a escorar-se em enquadramentos institucionais (mais ainda as de desempenho colectivo, como o exigido por algumas modalidades musicais e corais, por exemplo), entre os quais o espaço associativo, que lhe servem de forma de integração e continuidade. Mas onde volta a encontrar um importante factor dissuasor nas muitas carências infraestruturais que se põem neste plano.

Ora, não só o associativismo, pelo menos nos moldes tradicionais, tem vindo a perder expressão - a rasto de processos de segmentação e individualização sobrepondo sociabilidade informal a sistemas organizados -, como o espaço social em transformação conhece dinâmicas que interferem aqui<sup>29</sup>. Podemos falar de dinâmicas de desqualificação/requalificação simbólica relegando domínios tradicionais para zonas-enclave de um património etnográfico (como o folclore) e reduzindo o seu potencial de atracção sobretudo junto de categorias juvenis. E também notar que em modos de apropriação cultivada de novos ou “velhos” domínios, o exercício amador representa, até por excelência, a experiência incorporada/reactivada de uma atitude estética ou estetizante socialmente “escassa”<sup>30</sup>. Mesmo passando por mediações consideráveis (círculos de interacção e afinidade, contextos institucionais, ambientes sociais), a probabilidade objectiva de aceder a esta vocação subjectiva, justificadora e racionalizadora das práticas diletantes, perdura de forma inegalitória na matriz de posições no espaço social, sendo expansiva, isso sim, em estilos de vida das classes médias de extracção urbana. São estas as mais propensas ao primado ao auto-expressão, logo, à dupla capitalização dos tempos livres em termos da “ginástica do espírito” e da “cultura do corpo”<sup>31</sup>; as mais emblemáticas da disposição para cultivar (inclusive no modelo para-profissional), em modalidades emergentes ou reabilitadas, “hobbies” artísticos indo de expressões contemporâneas à reapropriação criativa de artesanias na versão “de autor” (como acontece, por exemplo, na cerâmica ou ourivesaria).

#### 4. Outdoors: saídas culturais

Entre as saídas culturais, os Quadros 10 e 10A reportam-se à mais generalizada: idas ao cinema que sofrem directamente a concorrência do visionamento doméstico de filmes na TV, secundada à distância pelo uso do vídeo como já se reparou antes. *Pour cause*, em 15 anos (1979-1994) as *Estatísticas* do INE observadas aqui em quinquênios, assinalam perdas de quase 80% na audiência global acompanhadas de uma curva próxima (-72%) na média de espectadores por sessão. De resto, se no final dos

primeiros 5 anos (1979-84) a oferta de sessões ainda se resolvia numa taxa de crescimento positivo de +18%, contraditada por uma procura francamente declinante, nos últimos 5 anos (1989-1984) parece ajustar-se mais à procura deficitária quando passa a decrescimentos significativos (-32%). Um sinal desse ajustamento estará nas diferenças quanto à média de espectadores por sessão no primeiro e último quinquénio do período. Entre 79 e 84 registou uma quebra de cerca de metade (-51%), enquanto entre 89 e 94 é de -11%. Por outro lado, importa notar como a seguir ao primeiro quinquénio há um ligeiro esbatimento nos défices da audiência, descendo poucos pontos o patamar de quase -42% entre 79 e 84.

Uma fonte como o *Estudo Procura* reconfirmava perdas de audiência entre 1984 e 90, sobretudo na frequência nula ( “nunca”: 55% vs 61%), mas também em públicos mais raros que descem de 29% a 25%. De acordo com o critério minimalista do *Inquérito Práticas* (Quadro 10A) - pelo menos uma ida anual ao cinema -, a média nacional era ainda mais baixa (23%) em 1985-88, período em que a área metropolitana de Lisboa registava um máximo da ordem dos 34%, contra um mínimo de 8%, exemplar da assimetria entre espaços urbanos e rurais. Em tipologias mais finas, esse critério de (pelo menos) uma ida anual ao cinema coincide com o segmento dos públicos mais raros. E se a este propósito os dados do *Inquérito Práticas* podem servir de (alguma) referência, a curva descendente da procura do cinema *outdoors* reconfirma-se no facto dos públicos mais raros na área de Lisboa descerem, grosso modo, desses 34% em 88 para cerca de 28% em 94 (segundo o *Inquérito Lisboa*). Ao mesmo tempo, a distribuição semanal da frequência cinéfila mostrava deslocções no *Estudo Procura*. Induzida por estímulos (a redução dos preços à segunda-feira, provocando o salto de 1% para 20% nesse dia da semana) que apesar de tudo não faziam aumentar os índices de audiência, e pela própria “desritualização” da ida ao cinema ao sábado ou domingo, trivializando-se na condição de prática bem mais ubíqua, como mostra a importância ganha pelo dia incerto apenas no espaço de 6 seis anos (6% vs 31%). E se estas tendências se fazem sentir nos segmentos juvenis é também porque as salas de cinema têm aí a sua principal base de recrutamento.

Repare-se que tanto em 1984 como em 90 (*Estudo Procura*) os indivíduos de 13-24 anos acusam sempre um desvio positivo face à média nacional para várias categorias de assiduidade, retraindo a frequência nula, enquanto que, comparativamente, os de 25-34 anos engrossam o perfil dos públicos mais raros. Aliás, em 1988 o *Inquérito Juventude* ainda extremava na ordem dos 52% a regularidade das idas ao cinema nos tempos livres da população portuguesa de 15-29 anos (somadas às

**Quadro 10:** Cinema: evolução e perfis da procura (%)

Evolução	Estatísticas Continente (1979-1994)								
	1979		1984		1989		1994		var global
	total	total	var	total	var	total	var		
sessões(s)	151814	179688	+ 18.4	178762	- 0.5	121387	- 32.1	- 20.2	
espectador*	31124	18190	- 41.6	11415	- 37.2	6876	- 39.8	- 77.9	
espectador es/sessão**	205	101	- 50.7	64	- 36.6	57	- 10.9	- 72.2	

  

Frequência/períodos	Estudo Procura***						Inquérito Juventude (1988)***			
	1984			1990			idas ao cinema nos tempos livres			
	país	13/24	25/34	país	13/17	18/24	25/34	R	O	R/N
(idade)										
2 vezes ou +/semana	1	2	1	...	...	1	...	52	24	24
1 vez/semana	4	10	2	2	3	6	3	despesas		
2/3 vezes/mês	5	11	5	5	11	16	4	(cinema/teatro/espectáculos)		
1 vez /mês	7	16	9	7	18	17	7	família	próprio	não faz
+ raramente	29	34	45	25	37	33	40	13	74	10
nunca	55	28	39	61	30	26	46			
2ª feira	1	1	2	20	14	24	20			
3ª feira	2	2	2	1	1	...	1			
4ª feira	2	2	1	2	3	2	1			
5ª feira	4	4	7	2	2	2	2			
6ª feira	11	11	10	8	8	7	9			
sábado	47	47	45	21	21	21	20			
domingo	26	29	18	16	29	14	10			
dia incerto	6	4	14	31	23	30	36			

\* x 1000 \*\* média espectadores/sessão \*\*\* valores arredondados ... valores inferiores a 0,5

Legenda:

Estatísticas: var - taxas de crescimento

Inquérito Juventude: R - regularmente; O - ocasionalmente; R/N - raramente/nunca

idas ocasionais, atingiam 76%), uma população juvenil também muito (74%) disponível para cobrir com o seu próprio bolso despesas deste tipo. E apesar de algumas diferenças quantitativas, o *Inquérito Práticas* concorda em 85-88 com o cenário de uma procura cinéfila guiada substancialmente pela variável idade, para que mais recentemente, em 1994, o *Inquérito Lisboa* volte a exprimir uma correlação positiva entre assiduidade nas idas ao cinema e juventude. A estimativa aponta para cerca de 20% de cinéfilos regulares entre os lisboetas em geral, passando a mais do dobro nos segmentos de 15-20 e 21-29 anos. Em geral, o não-público de cinema entre lisboetas ronda 34%; esses segmentos reduzem-no a só 3% e 5%.

À idade associam-se, aliás, outras variáveis. Sabemo-la articulável com os recursos escolares e com condições específicas. Quer o *Inquérito*

Quadro 10 A: Cinema: procura e públicos (%) \*

Perfis:		Inquérito Práticas (1985-1988) **											
		RM Lisboa (1988)	RM Porto (1986)	máximo	mínimo								
		pele menos uma ida anual		34	8								
		média nacional: 23		(Lisboa)	(Norte Litoral/rural)								
sexo	M/F	36/31	33/21	43/31	19/5								
idade	12-17	64	61	77	18								
	18-34	58	38	59	22								
	35-64	14	17	15	0								
	65 e+	12	0	12	0								
estado civil	solteiro	67	53	67	21								
	casado	18	14	21	1								
	sep/div	25	50	67	0								
	viúvo	0	0	13	0								
grau de instrução	analfabet.	8	3	8	0								
	sabe ler	9	10	14	0								
	pri/ciclo	21	27	27	9								
	secund.	56	34	65	16								
	médio/												
	freq.sup.	47	30	100	0								
	superior	73	39	100	0								
estudantes	75	65	85	18									
<b>Inquérito Lisboa (1994)</b>													
		habitac		sexo		idade							
Total		U	I	H	M	15-20	21-29	30-44	45-65	66 e +			
regularmente	20	22	15	23	17	44	48	16	6	0			
ocasionalmente	19	21	13	20	18	42	25	20	11	2			
raramente	28	28	28	28	28	11	21	35	34	21			
nunca	34	30	44	29	37	3	5	29	50	78			
		estado civil				condição perante o trabalho							
		S	C	J	SD	V	E	E/T	T	De	Do	R	
regularmente	46	7	18	20	5	49	56	21	25	1	3		
ocasionalmente	33	12	39	15	3	36	36	21	21	8	4		
raramente	16	32	21	41	34	13	8	33	25	30	27		
nunca	5	48	21	24	57	2	0	25	30	61	67		
		estrato social				grau de instrução							
		alto	méd	méd	méd	baixo	a/bás	pri	prep	sec	comp/12.º	méd	sup
regularmente	35	43	29	12	8	8	7	12	21	38	32	49	
ocasionalmente	21	27	29	17	8	5	10	24	29	29	35	25	
raramente	35	24	29	28	28	10	32	27	32	27	19	22	
nunca	9	7	13	44	56	78	52	37	18	7	14	5	
Espaços		Conh		estrato social				idade					
		vist		alto	méd	méd	méd	baixo	15-20	21-29	30-44	45-65	66+
		Cinemateca	10	35	27	16	3	3	12	19	12	6	4
		Cinemas King	25	56	54	35	15	12	49	48	28	11	3
		Cinema Tivoli	56	91	71	69	54	37	52	62	63	53	44
Cinemas Amoreiras	53	71	85	71	43	30	89	86	59	31	10		

\* valores arredondados \*\* dados geralmente apresentados em linha

Legenda:

*Inquérito Lisboa:* Habitac: U - urbano, I - Inter-médico; Sexo: H - homens, M - mulheres; Estado civil: S - solteiros; C - casados; J - juntos; S/D - separados/divorciados; V - viúvos / Condição perante o trabalho: E - estudantes; E/T - estudantes/trabalhadores; T - trabalhadores; De - desempregados; Do - domésticas; R - reformados / Grau de instrução: A/Bás - analfabeto/ensino básico; Pri - primário; Prep - preparatório; Sec - secundário; Comp/12º - complementar/12º ano; Méd - curso médio; Sup - curso superior.

*Práticas* (com disparidades nos valores para as áreas de Lisboa e Porto apresentados em linha), quer o *Inquérito Lisboa*, evidenciam a disponibilidade dos celibatários (solteiros, separados/divorciados), ao mesmo tempo que a disponibilidade da condição estudantil para as saídas cinéfilas. Finalmente, na sociografia dos inquéritos comparece também uma certa masculinização na procura do cinema<sup>32</sup>.

Diferentemente, os segmentos idosos acusam défices relativos no conhecimento e uso de algumas salas de cinema na cidade de Lisboa, grosso modo estratificáveis por graduações na cultura cinéfila indo da “grande difusão” à “esfera restrita”. Conotando a Cinemateca e, em parte, os Cinemas King com “exigências” superiores nessa cultura (por isso, também só 10% e 25% dos lisboetas aí entraram), ainda assim são em 1994 referências mais conhecidas entre jovens e jovens-adultos (o conhecimento/uso da Cinemateca sobe alguns pontos no segmento dos 21-29 anos). Mas o mesmo se conclui para salas que inscrevem o cinema em grandes espaços de consumo como os Cinemas Amoreiras onde, apesar de tudo, apenas entraram 53% dos lisboetas em geral, em contraponto com mais de 85% dos lisboetas com idades até 29 anos. Só um cinema antigo como o Tivoli (conhecido/visitado na generalidade por 56%) esbate de certo modo as assimetrias etárias.

Em suma, apesar de mais generalizada que outras saídas, a ida regular ou episódica ao cinema responde sobretudo à apetência de um perfil preciso. Há portanto limites ao próprio conceito de “generalização”, e a ventilação da procura pelo estrato social - de que o *Inquérito Lisboa* dá uma perspectiva - convoca quase linearmente a hierarquia de classes. Por exemplo, o absentismo das salas de cinema (“nunca”) é de 9% e 7% no estrato alto e médio-superior, contra 44% e 56% no médio-inferior e baixo. Nota-se que uma “arte média” como o cinema, visto aqui na versão *outdoors*, tem vínculos com as classes médias (sobretudo médio-superiores) como públicos regulares (43%), secundados pela classe alta, apesar desta se “dividir” mais entre regularidade (35%) e raridade (35%) nas suas idas ao cinema. Todavia, a classe alta aumenta pontos no conhecimento e uso de um espaço cultivado como a Cinemateca e também de um cinema antigo como o Tivoli. Alguma inversão acontece para uma “catedral” do consumo “grande difusão” emblematizada nos Cinemas Amoreiras (mais pontos para o estrato médio-superior), havendo no entanto “equivalência” entre estrato alto e médio-superior (56%, 54%) num espaço “intermédio” como os Cinemas King votados a filmes “de qualidade” ou “de autor”.

A regra das clivagens sociais continua, e talvez se possa dizer que se agrava no universo bem mais distintivo do teatro exposto nos Quadros 11

e 11A por via um conjunto análogo de indicadores. Os exíguos públicos regulares que o *Inquérito Lisboa* recenseou na zona da capital em 1994 pertencem ao topo da hierarquia social (9% e 8% para o estrato alto e médio-superior contra 3% e abaixo nos estratos seguintes), devendo contudo observar-se que a grande fractura entre proximidade e exclusão do universo do teatro ocorre a partir do estrato médio. É depois (“para baixo”) que o teatro “deserta” das práticas de saída. Ou, quando muito, terá uma frequência rara aquém dos 30%. Por outro lado, quando se passa a espaços teatrais concretos, são sempre de maior referência para o estrato alto, geralmente secundado pelo médio-superior, mas com desvios acima de 25%. Salvo nos casos do Teatro Maria Matos e do Teatro da Cornucópia (uma referência tipicamente erudita) onde o desvio diminui para 16%.

Nestas condições de diferenciação social, analogamente não surpreende no *Inquérito Lisboa* (1994) a retracção da procura teatral consoante se desce na escala da escolaridade. O grosso do não-público pertence aos

**Quadro 11:** Teatro: evolução e perfis da procura (%)\*

Perfis/ Frequência		Inquérito Práticas (1985-1988)**		
		RM Lisboa (1988)	RM Porto (1986)	máximo***
		pelo menos uma ida anual média nacional: 6		13 (Lisboa)
sexo	masculino	12	15	15
	feminino	13	10	13
idade	12-17	8	-	14
	18-34	9	11	14
	35-64	15	16	16
	65 e+	20	15	20
estado civil	solteiro	10	4	11
	casado	17	17	17
	separado/div.	-	25	50
	viúvo	-	-	14
grau de	analfabeto	-	-	7
instrução	sabe ler	4	10	10
	primário/ciclo	12	5	12
	secundário	17	20	20
	curso médio/ freq. superior	13	30	100
	superior	27	46	67
	estudante	13	4	15

  

Inquérito Juventude (1988)		
idas ao teatro nos tempos livres		
R	O	R/N
2	3	95

\* valores arredondados \*\* dados geralmente apresentados em linha \*\*\* mínimos = 0

Legenda:

*Inquérito Juventude:* R - regularmente; O - ocasionalmente; R/N - raramente/nunca.



**Quadro 11A:** Teatro: evolução e perfis da procura (%)\*

Perfis/ Frequência	Inquérito Lisboa (1994)											
	Total	habitat		sexo		idade						
		U	I	H	M	15-20	21-29	30-44	45-65	66 e+		
regularmente	3	3	3	4	2	4	5	3	3	2		
ocasionalmente	10	10	8	9	10	10	16	9	9	4		
raramente	32	34	27	30	33	36	33	36	31	15		
nunca	56	53	61	57	55	50	46	52	58	80		
	estado civil					condição perante o trabalho						
	S	C	J	SD	V	E	E/T	T	De	Do	R	
regularmente	6	1	0	6	5	5	4	3	6	0	3	
ocasionalmente	13	7	12	19	7	17	24	10	6	5	5	
raramente	36	30	24	41	26	37	44	35	34	25	22	
nunca	45	62	64	34	62	41	28	52	55	71	70	
	estrato social					grau de instrução						
	alto	méd	méd	méd	baixo	a/bás	pri	prep	sec	comp/	méd	sup
		sup		inf					12.º			
regularmente	9	8	3	2	1	6	2	0	0	5	3	9
ocasionalmente	24	14	15	9	3	2	4	10	14	15	30	16
raramente	53	45	41	27	21	11	25	31	39	40	35	50
nunca	15	33	42	62	75	81	70	59	47	40	32	26
Espaços	Conh	estrato social					idade					
	vist	alto	méd	méd	méd	baixo	15-20	21-29	30-44	45-65	66+	
T. Nacional D. Maria II	31	74	50	40	26	14	23	36	30	32	28	
Teatro S. Luís	35	82	54	42	32	17	26	34	34	37	40	
Teatro da Trindade	26	59	36	36	21	13	17	25	27	28	27	
Teatro Maria Matos	35	56	40	44	33	24	29	21	39	40	35	
Teatro Maria Vitória	35	65	38	41	37	26	22	25	38	43	37	
Teatro da Cornucópia	8	32	15	12	4	2	5	12	10	6	5	

\* valores arredondados

Legenda:

Habitat: U - urbano, I - Intermédio; Sexo: H - homens, M - mulheres / Estado civil: S - solteiros, C - casados, J - juntos, S/D - separados/divorciados, V - viúvos/ Condição perante o trabalho: E - estudantes, E/T - estudantes/trabalhadores, T - trabalhadores, De - desempregados, Do - domésticas, R - reformados/ Grau de instrução: A/Bás - analfabeto/ensino básico, Pri - primário, Prep - preparatório, Sec - secundário, Comp/12º - complementar/12º ano, Méd - curso médio, Sup - curso superior.

níveis rudimentares ou elementares da escolaridade (básico, primário, preparatório, indo de 81% a 59%) para, depois da mediação do nível secundário/complementar e afins (47% e 40%), passar a 32% e 26% na posse de um curso médio ou superior. Insista-se, contudo, na exiguidade dos públicos regulares que, mesmo na posse do curso superior não atingem 10%. Junto de indivíduos apenas com o nível básico (c/ analfabetos) surpreende o valor de 6% para o públicos regulares (a par de públicos ocasionais ou raros diminuídos) e, caso não se deva a uma inconsistência estatística, o predomínio, aí, de gostos populares é naturalmente a hipótese mais plausível<sup>33</sup>. Alguns anos antes (1985-1988), e para pelo menos

1 ida anual ao teatro, o *Inquérito Práticas* encontrava em geral para o país sinais da mesma regra sociológica que determina a procura na base das qualificações escolares, embora com disparidades assinaláveis entre as áreas metropolitanas de Lisboa e Porto, como se neste último as credenciais escolares potenciasssem mais a ida ao teatro. No entanto, a interpretação dos dados exigiria conhecer a estrutura da oferta teatral então disponível num e outro contexto, com os seus efeitos reflectidos na composição social da procura.

De novo, a idade actua como discriminador, embora em sentido algo discordante segundo as fontes. No *Inquérito Práticas*, os segmentos juvenis e também a condição de solteiro retraíam a proximidade com o teatro, ao invés das indicações mais recentes e mais credíveis do *Inquérito Lisboa*. Aqui, a conjugalidade dobrada do envelhecimento travam idas regulares ou ocasionais ao teatro. Os não-públicos aumentam, por consequência, nos casados/juntos (62%, 64%) e nos viúvos (62%), contra 45%/34% nos solteiros e separados/divorciados. Idade e conjugalidade associam-se à condição ocupacional, havendo neste sentido uma menor incidência dos não-públicos junto dos estudantes e sobretudo junto dos estudantes-trabalhadores. De resto, no elenco de 6 espaços teatrais da capital, o conhecimento e ida ao Teatro da Cornucópia aumenta entre os 21-29 anos (12%) e 30-44 anos (10%), cohortes etários também mais susceptíveis de abrigarem estudantes-trabalhadores. Em todo o caso, mesmo quando se fala em públicos do teatro, é sempre de uma realidade constrangida pela grande exiguidade<sup>34</sup>. A este propósito vale a pena notar como em 1988 o *Inquérito Juventude* dava valores até mais baixos que os do *Inquérito Práticas*: apenas encontrava 5% para idas regulares/ocasionais ao teatro nos tempos livres em indivíduos de 15-29 anos, embora os valores do *Inquérito Práticas*, estimados para o critério de pelo menos 1 ida anual, no fundo caíssem na categoria das idas raras ao teatro do *Inquérito Juventude*. No entanto, os valores do *Inquérito Juventude* de 1988 viriam a subir substancialmente em 1994 (*Inquérito Lisboa*) para o círculo de Lisboa, porque a agregação das idas regulares e ocasionais para o segmento dos 15-20 anos e 21-29 anos já chega, respectivamente, a 14% e 21%.

Por outro lado, quando olhamos para as estatísticas nacionais produzidas pelo INE (Quadro 11B) - de leitura sempre condicionada pelas dúvidas quanto ao seu rigor -, vemos, na perspectiva de um balanço diacrónico, que públicos já de si exíguos sofreram uma erosão sucessiva em três quinquénios, embora numa curva descendente mais radical entre 1979 e 84. A taxa de decrescimento da média de espectadores por sessão ronda então -50%, reduzindo-se a cerca de metade (-24%) entre 1984 e

89, para de novo subir a quase -34% entre 1989 e 1993. Só o ano de 1994 inflecte a tendência, capaz de passar essa taxa a um crescimento positivo de quase +15% relativamente a 89, e sobretudo quase +74% relativamente ao ano anterior, 1993. Simplesmente, e tendo em vista a concentração da oferta/procura teatral na capital, foi um ano excepcional graças ao evento de LISBOA-94, Capital Europeia da Cultura. A que não faltou uma forte indução mediática à procura cultural em geral para uma oferta quase pletórica, e por isso pede ser isolado analiticamente. Só comparações com os anos seguintes não-de esclarecer sobre o estatuto - mais ou menos conjuntural - de sinais de inflexão<sup>35</sup>.

**Quadro 11 B:** Teatro: evolução e perfis da procura (%)

Evolução	Estatísticas Continente (1979-1994)										
	1979		1984		1989		1993		1994		global
	total	total	var	total	var	total	var	total	var/ a)	var b)	
geral <sup>i</sup> sessões(s)	3602	3493	- 3,0	2484	- 31,6	2310	- 7,0	3049	+ 22,7	+ 31,2	- 15,4
espectadores <sup>ii</sup>	1081	539	- 50,1	285	- 47,9	175	- 38,6	402	+ 41,1	+ 129,7	- 62,8
e/s <sup>iii</sup>	300	154	- 49,0	115	- 23,8	76	- 33,9	132	+ 14,8	+ 73,7	- 56,0

Legenda:

i. Teatro «declamado» + «musicado» que nas estatísticas só aparecem desagregados até 1988;

ii. espectadores x 1000;

iii. média espectadores/sessão;

var: taxas de crescimento; var a): em relação a 1989; var b): em relação a 1993.

Quando o Quadro 12 também procura aferir estatisticamente um eventual “efeito 94” nas procuras de concertos, ópera e bailado, volta a impor limites à leitura dos dados, em particular para a categoria generalista de concertos. Por exemplo, estranhamente não registam aumento da oferta musical ao vivo nesse ano, quando se acredita ter sido pródigo em concertos pelo menos na cidade de Lisboa, e que esse “input” deveria reflectir-se no retrato global dada a macrocefalia cultural do país. Pelo contrário, até há uma pequena taxa de decrescimento (cerca de -2%) relativamente a 1993 no número de sessões que, se contrasta pouco com +5,2% nas sessões de bailado, já contrasta muito, isso sim, com +294% para as sessões de ópera. Aliás, no caso da ópera este crescendo pontual da oferta, excedentário relativamente ao aumento global da procura gera perdas na média de espectadores por sessão (quase -30%). Já no bailado a situação reverte-se: para um aumento dos espectadores comparativamente bem superior ao das sessões, o resultado está numa taxa de variação de +58,3% na média de espectadores por sessão, face ao ano anterior de 93.

Diacronicamente, a categoria dos concertos desenha curvas irregulares para quatro indicadores, mas as dúvidas sobre os dados obstam a conclusões: irregularidade devida a lacunas e contingências meramente estatísticas, espelho da instabilidade do sector ou reflexo de evoluções variáveis por vários “géneros” musicais aqui contemplados? Dois desses indicadores dirigem-se à relação oferta/procura musical *outdoors*: a média de espectadores por sessão como indicador de “procura/atração” do público face ao evento, e a proporção dos lugares vendidos nos lugares postos à venda como um indicador de “cobertura/lotação” na perspectiva da bilheteira. Ambos podem coincidir em curvas positivas/negativas, ou exprimir desequilíbrios do “mercado” na divergência. Se a média sobe e a taxa desce, o aumento de público nas salas não acompanha o aumento de lugares possíveis (pelo próprio facto de maiores lotações aumentarem também cadeiras vazias); descidas na média e subidas na taxa deixam a sugestão eventual de maior rendibilidade de bilheteira na lógica do ajustamento entre volume de público e dimensão da lotação.

Ora, quando as unidades inquiridas (recintos) fazem variar significativamente de lotação como acontece com os concertos passíveis de ocorrerem em pequenas salas ou em grandes auditórios, a interpretação das curvas evolutivas deverá ventilar-se pelo nº e dimensão dos recintos. Por exemplo, depois de um período (grosso modo 82-84) com aumentos em termos de espaços (e lotações), sessões, espectadores e presença nas salas (dada pela média espectadores/sessão), a recessão de 85-86 coincide com uma baixa no número de recintos contemplados nas estatísticas (e a ausência de alguns recintos de maior dimensão). Quando restabelecido e inclusive aumentado o número/dimensão de unidades inquiridas (de 6 recintos em 1986 para 18 em 1987), 1987 surge como pico episodicamente sobreinflacionado de sessões. De resto, tão elevado em comparação com a progressão da audiência que talvez por isso subjaza à quebra na média de espectadores por sessão. Em todo o caso, foi dos anos melhores em termos de cobertura da bilheteira: 53% contra 24% e 26% em 1985 e 1986. Após 87, as estatísticas ditam uma evolução positiva em duas fases: primeiro, um período algo intermédio (1988-91) em que a média de espectadores por sessão varia entre 358 e 514, ao mesmo tempo que a cobertura da bilheteira ronda em média 45%; a seguir, um impulso nos anos mais recentes (92-94), com a presença em sala a subir acima dos 1100 espectadores (em 1993 chegaram mesmo perto dos 1600, mas como o nº de recintos contabilizados desceu um pouco, poderá ter favorecido a concentração do afluxo de maior público nas sessões disponíveis pelos recintos), e a cobertura da bilheteira na ordem dos 54%, passando a quase 62% em 1994.

**Quadro 12:** Concertos, ópera, bailado: evolução da procura

	Estatísticas Continente (1979-94) *											
	Concertos				Ópera				Bailado			
	S	E	E/S	% E/L*	S	E	E/S	% E/L*	S	E	E/S	% E/L*
1979	16	6	375	38	32	20	625	70	33	16	485	49
1980	12	2	167	18	35	21	600	68	24	9	375	39
1981	74	19	257	32	60	32	533	91	39	17	436	55
1982	233	83	356	44	98	38	388	67	97	58	598	64
1983	221	69	312	38	33	24	727	71	102	58	569	60
1984	201	71	353	45	46	27	587	61	117	70	598	67
1985	81	13	160	24	56	36	643	64	152	64	421	43
1986	75	11	147	26	55	34	618	74	101	29	287	32
1987	2202	72	33	53	47	26	553	65	155	56	361	43
1988	218	78	358	42	35	20	571	53	156	60	385	40
1989	203	95	468	47	31	22	710	60	103	42	408	42
1990	154	67	435	43	21	15	714	54	93	35	376	37
1991	249	128	514	49	26	18	692	53	91	26	286	32
1992	209	240	1148	55	25	14	560	45	110	35	318	33
1993	232	369	1591	54	17	13	765	50	115	27	235	34
1994	228	262	1149	62	67	36	537	51	121	45	372	49
<i>var</i> 93-94	-1.7	-29,0	-27,8	+13,8	+294,1	+176,9	-29,8	+2,8	+5,2	+66,7	+58,3	+43,0

  

	Concertos (número e dimensão dos recintos)															
	79	80	81	82	83	84	85	86	87	88	89	90	91	92	93	94
	2	3	3	6	15	13	4	6	18	14	18	20	22	22	18	30
<i>total</i> <sup>b</sup> lugares <sup>a</sup>																
A	-	-	-	-	4	2	1	1	5	5	3	4	6	6	5	12
B	-	-	-	-	-	-	-	1	5	2	3	5	4	4	2	8
C	1	1	2	4	8	7	1	2	5	4	6	6	5	4	4	3
D	1	2	1	2	3	4	2	2	3	3	6	5	7	8	7	7

\* valores arredondados

Legenda:

S - sessões; E - espectadores (x 1000); E/S - média de espectadores por sessão;

% E/L - proporção dos espectadores (lugares vendidos) no nº de lugares postos à venda;

*var* : taxa de crescimento (%)

i. total de recintos que responderam;

ii. nº de lugares: A - até 300; B - 301/500; C - 501/1000; D - 1000 e +

Saber que tipo de concertos mais participaram nessa evolução positiva não é possível com uma categoria tão agregada. Em contrapartida, há registos para o universo da cultura erudita ou cultivada - ópera e bailado -, com probabilidade de convocarem audiências de concertos de música clássica. A acreditar nas estatísticas (que convém sempre sublinhar dependerem da recolha da informação em termos de extensão e qualidade), a ópera oferece alguma estacionaridade que, salvo manifestações residu-

ais noutras cidades como o Porto, e pelo menos até à abertura recente (1993) de outros espaços em Lisboa (Centro Cultural de Belém) vocacionados para este tipo de evento, quase só reflecte a realidade do Teatro Nacional de S. Carlos. Em termos absolutos, o período de 1990-93 acusou, porém, alguma retracção, apesar da relação oferta/procura operática não cair em desequilíbrio, como se vê na relativa normalidade da média de espectadores por sessão. Em 1994 esta relação conhece um duplo impulso (+50 sessões e também +23000 espectadores que em 1993), embora a taxa de cobertura da bilheteira ronde os 50%. De resto, só em 1982-87 essa cobertura conheceu níveis mais elevados, oscilando grosso modo entre 61% e 74%<sup>36</sup>. No bailado - que faltaria esclarecer se também inclui ou não dança moderna/contemporânea; na dança clássica incluirá trânsitos e sobreposições parciais com a procura da ópera - é menos líquido o equilíbrio. A oferta aumenta entre 1983 e 89 e, depois de uma breve recessão em 90-91, regressa a valores acima de 110 sessões anuais. Mas a média de espectadores por sessão baixou entre 1986 e 88 para, depois de uma curta trégua em 1989, se manter a níveis inferiores aos que se registavam na primeira série de anos (1979-85, variando grosso modo entre mais de 400 e quase 600 espectadores). Por outro lado, parte desses anos iniciais (1981-84) corresponderam também ao ciclo mais positivo na taxa de cobertura da bilheteira (entre cerca de 55% e 67%), sucedendo-lhe ciclos de reduções progressivas com valores de referência (médios) respectivamente da ordem dos 40% e 34%, pouco compensados em 1994 (cerca de 49%).

Qualquer destas evoluções pertence, porém, ao universo do pequeno número, à raridade das saídas musicais e afins, num contraponto radical com a omnipresença da audição domiciliar. Os dados do Quadro 12A dão um outro sentido da realidade, muito mais penoso no mundo da chamada música erudita. Em 1988, o *Inquérito Juventude* só balizava essas saídas entre 4% (regulares) e 7% (ocasionais) mesmo para a ida a concertos de música popular/moderna nos tempos livres, descendo o limiar do exequível a 1%-2% quando a opção recai na música clássica/ópera. Em 1994, o *Inquérito Lisboa* definia o público assíduo de concertos entre 1% e 9%, com o mínimo a atingir as zonas da audição cultivada (música clássica/erudita, jazz) e o máximo ou valores próximos, em géneros diferentemente populares como o pop/rock (sobretudo estrangeiro) ou o fado. De acordo com os dados do *Inquérito Lisboa*, quer a música clássica/erudita, quer o jazz acusam a selecção social dos públicos (o estrato médio-superior com destaque para primeira; o alto no segundo e também nos concertos de blues) e ainda a sua relativa juventude. A procura de concertos de música clássica/erudita ancora sobretudo entre os 21-44 anos, sendo

de destacar o grupo de 21-29 anos no caso dos concertos de jazz e blues (estes com alguma importância nos mais novos, de 15-20 anos). Aliás, sobressai inclusive maior juvenilização da procura ao passar do público de concertos ao de eventos específicos neste domínio musical. Mesmo assim, para o público assíduo de concertos falamos em geral de valores tão exíguos que, acima dos 3%, só atingem na melhor das hipóteses os 6%, e a dimensão quantitativa não se altera muito do lado do público dos eventos. Salvo algumas exceções. Por exemplo, no *Festival de Música da Costa do Estoril* sobressai a concentração burguesa (estrato alto) do seu público, capaz de fazer subir o valor aos 12% (5% no estrato médio-superior), assim como essa concentração existe (9% contra 5%/4% no estrato médio-superior) nos eventos jazzísticos (*Jazz em Agosto* da Fundação Calouste Gulbenkian e *Estoril Jazz*).

Por seu turno, a *Temporada do Ballet Gulbenkian* concentra um público de classes superiores em mais lato senso (12% para o estrato alto; 10% para o médio-superior). E é oportuno notar que nisso não difere de quem porventura se dirige menos à dança na versão clássica (corporizada pelo *Ballet Gulbenkian*, mas só em parte, por lhe juntar repertório moderno/contemporâneo), e mais às manifestações vanguardistas da dança. Na própria Fundação Gulbenkian está representada essa clivagem entre diferentes culturas artísticas da dança cuja clivagem tanto marcou os meados dos anos 80 com a emergência e protagonismo da “nova dança portuguesa”: o Ballet Gulbenkian a representar a “tradição” nos seus compromissos com a “modernidade”, e o Serviço ACARTE, em particular por via dos *Encontros ACARTE - Teatro/Dança na Europa*, a abrir a porta e a institucionalizar radicalismos e hibridismos (justamente, teatro/dança) da “contemporaneidade”. A partir do *Inquérito Lisboa*, sabemos que em 1993 dizem ter ido aos Encontros cerca de 9% (% igual para a posse de curso superior) de lisboetas das classes superiores contra 3% e abaixo nos do estrato médio e categorias inferiores; e que o “efeito juventude” regressa com 3% para os 15-20 anos, 7% para o 21-29 anos contra valores abaixo de 2% depois dos 30-44 anos. Aliás, um inquérito ao público do ACARTE (1988), mostrava-o alguns anos antes muito jovem (15-24 anos: 28%; 25-34 anos: 27%), na sua quase maioria composto por quadros médio/superiores (48%) e com muitos estudantes por certo camuflados na designação imprecisa de “inactivos”<sup>37</sup>.

Num outro estudo de 1989 sobre o público da ópera (*Estudo S. Carlos*) que, apesar de aproximativo, por ser dos raros sobre o tema é por isso de citar<sup>38</sup>, as classes superiores ocupavam quase 87% das cadeiras do Teatro Nacional de S. Carlos, entendendo por classes superiores o equivalente ao estrato alto (burguesia: 37%) e ao médio-superior (pequena-burguesia

**Quadro 12A:** Concertos: evolução e perfis da procura (%)\*

Público de concertos <sup>i</sup>	Inquérito Lisboa (1994)				Inquérito Juventude (1988)					
	assíduo	episódico	potencial	não-público	R	O	R/N			
Música:										
clássica/erudita <sup>ii</sup>	1	6	13	78	ida a concertos de música popular/moderna nos tempos livres					
jazz	1	8	10	80	4	7	89			
blues	3	10	11	74	ida a concertos de música clássica/ópera					
popular portuguesa	6	26	26	41	1	2	97			
ligeira portuguesa	6	24	26	44						
ligeira estrangeira	5	15	16	64						
fado	8	24	24	43						
pop/rock português	5	21	17	56						
pop/rock estrangeiro	9	18	14	58						
popular brasileira	6	18	18	57						
africana e étnica	6	11	15	67						
	idade					estrato social				
<i>Público assíduo</i>	15-20	21-29	30-44	45-65	66 +	alto	médio sup	médio	médio inf	baixo
clássica/erudita <sup>ii</sup>	1	3	4	1	2	1	4	1	1	1
jazz	1	4	2	-	-	6	3	2	-	1
blues	3	4	3	2	-	6	3	5	2	1
popular portuguesa	3	4	6	9	5	13	7	4	10	3
ligeira portuguesa	3	3	7	8	3	3	5	6	9	2
ligeira estrangeira	7	8	6	3	1	-	2	9	4	4
fado	2	5	9	13	8	3	7	9	12	5
pop/rock português	13	10	4	2	-	6	7	7	6	2
pop/rock estrangeiro	22	19	7	2	-	6	12	17	6	3
popular brasileira	5	8	9	4	4	9	7	8	6	4
africana e étnica						6	4	7	7	4
	idade					estrato social				
<i>Público de eventos<sup>iii</sup></i>	15-20	21-29	30-44	45-65	66 +	alto	médio sup	médio	médio inf	baixo
<b>Total</b>										
FM CE	2	2	2	1	1	6	5	...	1	...
FM C	2	3	2	1	1	12	5	2	-	...
EGMC	2	4	5	2	1	6	6	3	1	-
JGMA	2	3	3	2	1	6	7	2	1	1
CGOM	1	1	2	1	1	6	5	1	...	-
Ballet G	3	3	5	2	2	12	10	3	-	...
Jazz EA	2	2	4	2	2	9	5	2	2	-
E Jazz	1	2	3	2	...	9	4	1	1	-
C Rock	3	12	7	2	...	3	5	6	3	...
C M Mod	3	4	8	2	1	3	7	4	2	1
GN Fado	16	15	8	19	18	24	10	12	20	15
E Bandas	2	3	2	2	2	-	4	2	3	1
FN Folc	2	1	1	2	3	3	2	2	3	2

\* valores arredondados ... valores inferiores a 0,5

Legenda:

i. público *assíduo* = frequentemente; *episódico* = algumas vezes; *potencial* = raramente; *não-público* = nunca;

ii. média que agrega concertos de orquestras sinfónicas/música de câmara + ópera e recitais de música clássica/antiga + música coral;

iii. visitantes dos seguintes eventos de 1993 em Lisboa: *FMCE* - Festival de Música da Costa do Estoril; *FMC* - Festival de Música dos Capuchos; *EGMC* - Encontros Gulbenkian de Música Contemporânea; *JGMA* - XIV Jornadas Gulbenkian de Música Antiga; *CGOM* - Ciclo Grandes Orquestras Mundiais (F. Gulbenkian); *T Ballet G* - Temporada do Ballet Gulbenkian; *Jazz EA* - Jazz em Agosto (F. Gulbenkian); *E Jazz* - XII Estoril Jazz/Jazz num Dia de Verão; *C Rock* - Capital Rock; *CM Mod* - Concurso de Música Moderna; *GN Fado* - Grande Noite do Fado; *E Bandas* - II Encontro de Bandas Amadoras; *FN Folc* - VII Festival Nacional de Folclore.*Inquérito Juventude*: R - regularmente; O - ocasionalmente; R/N - raramente/nunca.



técnica e de enquadramento: 50%). Na sua totalidade ou esmagadora maioria, este público havia beneficiado de uma socialização precoce com a ópera, com idas de há 15 e + anos a discriminarem - pela distinção - as fracções da burguesia, em que a quase totalidade já acompanhava os pais nas idas à ópera. Todavia, embora o Teatro de S. Carlos aparecesse crismado assim pela força simbólica das heranças, não deixava de apontar para alguma extensão social na base de recrutamento do seu público: engrossado pela fracção médio-superior (pequena-burguesia técnica e de enquadramento) a dar entrada no S. Carlos segundo um ritmo constante de intervalos de 10 anos; e por “novas” clientelas de fracções médias onde subiam os valores para primeiras idas recentes (desde há 1-5 anos). São estas entradas que podem obstar ao envelhecimento de público tão marcado na ópera pela antiguidade da prática. É aliás possível admitir que a abertura de novos espaços com produção operática - como o grande e mediático Centro Cultural de Belém -, tenham reforçado este tipo de aproximações duplamente - e ambigualmente - “consumatórias” e ostentatórias junto daquelas fracções médias.

Por seu turno, as estatísticas indiciavam que a ópera não sofre os mesmos efeitos punitivos da pressão do pólo endo-domiciliar sobre o exo-domiciliar. E se isso acontece, se a procura operática se resguarda da erosão sentida nas procuras do cinema ou teatro *outdoors*, essa estacionaridade é então explicável pelo grau de fidelidade do público para com o género artístico potenciada por este perfil social. Na realidade, a noção geral de público abriga segmentações, cada uma reflectindo diferente proximidade, assiduidade e compromisso electivo com os universos de consumo cultural: as audiências, os públicos algo restritos e as clientelas ou círculos exíguos, como é basicamente o caso o da procura da ópera. O caminho das audiências (da televisão e cinema) até às clientelas (da ópera), passando por públicos restritos (como no teatro de vocação experimental ou erudita), corresponde, então, a uma contracção quantitativa aliada à elevação sócio-cultural dos receptores.

A selectividade social do gosto não exclui, porém, algum eclectismo, pelo menos em géneros ou eventos mais transclassistas. No panorama do *Inquérito Lisboa* se, por exemplo, no estrato alto não dominam idas a sessões de fado (mais representativas nos estratos médios com 7%/9% e sobretudo médio-inferior com 12%), não desdenha a ida à Grande Noite do Fado (24% no alto; 20% no médio-inferior). E o topo da escala compartilha de novo com a fracção inferior das classes médias a ida a concertos de música popular portuguesa (13%; 10%), embora seja uma categoria de entendimento potencialmente equívoco: que “popular”? Assim como o topo da escala não se distingue em géneros juvenis como o

**Quadro 12B:** Concertos, bailado, ópera: evolução e perfis da procura (%)\*

			Estudo S.Carlos (1989)							
classes/fracções			indução familiar	antiguidade nas idas à ópera (nº de anos)						
		total		1-4	5-9	10-14	15-19	20-24	25-29	30 +
B (37)	E/P	15	100	40	13	7	-	20	-	20
	D/P	21	69	21	7	11	7	18	7	29
	TE	50	78	17	17	15	19	12	10	10
PB (61)	E	9	67	44	11	11	-	11	11	11
	P	2	-	-	-	50	-	50	-	-
OP (2)	OI	2	-	-	-	-	-	-	-	-

\* valores arredondados

## Legenda:

B - burguesia (EP - empresarial/proprietária; D/P - dirigente/profissional);  
 PB - pequena burguesia (TE - técnica/de enquadramento; E - executiva; P - proprietária);  
 OP - operariado (OI - operariado industrial);  
 Indução familiar: acompanhavam os pais à ópera.

pop/rock, sobretudo português (encimado pelo pop/rock estrangeiro entre os 15-29 anos), ou outros géneros também do agrado das classes médias como a música africana/étnica e popular brasileira. Mais comuns às classes médias (embora o “mais” apenas varie aqui entre 5% e 12%), temos a ida a concertos de música ligeira portuguesa (os concertos de ligeira estrangeira “descem” igualmente um pouco de nível por interessarem ao estrato médio e abaixo) e as já referidas sessões de fado. Em termos etários, o fado interessa sobretudo a partir dos 30 anos (mais ainda entre os 45-65 anos), bem como a música popular portuguesa e, até certo ponto, a música ligeira nacional. Enquanto que, análoga ao pop/rock “importado”, o maior interesse por concertos de música ligeira estrangeira pertence a indivíduos com idades até 30 anos. E por outro lado, eventos populares como o *Encontro de Bandas Amadoras* ou o *Festival Nacional de Folclore*, têm valores residuais como outros casos, inclusive no estrato baixo.

Outra hipótese *outdoors* - a fechar este balanço de algumas saídas culturais - pode ser a ida a exposições em geral, e a museus em particular. Temos de começar, no entanto, por clarificações conceptuais das quais depende a compreensibilidade e o sentido de escala dessa (dupla) procura. À primeira vista parece reduzida quando, em 1988, a ida regular a exposições e museus/monumentos nos tempos livres não atingia 10% junto dos jovens, nem 20% junto dos lisboetas seis anos depois<sup>39</sup>. Simplesmente, pode sê-lo ou não consoante o objecto de referência. Para o

caso das exposições, com uma oferta renovável no circuito galerístico ou espaços análogos, fará sentido falar em procura “reduzida” sobretudo face a uma oferta considerável. E faz ainda sentido falar da conversão de *visitantes* em *públicos* na passagem de idas pontuais a recorrentes, justificadas pela recriação de motivos para visitar. Mas já no caso de imóveis ou patrimónios tipicamente de “ver uma vez” como monumentos e grande parte dos museus expondo apenas uma colecção permanente, os valores “reduzidos” da procura deixam de o ser por apenas exprimirem o óbvio: a difícil repetição da(s) ida(s) para voltar “a ver o visto”. Salvo quando os museus estimulam a *função-difusão*, a par ou até em certo detrimento da *função-conservação* como acontece nos museus “galerísticos” de arte contemporânea, investindo em exposições temporárias (temáticas/interdisciplinares; retrospectivas; rotações da colecção em mostras de reservas) que (re)criam motivos para o regresso dos (antes) visitantes, na condição (agora) de públicos. Acresce ainda que, das fontes disponíveis, o *Inquérito Lisboa* tentou assinalar acessos a diferentes circuitos. Fê-lo, contudo, com um indicador tão elementar como o de ter entrado pelo menos 1 vez em galerias, museus e outros espaços expositivos, que não autoriza a falar propriamente em *procuras* e muito menos em *públicos*. Falar-se-à, antes, em *incursões* específicas como registo de primeiras entradas, de que não sabemos quais e quantas perduraram em hábitos de visita, para se poder distinguir públicos recorrentes de visitantes pontuais.

Tendo em vista esses limites, e usado como indicador não do *uso* mas do *conhecimento* dos espaços, torna-se então muito significativo - mas de sinal negativo - para fazer notar que, em 1994, 60% dos residentes na área metropolitana de Lisboa nunca haviam dobrado a porta da Fundação Calouste Gulbenkian, uma instituição de tanta centralidade cultural na capital e no país desde os anos 50. E, comparativamente, bastante significativa - agora de sinal positivo -, quer a proporção dos que já haviam visitado o Centro Cultural de Belém cerca de três anos após a sua criação (26%), quer a proporção para a Culturgest (13%), de data muito recente na altura. Qualquer dos estabelecimentos também vê a democraticidade comprometida pela dupla lógica omnipresente na procura cultural: rarefacção de segmentos sociais mais baixos, distanciação de gerações mais velhas. Entre os mais novos (15-20 anos), para além da indução familiar, a indução escolar no fenómeno hoje tão praticado dos públicos escolares potencia o contacto pelo menos pontual com instituições patrimoniais: em princípio, um efeito desses verificar-se-à nas entradas em museus e espaços históricos quando existe uma (quase) simetria entre o segmento dos 15-20 anos e o dos jovens-adultos (21-29 anos). O último já é carac-

terístico de quem entrou em lugares “restritos” do circuito galerístico (como a Galeria 111), e perfil dominante no Centro Cultural de Belém, por exemplo.

Na generalidade, os números são contudo baixos. Mesmo residuais para o circuito galerístico onde, de resto, como em todos os inquéritos também este não escapa a vicissitudes estatísticas. Se não surpreende a exiguidade de quem alguma vez passou pela “histórica” Galeria 111 (5%), o valor estranhamente elevado (34%) para a Galeria Valentim de Carvalho (ainda por cima apenas criada em 1984, precisamente 20 anos depois daquela, e não sendo uma galeria de “grande público”) só se compreende por confusão dos inquiridos com as lojas de música com o mesmo nome (até pelo peso que aí apresentam os segmentos mais jovens). O cálculo da média dos “visitantes” do circuito galerístico resume-se assim a um exercício puramente retórico: estará muito abaixo de 20%, algures entre os 5% da Galeria 111 e os 8% encontrados para dois espaços expositivos como o Palácio das Galveias e a Casa Fernando Pessoa que acolhem exposições de arte moderna/contemporânea. Sobre os públicos restritos das galerias de Lisboa, o único estudo na base de um inquérito data de 1984. Aliás, momento de viragem no campo das artes plásticas em Portugal, depois do qual se daria a expansão de galerias, inclusive as mais confinadas ao pequeno círculo de (trans)vanguarda; e sucedendo também a um período de descentralização grosso modo nascido com o período pós-revolucionário, onde está a origem de bienais e mostras em espaços mediana ou até acentuadamente periféricos face aos meios artísticos de referência nas duas maiores cidades<sup>40</sup>.

Apesar de apenas relativo a 3 galerias da capital - todas de referência para a arte moderna, o estudo de 1984 serve de exemplo para a estruturação dos públicos fiéis à “sua” galeria. Ou melhor, clientelas análogas às da ópera, hierarquizáveis segundo a escala da “legitimidade” cultural que organiza as posições no campo artístico. Na altura, um público mais burguês e também mais velho para a galeria da “vanguarda histórica” (Galeria 111), com um grande capital de prestígio tanto consagratório quanto consagrado pelo seu elenco de artistas importantes; um público mais jovem e mais representativo do que Pierre Bourdieu chamaria “nova pequena burguesia intelectual” junto de uma galeria de ponta na altura (Galeria Quadrum); entre ambos, um público algo “médio”, com algum eclectismo associado a hibridismos no “stable” de uma galeria como a Altamira<sup>41</sup>.

Quanto aos museus e espaços análogos, ter aí entrado pelo menos uma vez na vida ainda não pertencia em 1994 à experiência da esmagadora maioria dos lisboetas. Destacam-se, quando muito, 41% de entradas

**Quadro 13:** Exposições - museus, galerias e outros espaços: evolução e perfis da procura (%)

<i>Procuras</i>	<b>Inquérito Práticas (1985-88) *</b>										
	R. Metropolitana Lisboa	R. Metropolitana do Porto	Máx	min							
ir a exposições (pelo menos uma ida anual)	23	-	43	4							
	média nacional: 24										
ir a exposições, museus/monumentos nos tempos livres	<b>Inquérito Juventude (1988)**</b>			<b>Inquérito Lisboa (1994)**</b>							
	R	O	R/N	R	O	R/N					
	7	6	87	16	18	66					
<i>Entradas</i> Visitas (pelo menos uma vez)	<b>Inquérito Lisboa (1994)**</b>										
	Total	idade					estrato social				
		15-20	21-29	30-44	45-65	66 +	alto	méd sup	méd	méd inf	baixo
<b>Galerias:</b>											
Galeria 111	5	3	10	6	3	2	24	11	7	3	1
Gal. Valentim de Carvalho	34	50	52	39	24	11	56	60	49	25	15
<i>média</i>	20	27	31	23	14	6	40	36	28	14	8
<b>Espaços expositivos:</b>											
Palácio das Galveias	9	6	12	9	9	7	27	23	10	5	3
Casa Fernando Pessoa	7	6	8	9	4	6	15	14	8	5	3
<i>média</i>	8	6	10	9	7	7	21	18	9	5	3
<b>Arquivos/ Museus/ Espaços históricos:</b>											
Arq. Fotográfico Nacional	3	3	4	4	3	-	18	5	4	2	1
M. Nacional de Arte Antiga	27	33	33	22	27	21	59	56	33	20	11
Palácio da Ajuda	41	48	46	38	39	36	68	57	47	42	25
M. Nacional de Arqueologia	11	18	11	10	11	3	29	24	14	7	3
<i>média parcial (s/ Arquivo Fotográfico)</i>	26	33	30	23	26	20	52	46	31	23	13
<b>Museus temáticos:</b>											
Museu da Cidade	14	28	17	14	10	8	29	23	24	9	6
Museu Nacional do Azulejo	12	7	17	13	11	7	27	23	16	8	3
M. Rafael Bordalo Pinheiro	14	16	16	13	13	12	29	24	20	14	3
Museu de Etnologia	14	21	18	13	11	6	38	32	10	6	4
Museu do Teatro	20	24	30	19	13	16	35	34	30	12	9
Museu do Traje	33	47	47	28	28	21	52	57	46	26	16
Museu da Electricidade	8	17	13	5	6	-	18	18	10	4	3
<i>média</i>	16	23	23	15	13	10	33	30	22	11	6
<b>Estabelecimentos:</b>											
F. Calouste Gulbenkian	40	55	56	40	31	23	79	80	54	27	13
Centro Cultural de Belém	26	34	43	25	22	5	50	51	32	19	14
CGD - Culturgest	13	17	18	16	8	8	27	19	17	11	6

\* valores geralmente em linha \*\* valores arredondados

Legenda:

R - regularmente; O - ocasionalmente; R/N - raramente/nunca

no Palácio Nacional da Ajuda, secundado por casos curiosos como o do Museu do Traje ou até o Museu do Teatro (respectivamente, 33% e 29%), valores no entanto compreensíveis pelo apelo a públicos escolares e por uma prática de mediatização considerável nos últimos anos. Por isso conseguem ombrear ou até superar o conhecimento do Museu Nacional de Arte Antiga (27%). Ora, nestes números relativos à “procura” nacional - no caso, para a área metropolitana de Lisboa, de resto com a maior concentração de museus - justamente repousa o sentido de escala para as estatísticas (Quadro 13A) de visitantes dos museus (a bem dizer, entradas de bilheteira e não indivíduos). Porque procedem à junção problemática de visitantes nacionais e estrangeiros, e tanto mais problemática num país turístico como o nosso que conta com os museus nos roteiros do turismo nacional.

Concluir, então, que a procura global dos museus apresenta em década e meia uma taxa de crescimento de +177% (para uma acréscimo de +102% de museus considerados, isto é, aqueles que responderam ao inquérito do INE), significa lidarmos em parte com um “índice” da procura turística. De resto, “índice” a ajustar com um indicador relacional (que articula oferta com procura) como é o da média de visitantes por museus contabilizados, dando um saldo evolutivo bem mais moderado: +38%. Só em 1994 o desdobramento de categorias permite contabilizar cerca de 35% de estrangeiros no conjunto de visitantes de “grupos organizados” (19% na procura anual), mas uma segmentação mais fina teria de juntar a estes estrangeiros todos os outros que fizeram as suas visitas individualmente, não em “excursão”. É ainda o ano em que tal desdobramento dá contornos aos públicos escolares: cerca de 27% no conjunto dos visitantes em grupo, (quase 15% na procura anual). Aliás, sabendo-se como o estímulo aos públicos escolares entrou na actualidade da relação museu/escola/comunidade, é bem possível que o salto recente e muito importante da proporção dos “grupos” na procura global dos museus (cerca de 12% em 1984; quase 55% dez anos depois) tenha aqui o seu fundamento, a par de “inputs” turísticos e acréscimos no resto da procura nacional.

Por outro lado, as estatísticas apontam para contributos diferenciais dos vários tipos de museus no saldo final. Seccionada em 3 quinquênios, embora com a consciência desta síntese comprometer o rigor por anular curvas irregulares entre quinquênios e dentro de cada um, só 5 entre 10 categorias museológicas contribuem positivamente, e ainda com taxas de crescimento hierarquizáveis na média de visitantes por museus: +178% para os museus de ciência/técnicas/história natural, secundados à distância por diversos museus especializados (+56%) e de etnografia/antropologia (+47%); o terceiro escalão emparceira museus de arte (+21%) e

**Quadro 13 A:** Museus e monumentos: evolução da procura

Total	Estatísticas Continente (1979-1994)*										
	1979	1984	var 79-84 %	1989	var 84-89 %	1993	var 89-93 %	1994	var 1 89-94 %	var 2 93-94 %	var 3 79-94 %
museus <sup>i</sup>	123	139	+ 13	231 (255)	+ 66	241 (328)	+ 4	248	+ 7	+ 3	+102
visitantes <sup>ii</sup>	2989	3800	+ 27	6283	+ 65	7202	+15	8292	+ 32	+ 15	+ 177
% grupos <sup>iii</sup>	-	11,9		19,7		18,5		54,6			
v/m <sup>iv</sup>	24300	27338	+ 13	27199	- 1	29884	+ 10	33435	+ 23	+ 12	+ 38
museus <sup>v</sup>											
arte v/m	34450	31225	- 9	26471	- 15	37143	+40	41529	+ 57	+ 12	+ 21
ciência v/m	8833	25500	+189	27765	+ 9	45000	+ 62	24529	- 12	- 46	+ 178
etno v/m	5200	6333	+ 22	13526	+ 133	8542	- 37	7667	- 43	- 10	+ 47
história v/m	23125	20419	- 12	7814	- 62	20102	+157	22750	+191	+13	- 2
monumentos v/m	-	8500	-	146800	+1627	105900	- 28	125083	- 15	+18	-15 (a)
especializados v/m	2000	3800	+1800	17241	+ 354	6929	- 60	5941	- 66	-14	+ 56
mistos/gerais v/m	10765	8455	- 22	13200	+ 56	4941	- 63	5267	- 60	- 7	- 51
regionais/locais v/m	-	14417	-	13071	- 9	13226	+ 1	10447	- 20	-21	- 28
outros v/m	2200	1600	- 27	16777	+ 949	-	-	-	-	-	-
jardins v/m	249250	248000	- 1	158400	- 36	175833	+ 11	295600	+87	+68	+ 19

\* valores arredondados

Legenda:

- var - taxas de crescimento; var 1) - relativa ao ano de 1989; var 2) - relativa ao ano de 1993; var 3) - relativa ao ano de 1979 ou, em alguns casos, relativa ao primeiro ano em que aparecem estatísticas; var 3 a) - aparece apenas na categoria dos monumentos históricos e arqueológicos, dizendo respeito à taxa de crescimento entre 1989 e 1994, dadas as insuficiências estatísticas anteriores;
- i. Os valores entre parênteses dizem respeito ao total de museus existentes, assinalados durante alguns anos nas estatísticas do INE, a par do número de museus que responderam ao inquérito. Só estes últimos entram no nosso cálculo das taxas de crescimento (var);
- ii. (x 1000);
- iii. % dos visitantes em grupos organizados na procura anual de museus. Em 1994, o desdobramento de categorias permite contabilizar 34.7% de estrangeiros no conjunto dos visitantes em grupos organizados (sendo 18.9% na procura total); 38.8% de portugueses (21.2% da procura total); e 26.5% de grupos escolares (14.5% da procura total);
- iv. média do nº de visitantes por nº de museus;
- v. arte - arte; ciência - ciência e/ou história natural + ciência e/ou técnica(s); etno - etnografia e/ou antropologia + etnologia; história - arqueologia e/ou história; monumentos - monumentos históricos e arqueológicos; jardins - jardins zoológicos, botânicos e aquários.

jardins zoológicos/botânicos/aquários (+19%). A hierarquia inversa das taxas de decréscimo começa nos museus mistos/gerais (-51%), sucedendo-lhes os regionais/locais (-28%), monumentos históricos/arqueológicos (-15% para o período de 1989-94 em que parece haver dados mais consistentes) e, já perto de um valor neutro, os museus históricos/arqueológicos (-2%). A categoria “outros” tem duração limitada.

Em segundo lugar, há diferenças nas diacronias de cada categoria, servindo o último quinquénio (1989-93 ou 94) de divisor entre fases opostas no panorama da procura museológica para algumas categorias.

Por exemplo, tanto os museus de arte como os históricos/arqueológicos ganham impulso suficiente entre 89-93 para inflectirem curvas antes negativas. Ainda mais negativa nos últimos, pelo que torna assim mais espectacular o salto de uma taxa de decréscimo de -62% entre 1984-89, para a de crescimento de +157% entre 1989-93, ou mesmo +191% se considerarmos o final do quinquénio em 1994. No caso dos museus de arte, o salto corresponde à passagem de cerca de -15% para +40% na mesma altura, ou até para +57% tendo o final em 1994. A estes, junta-se tendência homóloga nos jardins zoológicos e afins, com a passagem de -36% para +11% em 89-93 e, como só no ano de 94 foi a categoria que mais cresceu (+68%), a taxa passa a quase +87% se aqui terminar o quinquénio. No sentido oposto, e apesar de afinidades temáticas com essa categoria, os museus de ciência/técnica/ história natural vêm reduzido o seu poder de atracção na parte final do período (+62% vs -12%, tendo mesmo sido dos mais penalizados no ano de 1994 com -46%). Quanto aos museus especializados, depois de taxas de crescimento curiosamente elevadas na média de visitantes por museu (+1800%, +354%), o terceiro quinquénio termina com um saldo negativo de -60%. E o mesmo acontece para os museus de etnografia/antropologia, embora com valores inferiores: -37% depois de taxas de crescimento muito desiguais (+22% em 1979-84, +133% no quinquénio seguinte). Numa curva irregular, os museus mistos/gerais terminam o período com -60% (depois de um pico de +56% entre 1989 e 93), e os regionais/locais descem (-20%) sobretudo nos últimos 5 anos.

Em síntese, mesmo com limites à inferência por causa da fiabilidade discutível de fontes como a do INE para o sector cultural, o cruzamento das duas diacronias (global e parciais) sugere, no mínimo, hipóteses de algumas (re)estruturações no cenário da procura. (Re)estruturações que conviria substantivar melhor com o plano da “oferta”, aqui presente em categorias amplas com heterogeneidade interna em termos de programáticas e protagonismo dos museus na sua relação com os públicos. A própria orientação das políticas culturais para o domínio do património e museologia em particular, terá aí os seus reflexos. Não será porventura excessivo inferir da dinâmica dos museus de arte e história desde finais de 80, um efeito de investimento dessa ordem, também com expressão estatística no ano *sui generis* de 94 que acentua, por assim dizer, a dimensão clássica e patrimonialista da “cultura museológica”. Nem se deve deixar de observar, complementarmente, que a permutação de algumas tendências - com o efeito de substituição de uns museus por outros em fases distintas da(s) diacronia(s) -, pode encontrar aqui o seu princípio explicativo. A procura dos museus especializados, por exemplo, conhece



uma curva a dois tempos: notoriamente ascendente até quase finais de 80, sucedem-lhe “abandonos” importantes que faltaria saber até que ponto se devem a lógicas de desinvestimento por parte de responsáveis pelo sector, ao “amortecimento” do dinamismo inicial, ou simplesmente ao facto da sua vocação especializada ser mais insusceptível de galvanizar o interesse do “grande público”. Entretanto, ele próprio “dividido” por uma oferta concorrencial, porque em condições de grande concentração geográfica (nos grandes centros urbanos, sobretudo Lisboa).

Todavia, a vocação especializada não tem de colidir com a lógica do “grande público”, nem ver cerceado o seu potencial de atracção para públicos específicos. Dependerá do tipo de museus e dos referenciais em que se inscrevem. A este propósito, uma das revelações mais interessantes das estatísticas é a condição privilegiada dos museus de ciência/técnica/história natural - aos quais se juntaria o “élan” recente de casos tematicamente próximos como os jardins zoológicos/botânicos/aquários, graças ao efeito de recente campanha mediática, como a de “salvamento” do Jardim Zoológico de Lisboa. Representam outra dimensão da “cultura museológica”, não clássica ou patrimonialista, e por isso mesmo sobressai o contraste, em 1994, entre quebras na procura dos museus de ciência ao invés de “inputs” nos de arte, de história ou monumentos. De certo modo, podem contar com o recurso precioso que é a mobilização quase “automática” de públicos escolares, mas também a atracção do “grande público” por exposições de impacto que começam a imprimir um sentido de escala à divulgação científica em contexto museológico - lembre-se, há pouco tempo, o “fenómeno dos dinossauros” no Museu de História Natural. Saber até que ponto alguma inflexão na sua procura entre 1989-94 constitui um episódio conjuntural em que boa parte destes triunfos foram menos jogados pelos mentores dos museus, ou se reedita o velho “conflito” das “duas culturas” (cultura técnico-científica e cultura artístico-humanista), anunciando a sobreposição relativa da tal dimensão clássica/patrimonialista, é uma questão ainda em aberto.

## 5. Nota final

Constituir um acervo de indicadores empíricos para práticas culturais em Portugal no curso da última década e meia, e constitui-lo, como se dizia na abertura, ensaiando o “diálogo” entre “vozes” representadas por várias fontes, foi o propósito deste balanço, não obstante a ler nos devidos limites. Lida com a insegurança estatística em diversos aspectos; dirigindo-se apenas a cenários da procura, deixa elíptica a sua relação

com o panorama das infraestruturas e produção cultural disponível como oferta; *last but not least*, e com importantes consequências sociológicas do ponto de vista da inteligibilidade da cultura no sentido amplo do termo, restringe-se quase exclusivamente a domínios mediáticos, artísticos ou cultivados, quando o vasto campo dos lazeres conta com modos alternativos de preenchimento dos tempos livres.

Sobretudo desta última delimitação decorre uma contabilidade final dominada pela falta ou défice fora da esfera dos equipamentos e práticas domésticas; fora da privatização, mediatização e massificação cultural. Ou, por outras palavras, sempre que se entra no universo das saídas culturais, crismadas pela escassez, seja pela exiguidade dos públicos assíduos, seja ainda por perdas penosas em certas áreas (teatro, cinema *outdoors*). Justifica-se, pois, a dicotomia entre pólo endo e exo-domiciliário que nos serviu de fio condutor. Em primeiro lugar, porque ilumina de facto a pressão quotidiana do primeiro sobre o segundo, e a este nível Portugal anda a compasso com tendências noutros países, nomeadamente no contexto europeu<sup>42</sup>. Em segundo lugar porque, grosso modo, a dicotomia serve para o diferencial da relação das classes com as artes - ou cultura na versão “clássica” como sistema de práticas cultivadas ao abrigo da caução simbólica que colhem no “arbitrário” hierárquico da legitimidade. A hegemonia de práticas domésticas - como a recepção dos media, com a TV à cabeça - contrasta então com a raridade de uma “cultura de saídas” no mesmo sentido em que a transversalidade contrasta com a selectividade social. Para se assistir desta forma à permutação de um “cheio” em “vazio” estatístico junto de universos populares ou medianamente letrados quando se visam consumos “qualificados”, por seu turno passados a “cheio” junto de fracções médias e médio-superiores, providas de maiores recursos escolares e sobretudo em proximidade ou familiaridade com aquela cultura de “grande tradição”. E em terceiro lugar, porque nessa dicotomia também figura a clivagem, omnipresente e fundamental, entre gerações: os mais jovens também sempre mais à procura da cultura fora de casa, embora se saiba que a idade crítica para abandonos de consumo *outdoors* coincide com a entrada na conjugalidade e sobretudo da paternidade a partir dos 30 anos.

Posse/privação ou abundância/raridade como marcas de dupla clivagem social e geracional são, porém, binómios de sentido relativo e reversivo para o entendimento sociológico. O entendimento a distanciar igualmente de tricotomias simplificadoras como a de “distinção”, “pretensão” e “des-tituição” associadas às classes superiores, médias e populares, por se arriscarem a colonizar (e a esgotar) a inteligibilidade do “cultural” na sua subordinação aos princípios de dominação simbólica. Subverter a ideia de

que quanto mais se desce na hierarquia social mais domina o “esvaziamento cultural”, implica compreender que se a “destituição” das classes populares vai a par de uma “falta de consciência” dessa “destituição” (consequentemente, não reconhecimento da falta, nem sentimento de “necessidades culturais”), é porque existem aqui alternativas ao modelo cultural consagrado como dominante. E o mesmo argumento aplicar-se-à, naturalmente a todos os outros universos com muitas distâncias face a esse modelo, na verdade, não a “marginalidade”, mas a “centralidade” da imensa maioria que é o não-público das actividades consagradas pelo modelo<sup>43</sup>. De resto, na própria zona social do modelo são muitas as distinções a cavar entre públicos. Mas só incursões analíticas bem mais especificadas já fora do horizonte deste balanço trariam evidência a fronteiras como, por exemplo entre cultura cultivada e cultura letrada - cada vez mais relevante no cenário da extensão (inflação com os efeitos correlativos de “desvalorização”) das qualificações escolares onde, *pour cause*, faz ainda mais sentido dissociar capital escolar de capital cultural.

Deixando esses aspectos para elucidação posterior, o acervo de indicadores aqui reunido parece oportuno, isso sim, para um retrato genérico da situação portuguesa e, nesse sentido, responde à necessidade que vamos sentindo em fazer comparações europeias ou internacionais. Já se observou que entre nós não diferem as tendências - fica prometido um novo encontro com o leitor para tais confrontos -, apesar de não ser demais sublinhar que, ao longo do período analisado e com inversões pontuais ou significativas na década de 80, a condição portuguesa tem lacunas de tripla natureza: sub-equipamento em termos de produção e infraestruturas, níveis mais baixos de procura para alguns domínios e défices em continuidade, consistência ou activismo da política cultural. Convém lembrar que, aquando de um levantamento sobre a situação da arte e dos artistas no dealbar da década de 70, havia quem então já considerasse Portugal, em comparação com os seus parceiros europeus, uma “sociedade dualista em evolução”, no enclave de uma “velha sociedade agrária” e de uma “nova sociedade urbana e industrial”<sup>44</sup>. Os desequilíbrios regionais e sociais tantas vezes aludidos no nosso balanço serão precisamente um, entre outros, dos sintomas dessa herança de condição periférica. A segunda metade dos anos 80 traria no entanto a Portugal processos de modernidade e desenvolvimento - bem como a entrada na Comunidade Económica Europeia -, que lhe pode dar hoje a posição algo (mais) confortável de “semi-periferia”<sup>45</sup>.

A conjuntura actual, que radica nesses processos e com implicações eventualmente consideráveis na problemática da procura cultural, deve ser apreciada à luz da importância política e económica entretanto conferida

à cultura. A centralidade, por exemplo, do tema cultura e desenvolvimento inscreve-se nesse *zeitgeist*. Seja na óptica mais restrita do desenvolvimento do sector cultural, observando potencialidades endógenas já conhecidas e outras supostamente inexploradas (exemplos recorrentes são as indústrias e o turismo cultural; as novas fontes de emprego no terciário dos lazeres, etc), seja no enquadramento mais global da dimensão cultural do desenvolvimento, tendo por horizonte orientações, práticas e valores que comprometem a modernização/modernidade com o pleno exercício da cidadania democrática. As duas ópticas confluem no interesse político pela cultura, mas recontextualizado no quadro de uma racionalidade económica que nasce das próprias condições problemáticas do *Welfare State*, não por acaso sentidas com particular acuidade num sector tão “assistido” como o cultural. Racionalidade imediata ou tangível no primeiro caso, confiando ou apostando nas virtualidades de uma economia da cultura a assumir nas práticas de gestão dos operadores do sector cultural; racionalidade difusa ou diferida no segundo, inspirada numa cultura da economia que, alternativa ao paradigma tecnicista do “crescimento económico”, passa a acreditar nos factores sócio-culturais como coeficiente para o desenvolvimento integrado<sup>46</sup>.

Numa e noutra lógica, como se depreende, interessam os actores, criadores/produtores e utentes/consumidores. Foi na perspectiva destes últimos que aqui propusemos um percurso de cerca de 15 anos, querendo esclarecer em concreto o que se pode entender por “participação” na vida cultural portuguesa. Ou melhor, querendo um acervo de indicadores para se poder construir uma argumentação mais sustentada à volta deste tema tão inflacionário em expectativas quanto o da cultura e desenvolvimento. Os indicadores aconselham mais realismo sociológico e menos demagogia retórica como acontece nos discursos políticos (ou discursos sociológicos de tentação política). Mas realismo não se confunde necessariamente com cepticismo; representa, no nosso entender, a primeira condição, a condição mais informada, para continuar essa tarefa sempre prioritária e sempre inacabada em matéria de cultura que é a da democratização vs participação.

## Notas

- 1 A versão original deste trabalho correspondeu a um relatório de síntese nacional apresentado na *III European Round Table “Participation in cultural life in Europe: current trends and future strategies”*, Moscovo, 22-24 de Abril de 1991, cujas actas foram publicadas pelo Zentrum für Kulturforschung de Bona (1991). Na organização e patrocínio da Mesa-Redonda, que contou com representantes da generalidade dos países da Europa Ocidental e de Leste, participaram as seguintes instituições: CIRCLE - Cultural Information and

Centres Liaison in Europe (org), Conselho da Europa, Comissão das Comunidades Europeias, Fundação Europeia de Cultura, UNESCO, Ministério da Cultura e Ministério da Edição e Informação da URSS, conjuntamente com outros organismos culturais (ainda) soviéticas tais como o All-Union Research Arts Institute, Theatre Workers Union, American-Soviet Theatre Initiative. As actas do encontro serviram depois para a redacção do livro *Participation à la Vie Culturelle: Tendences, Stratégies et Défis: table ronde de Moscou 1991*, Paris, La Documentation Française, 1994. Infelizmente, o relatório português foi aí pouco e mal utilizado pelo(s) autor(es). Tal como aparecem, esparsos e descontextualizados, os dados acabam por conduzir a uma visão amputada que representa mal Portugal.

Ainda que passado bastante tempo, lembro e agradeço o apoio de Ângela Lisboa na organização do material empírico aquando da versão original. Posteriormente, o trabalho foi retomado e actualizado para apoiar aulas no *Mestrado de Cultura, Comunicação e Tecnologias da Informação* do ISCTE, e também aquando da preparação, no CIES, da candidatura de um projecto de investigação colectiva ao PRAXIS XXI que não chegou a realizar-se. Actualmente, torna-se oportuno no contexto do Observatório das Actividades Culturais, em particular no projecto “Exame das políticas culturais em Portugal: 10 anos” de que sou consultora. O Observatório cria a oportunidade, inédita entre nós, para avaliar e analiticamente reconstituir o aparelho estatístico para o sector cultural Na medida em que estão aí em curso levantamentos e análises cuidadas das estatísticas oficiais, alguns dos dados aqui apresentados (em particular os do INE) virão por certo a ser completados e eventualmente revistos no curto prazo.

Usamos os seguintes estudos de referência:

- *Práticas culturais dos portugueses*: com a coordenação de Jorge Gaspar, foi realizado de 1985 a 1988 pelo Centro de Estudos Geográficos (do INIC - Instituto Nacional de Investigação Científica) e Direcção-Geral da Acção Cultural (da SEC - Secretaria de Estado da Cultura). Tem o mérito de aparentemente ser pioneiro em Portugal como inquirição extensiva, e resultou em 9 relatórios que apresentam os dados (em linha) do inquérito sobre equipamentos e práticas culturais por várias regiões percorridas ao longo dos três anos de investigação (Área de Lisboa, Área do Porto, Norte Litoral, Norte Interior, Beira Litoral, Beira Interior, Estremadura e Ribatejo, Alentejo e Algarve). O questionário era composto de uma ficha de família destinada à caracterização social e demográfica do agregado familiar, incluindo o recenseamento dos equipamentos culturais, e de uma ficha individual incidindo sobre as práticas culturais do inquirido. Haverá reservas quanto a critérios e categorias usadas, mas a citação deste estudo (*Inquérito Práticas*) é, pelo menos, “historicamente” incontornável;
- *Juventude portuguesa: situações, problemas e aspirações*. Foi realizado pelo ICS e os resultados apareceram publicados em 1989 numa série de 8 volumes temáticos, dos quais temos sobretudo em vista: Luísa Schmidt, “Dinheiro e bens materiais”; José Machado Pais, “Usos do tempo e espaços de lazer” e Idalina Conde, “Identidade nacional e social dos jovens”. Será citado como *Inquérito Juventude*;
- *Práticas culturais dos lisboetas*: realizado em 1994 no ICS por José Machado Pais (coord.), João Sedas Nunes, Maria Paula Duarte, Fernando Luís Mendes A citar como *Inquérito Lisboa*;
- um outro estudo, de âmbito sectorial, dirige-se ao lugar do livro e das práticas de leitura (*Inquérito Leitura*). O I Inquérito Nacional foi realizado em 1988 por Eduardo de Freitas e Maria de Lourdes Lima dos Santos (com Ana Saint-Maurice), no CIES/ISCTE (publicado em *Hábitos de Leitura em Portugal*, Lisboa, D. Quixote, 1992). O II Inquérito foi realizado em 1995 também no CIES/ISCTE por Eduardo de Freitas, José Luís Casanova e Nuno de Almeida (colaborador). Na medida em que o Inquérito Leitura de 1988 apenas teve por referência os residentes nas localidades com 1000 habitantes e mais, para viabilizar a comparação foi necessário amputar na amostra de 1995 o segmento de

indivíduos residentes em localidades com menos de 1000 habitantes. Nestas condições, os valores de 88 e 95 postos em confronto excluem uma parte considerável do país rural. Este ajustamento é evocado no relatório de investigação do II Inquérito Leitura, *Os hábitos de Leitura: um inquérito à população portuguesa*, Lisboa, CIES/ISCTE, 1996, p. 234, e deve ser levado em conta na leitura do presente balanço. Agradeço a Eduardo de Freitas a autorização para fazer uso aqui de alguns dados não publicados à data deste artigo;

- *A procura e a oferta cultural e os jovens*: da autoria de Luísa Schmidt (publicado nos Cadernos do Instituto de Ciências Sociais *Estudos de Juventude*, nº 6, 1993), apresenta uma análise secundária de fontes (estatísticas nacionais, inquéritos e sondagens), em particular sobre a relação dos jovens com os media. Usa dados da BAREME - Base regular de meios da empresa de sondagens MARKTEST. Sobre as características desta inquirição mensal (cerca de 1000 entrevistas/mês nos últimos anos) a uma população com 13 e mais anos residente no continente, cf. p. 85. A citar como *Estudo Procura*;
  - *Estatísticas da Cultura, Desporto e Recreio* (produzidas pelo INE) de 1979 a 1994 (a citar como *Estatísticas*), às quais se juntam dados do inquérito, também do INE, sobre os *Indicadores de Conforto (Indicadores)*;
  - pontualmente, far-se-à menção a outras fontes. Um outro estudo de referência é o de de Augusto Santos Silva e Helena Santos, *Prática e representação das culturas: um inquérito na área metropolitana do Porto*, Porto, Centro Regional de Artes Tradicionais, 1995. Não o convocamos aqui pelo facto da generalidade deste balanço já estar construído quando foi possível consultar esse trabalho. Em compensação, teremos o cuidado de o chamar no contexto de um estudo em vias de publicação sobre os públicos da Fundação de Serralves, justamente situada no Porto.
- 2 Esses centros de gravidade foram antes teoricamente enunciados noutra obra sobre o percurso analítico que deve conduzir da procura cultural às experiências de recepção, passando pela segmentação dos públicos da cultura: Idalina Conde, "Percepção estética e públicos da cultura: perplexidade e redundância", in Idalina Conde (coord), *Percepção estética e públicos da cultura*, Lisboa, ACARTE, Fundação Calouste Gulbenkian, 1992.
  - 3 No nosso estudo *O(s) público(s) da Fundação de Serralves* (a sair) ensaia-se uma análise mais aprofundada dos públicos. Dois artigos em preparação, visam a problemática da recepção: "Regressos ao desentendimento" e "'Passos em volta': recepção, comunicabilidade e experiência".
  - 4 Para uma abordagem destes conjuntos estruturados, cf. Denis Cogneau, "Les pratiques culturelles dans l'espace des loisirs" in Olivier Donnat e Dennis Cogneau, *Les pratiques culturelles des français, 1973-1989*, Paris, La Découverte/La Documentation Française, 1990, pp. 144-286. São conjuntos constituídos por associação/acumulação estruturada de repertórios de práticas; conjuntos ou *conglomerados* aos quais o autor dá o nome sugestivo de "*cartas culturais*" jogadas no "baralho" dos possíveis do "jogo" cultural.
  - 5 Cf. por exemplo a matriz de José Machado Pais *et al* usada no *Inquérito Juventude e Inquérito Lisboa*, bem como a de José Madureira Pinto, construída também com o propósito de equacionar vias de intervenção: "Uma reflexão sobre políticas culturais" in *Dinâmicas Culturais, Cidadania e Desenvolvimento Local* (Actas do Encontro de Vila do Conde, 1-3 de Abril de 1993), Lisboa, APS - Associação Portuguesa de Sociologia, 1994.
  - 6 Usámos a expressão "lazer culturais" em Idalina Conde, "Cultura e lazer" *Em Questão* (Jornal do SNESup - Sindicato Nacional do Ensino Superior), nº 1, Jun.1990, mas também com a intenção de sintetizar nesse pequeno artigo algumas reversões actualmente sentidas nas noções de cultura e lazer - assim como na relação entre ambas - que, de relativas antinomias, chegam a sinergias. Não só porque as actividades culturais se disseminam e vulgarizam como preenchimento dos tempos de ócio, também porque nos habituamos a encarar as formas de entretenimento supostamente triviais como expressões de sentido.

- Admitir, contemporaneamente, que “a cultura diverte e o lazer cultiva” deveu-se, sem dúvida, à relativização crítica do paradigma da cultura de massas que fez furor nos anos 60. Af, e na tradição de pensamento cara às posições quase dogmáticas no seu cepticismo-elitismo da Escola de Frankfurt (com Adorno à cabeça), as indústrias culturais e a mercantilização da cultura apenas eram vistos - ainda perduram assim em algumas ópticas intelectuais - na lógica perversa do embrutecimento das “massas”. Sobre a relação entre cultura e lazer, cf. também Maria de Lourdes Lima dos Santos, “ ‘Cultura dos ócios’ e utopia” in Maria de Lourdes Lima dos Santos (coord), *Cultura & Economia* (Actas do Colóquio), Lisboa, Edições do ICS, 1995.
- 7 Uma “denúncia” exemplar, quer do “legitimismo”, quer do “populismo” que atravessam a sociologia da cultura no paradigma bourdiano da “distinção”, e em particular nos olhares sobre as classes, culturas e meios populares, é a de Claude Grignon e Jean-Claude Passeron, *Le Savant et le Populaire - Misérabilisme et Populisme en Sociologie et Littérature*, Paris, Seuil/Gallimard, 1989.
  - 8 Cf. Idalina Conde, Intervenção na Mesa-Redonda “Arte e media: cultura ou indústria?” in Debate “As Noites de Sociologia”, *Sociologia - Problemas e Práticas*, nº 8, 1990, pp. 170-174. Para essa distinção entre tipos de indústrias culturais, cf. AA.VV., *Economia da cultura: reflexões sobre as indústrias culturais no Brasil*, Brasília, Ministério da Cultura, 1988. E para uma abordagem geral, cf. A.Huet, A.Lefebvre, D.Miège, R.Peron, *Capitalisme et Industries Culturelles*, Grenoble, Presse Université de Grenoble, 1984 (2ª ed).
  - 9 Reutiliza-se a noção de “cronotopia” avançada por José Machado Pais em *Juventude Portuguesa: usos do tempo e espaços de lazer*. Lisboa, Instituto da Juventude/Instituto de Ciências Sociais, 1989.
  - 10 Elfsco Véron. *A produção de sentido*, S. Paulo, Cultrix, 1981; Michel de Certeau, *L'invention du quotidien. 1. Arts de Faire*, Paris, UGE, 1980. E para uma referência a estes contributos, cf. Maria de Lourdes Lima dos Santos, “Questionamento à volta de três noções (a grande cultura, a cultura popular, a cultura de massas)”, *Análise Social*, nºs 101-102, 1988 (retomado em Alexandre Melo (org), *Arte e dinheiro*, Lisboa, Assírio & Alvim, 1994). Já há bastante tempo. José Manuel Viegas mostrava como a exposição televisiva às telenovelas na verdade pouco tinha de passivo quanto à produção de sentido junto da recepção: “Telenovelas: do modelo de produção à diversidade de reconhecimento”, *Sociologia - Problemas e Práticas*, nº 2, 1987. Ainda hoje esse artigo parece-nos exemplar para o estudo empírico da recepção, com a sua sugestiva operacionalização.
  - 11 A polarização juvenil no computador como equipamento de referência está associada à possibilidade do duplo uso, com a dominância do lúdico sobre o instrumental inclusive em contextos como a escola. Um estudo sobre 2672 alunos do ensino secundário e complementar de 11 escolas equipadas com computadores por estarem integradas no Projecto MINERVA, dava os seguintes resultados há cerca de uma década (1988): 47% dizia já ter computador doméstico embora 88% fosse de pequeno porte, tipo SPECTRUM; quer a posse, quer o uso do computador na escola eram predominantemente masculinos (sobretudo o uso frequente e regular); e o uso lúdico (jogar) caracterizava as várias populações escolares, havendo no entanto alguma assimetria. As turmas de “repentes” tinham mais uma relação negativa com a prática (pedagógica) da programação, acompanhada da relação positiva com a curiosidade, mais própria do utilizador. Cf. António Pedro Dores, “Informática nas escolas secundárias”, *Sociologia - Problemas e Práticas*, nº 10, 1991, pp. 231-242.
  - 12 Pierre Bourdieu distingue em “Les trois états du capital culturel”, *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, nº 30, 1979, o estado *incorporado*, sob a forma de disposições do habitus; o estado *objectivado*, sob a forma de bens culturais; o estado *institucionalizado*, enquanto forma de objectivação específica como a dos títulos escolares. Sobre os “objectos-signo”, ver a perspectiva de Jean Braudillard, *Para uma crítica da economia política do signo*, Lisboa, Edições 70, 1981.

- 13 Os dados relativos a cada relatório regional do *Inquérito Práticas* são apresentados separadamente para espaços urbanos e rurais. O confronto entre valores máximos e mínimos tem a vantagem de revelar cavadas assimetrias que qualquer média só vem camuflar, embora haja aspectos (adiante) para os quais calculámos uma média nacional. Sublinhe-se de novo que os dados estão geralmente dispostos *em linha* (salvo para o caso do Alentejo não há dados em coluna), sendo relativos a cada região em particular. Neste sentido, a sua comparabilidade com outras fontes fica comprometida, sendo citados no curso deste relatório sempre a título indicativo. Quanto aos dados para as regiões metropolitanas de Lisboa e Porto, é preciso não esquecer que incluem periferias com largas bolsas rurais e precarizadas, facto tendente a baixar valores tipicamente urbanos de grandes centros. Para uma fonte estatística como *Indicadores* do INE, houve modos de inquirição diferentes e dirigidos a uma ampla base de sondagem: 12 000 alojamentos em 1987; 18 000 em 1990; 22 000 em 1995. São, portanto, os dados credíveis.
- 14 Uma sondagem da RTC com 600 inquiridos (dos quais manteve 520), mas que não se pode usar directamente por não ter sido possível identificar com precisão o ano da sua realização (em princípio entre 1987 e 1989), arriscava valores mais elevados para a posse do vídeo. Em valores arredondados, 25% dos portugueses, 38% da população de Lisboa. A sociografia da posse dava 29% para os homens e 21% para as mulheres, bem como a seguinte correspondência etária: 8-14 anos, 29%; 15-24 anos, 33%; 25-34 anos, 29%; 35-55 anos, 27%; 55 e + anos, 13%.
- 15 Lembre-se a heterogeneidade das origens sociais dos jovens. Em valores arredondados, eram segundo os estratos: alto/médio alto, 3%; médio superior, 39%; médio inferior, 47%; baixo, 11%. Em termos de classes sociais: classe superior 4%; classe média tradicional 11%; nova classe média 36%; operariado 31%; campesinato 5%; proletariado rural 7%, subproletariado 5%. O confronto entre origens e pertenças dos inquiridos mostrava que no espaço de uma geração haviam perdido peso relativo as fracções rurais e a pequena-burguesia tradicional. Mas sobressaía a reprodução no operariado: 30% dos pais e 32% dos filhos também operários, contrariando a ideia de uma sociedade “aberta” à mobilidade ascendente em todos os horizontes sociais. Acresce que, marcada por tais origens/pertenças, a heterogeneidade dos jovens conjuga-se com a clivagem entre condição estudantil e condição profissional que reflecte bem as desigualdades sociais. De novo em valores arredondados, os estudantes eram 40% (82% no estrato alto/médio alto; 53% no médio superior; 33% no médio inferior; e só 17% no baixo). Inversamente, o número de trabalhadores (39%) aumentava com a descida na escala social (respectivamente, 12%, 31%, 45%, 43%). Os estudantes-trabalhadores (4%) oscilavam entre 6% no estrato médio superior e 3% no baixo. Quanto aos desempregados (7%) e domésticas (5%), pertenciam em maior número a condições menos favorecidas: no caso dos primeiros, 22% no estrato baixo (contra nenhum no alto/médio alto e só 3% no médio superior); no caso das segundas, 11% também no estrato baixo (contra nenhuma no estrato alto e só 2% no médio alto).
- 16 Isto não acontecia com a máquina de filmar, em princípio também um suporte operativo e socialmente distintivo. Mais do que disjunção, existia conjunção entre privação e desejo. Na base da hierarquia social havia uma posse aproximada de 2% contra 43% no topo, e nessa base o desejo da a máquina de filmar rondava 42%, ainda que um olhar atento aos dados mostre o “sonho de aquisição” em afinidade sobretudo com as classes médias. Só no segmento inferior e superior destas classes médias o desejo rondava ou subia a mais de 60% face a uma posse escassa (12% e abaixo de 3% nos dois segmentos).
- 17 Ora, a “regra” de todos quererem a mesma coisa no contexto da heterogeneidade interna da juventude (e ainda mais por causa da amplitude etária do inquérito indo dos 15 aos 29 anos); de a quererem em consumos reais ou virtuais (nos “sonhos”), torna essa coisa emblemática da “cultura juvenil”. No caso, uma cultura de expressão, musical, técnica e



imagética como plataforma de confluência que, no dizer de Luísa Schmidt (*Bens e consumos materiais*, op cit, p. 6), nos põe perante “a deslocação do campo de presença social dos jovens para o mercado (que) aponta para a hipótese de uma passagem progressiva da socialização pela produção (através do trabalho) para uma socialização pelo consumo (através do mercado de bens culturais juvenis), com todas as implicações que isso tenha, inclusivamente ao nível dos valores e estruturas de sociabilidade”. E quando sabemos que, na afirmação/demarcação da sua identidade, a maioria (59%) dos inquiridos assumia fronteiras entre si e as gerações mais velhas sobretudo no plano dos gostos vestimentares e consumos musicais - ao lado da relevância conferida ao lazer, ao corpo e à sexualidade -, ter-se-à de balizar tal cultura juvenil pela configuração do próprio mercado de bens lhes está dirigido. Na verdade, identitariamente, era sobretudo neste domínio que os jovens aderiam à imagem juvenil que em princípio têm deles os adultos. Mas já recusavam, bem pelo contrário, atributos como os de irresponsabilidade e indisciplina, desmobilização profissional e desinvestimento escolar ou ainda desinteresse quanto a aspectos como o dinheiro, política ou mesmo religião. Isto sustenta estar-se longe do paradigma “jovem anti-adulto”. Antes, com o paradigma do “jovem-adulto” numa *identidade juvenil fragmentária* mantendo traços do perfil juvenil mas com disponibilidade para, em *certas* dimensões, se projectar em práticas, valores e representações geralmente anexadas ao estatuto adulto. Aliás, identidade fragmentária e identidade *contraditória* correlativa da própria *simbiose estatutária* actualmente vivida na pós-adolescência. Pós-adolescência como estágio de moratória caracterizado pela *desconexão das várias “maturidades”* (profissional, matrimonial, intelectual) que em princípio regem a condição social adulta como condição de autonomia pessoal face à família de proveniência. Pós-adolescência onde predominam *situações híbridas*, marcadas por acessos parciais a uma ou outra dessas “maturidades”. Cf. Idalina Conde, *Identidade nacional e social dos jovens*, op cit, pp. 237sq e a síntese desse trabalho que apareceu no artigo com o mesmo título na revista *Análise Social*, n°s 108-109, vol. XXV, 1990, pp.675-693.

- 18 Em 1988 o *Inquérito Leitura* observava que entre população global (leitores e não leitores) e os leitores de livros não havia um grande desvio na sua exposição à TV: 72% no primeiro caso para o televisual quotidiano (23% alguns dias por semana; 5% raramente ou nunca); 68% no segundo (idem: 26%, 6%). Mas quando a “cultura da imagem” vive da “dependência” face ao media TV e esta apresenta valores esmagadores junto dos jovens e da população em geral, pode compreender-se o cepticismo. Por exemplo, José Manuel Paquete de Oliveira (intervenção na Mesa-Redonda “Arte e media: indústria ou cultura” in Debate “As Noites de Sociologia”, *Sociologia - Problemas e Práticas*, n° 8, 1990, pp. 168-169), referia-se assim à “sociedade da ubiquidade”: na “voragem da técnica intercomunicativa”, graças à expansão das indústrias culturais e à operância dos sistemas de difusão de imagem/som, torna-se “possível sonhar com a ‘aldeia global’ onde todos ou quase todos os cidadãos do mundo poderão ver, à mesma hora, os mesmos programas, os mesmos filmes, os mesmos acontecimentos”. Com o preço não só de perdas na cultura escrita. Também de perdas nas culturas nacionais face à hegemonia da “cultura da imagem” anglo-saxónica, num confronto com um destes desfechos possíveis: “a máxima ignorância uma da outra ou a destruição de uma pela outra”. O autor aludia ao aumento das horas de transmissão televisiva diária (em muitos países europeus triplicara em 5 anos; em Portugal aumentara cerca de 100%). E acrescentava que em 152 unidades-programa (Junho/Julho de 88) equivalendo a duas semanas de programação da RTP, apenas 90 eram portuguesas. Em 247 filmes exibidos pela RTP (entre Julho/86 e Junho/87), 59% eram de origem norte-americana, 36% dos países da CEE e só 3% nacionais; do mesmo modo que em 232 filmes exibidos nas salas de cinema, 58% vinham dos EUA.
- 19 Tanto o *Inquérito Leitura* como o *Inquérito Lisboa* comprovaram a importância da indução familiar à leitura. No primeiro caso, quer a leitura cumulativa, quer a condição de grande

e médio leitor, beneficiaram de induções positivas, entre as quais o facto dos pais tanto lerem para si como lerem para os filhos. E de acordo com o *Inquérito Lisboa*, se este tipo de indução positiva atingia 25% da população, na verdade favorecia sobretudo os indivíduos com origem nos estratos alto (38%), médio superior (49%) e médio (33%). A *contrario* da experiência nos estratos médio inferior (19%) e sobretudo baixo (11%).

- 20 Nas bibliotecas domésticas há alguns desvios interessantes entre a posse e o uso efectivo, estimado pelo confronto entre livros possuídos e mais lidos (cf. relatórios das duas edições do *Inquérito Leiura*) Refira-se complementarmente que, de 1988 para 1995, a entrada em bibliotecas *outdoors* conheceu as seguintes variações em valores aproximados: bibliotecas municipais, de 41% para 53%; escolares, de 25% para 26%; nacionais, de 13% para 15%; itinerantes, de 7% para 8%; de empresa, de 5% para 3%, de colecções, 4% nos dois anos; paroquiais, de 2% para 3%. Quanto aos locais de compra habitual de livros, eis os valores respectivos de 88 e 95 para os principais locais: livrarias, 81% vs 86%; encomenda postal/correspondência, 43% vs 44%; feira do livro, 29% vs 34%; à porta/a um vendedor, 10% vs 20%; quiosque/tabacaria, 11% vs 40%; hiper/supermercado, 2% vs 28%. A acreditar nestes números, e contrariamente a ideias feitas sobre a concorrência desleal, as grandes superfícies (bem como outras modalidades “democratizantes” da venda de livros) não furtaram compradores às livrarias. Podem ter cativado um “outro” contingente significativo de compradores, a até ter potenciado maior volume de compras junto de compradores habituais.
- 21 Segundo a sondagem sobre o vídeo citada na nota 14, a gravação de emissões para visionamento diferido dava os seguintes valores. Aparentemente, só 84% dos utentes do vídeo gravavam habitualmente o que viam na TV. E gravavam sobretudo filmes (95%); a larga distância, programas musicais (57%), séries (34%), desenhos animados (23%), jogos de futebol (19%), outras emissões desportivas (14%), diversos (22%). Paralelamente, os utilizadores alugavam sobretudo 5 cassetes por mês (36%) ou 3 (20%), de novo destinadas quase em exclusivo aos filmes (99%) seguidos de desenhos animados (21%), entre outros géneros.
- 22 Eduardo de Freitas e Maria de Lourdes Lima dos Santos, *Hábitos de leitura em Portugal*, Lisboa, D. Quixote, 1992, p. 31.
- 23 Relembre-se tratar-se de dados geralmente apresentados em linha por regiões, ao invés das outras fontes, e recolhidos por um questionário de formulação nem sempre precisa. Por outro lado, nem sempre dispomos af do mesmo número de indicadores (tipos de práticas) que serviram nas outras duas fontes para a agregação em conjuntos (modos de ocupação dos tempos livres). O mesmo acontece para os critérios de frequência (tipo de assiduidade). A entrada do *Inquérito Práticas* (1986-88) na tipologia, feita sob reservas, implicou assim cálculos aproximativos que condicionam a leitura dos dados. As células que lhe correspondem na matriz da tipologia (Quadro 8) incluem dois valores:
- a) A média nacional para categorias conjuntas (agregações de práticas segundo os modos de ocupação dos tempos livres) foi calculada a partir dos dados distribuídos por habitats (rurais e urbanos) segundo as várias regiões do país. A intenção foi a de usar essa média como padrão de referência para aferir desvios possíveis no comportamento da juventude portuguesa inquirida na mesma altura (*Inquérito Juventude*, 1988). Na medida em que os critérios de frequência no *Inquérito Práticas* são sempre generalistas/minimalistas (p. ex., pelo menos 1 ida anual a eventos/ ver TV ou ouvir rádio pelo menos 1h por dia), interessou um critério mais próximo nas outras fontes. Esse critério, naturalmente só indicativo, é o que chamamos de *frequência em geral* como fusão (média) de dois critérios de assiduidade: regularmente e ocasionalmente;
  - b) Os valores para a Região Metropolitana de Lisboa também são médias agregadas de práticas para esta zona do país. Procuram viabilizar algum confronto com o *Inquérito Lisboa* (1994).

- 24 Os autores da tipologia incluem aqui a exposição aos média, a audição de música, o visionamento de filmes no vídeo e mesmo a leitura de livros (não escolares nem profissionais) de jornais ou revistas. Na nossa opinião, justificar-se-ia distinguir práticas efetivamente receptivas como a da exposição aos média (quantitativamente esmagadoras), de práticas intelectivas como a da leitura (bem menos presentes). E levar ainda conta que, reuni-las na lógica da “procura de informação”, reverte numa visão excessivamente centrada ou funcional para dois tipos de práticas em grande parte justamente conotadas, ora com o entretenimento evasivo como acontece com a exposição aos média e audição musical, ora com o envolvimento lúdico em opções de leitura literária.
- 25 “Não fazer nada/dormir a sesta”, eis os indicadores para o conceito de tempos domésticos de abandono que também se excede na conotação “expressiva” espécie de prática da não-prática. Quanto aos tempos domésticos expressivos, que, na verdade, emparceiram práticas com graus de investimento variável, qualquer dos valores do *Inquérito Práticas* (ambos baixos e quase análogos para a região de Lisboa e média nacional) pede muita relativização por corresponderem à agregação de apenas dois indicadores disponíveis (coleccionismo e “fazer crochet/tricot/bordados/ renda”).
- 26 Ilustremos essa sinuosidade interpretativa. Os valores baixos do *Inquérito Práticas* aconselham reservas para a média nacional de 35% e 26% no círculo de Lisboa (só incluíram os seguintes indicadores: “ir ao café pelo menos 1 vez por semana; ir à taberna pelo menos 1 vez por semana; frequentar colectividades pelo menos 1 vez por ano; ir a festas populares”). Em todo o caso, mesmo condicionalmente, poderiam sugerir: que em torno de um grande centro urbano se assinala, assim, a perda de vínculos locais, mais próprios da identidade de espaços rurais/regionais. O desvio de -8% seria basicamente explicado pela erosão de algumas referências tradicionais na área da capital. Não obstante, este retrato da realidade resulta algo contraditório com os dados do *Inquérito Lisboa* seis anos mais tarde: ao invés de continuar a baixar, regista-se inclusive uma evolução positiva de +20% na sociabilidade local entre 1988 e 1994 (26% vs 46%). Ora, admitindo pela força da lógica que “universalismo”, cosmopolitismo e laicização participam nos percursos da urbanidade e a modernidade da sociedade portuguesa, tal evolução na categoria-amálgama da sociabilidade local não pode subentender na zona da capital o incremento de contextos e práticas tradicionais. Inversamente, a evolução deve registar conversões nos estilos de vida urbanos. A erosão do “localismo” tradicional viria assim compensada - sobretudo superada - pela extensão e requalificação de padrões de consumo, de que um indicador como o recurso ao café/pastelaria/cevejaria seria duplamente emblemático. Emblemático da trivialidade funcional com que comparece nos dia-a-dia, e também emblemático de uma outra “geografia” para a sociabilidade, já alternativa a contextos como as colectividades locais, por exemplo. Mas os dados do *Inquérito Juventude* sugerem agora nova sinuosidade interpretativa. O mesmo argumento da conversão de estilos de vida e correlativos espaços/modos de consumir/praticar a sociabilidade servirá para compreender porque, comparativamente com os dados do *Inquérito Práticas*, a sociabilidade local dos jovens não baixa. Acompanha a média nacional (33%) e até sobe 7 pontos relativamente à região de Lisboa observada por esse *Inquérito Práticas*. Quer dizer, seria suposto encontrar junto dos segmentos juvenis perdas no localismo e referências tradicionais, enquanto segmento em princípio atreito aos caminhos da urbanidade/modernidade. Se isso não ocorre é porque a variável volta a ser explicada pela mesma linha de raciocínio aplicada ao confronto global entre *Inquérito Lisboa* e *Inquérito Práticas*, dando analiticamente destaque (por exemplo) a um indicador como a ida a cafés/pastelarias/cevejarias. No entanto, passando ao confronto entre jovens e lisboetas (com 6 anos de intervalo), não se observa o que essa linha de raciocínio faria prever. Em vez de equiparável ou até mais elevada entre os jovens, a sociabilidade local desce -13% na frequência em geral, -28% na frequência regular, e raramente ou nunca a praticam na ordem dos 33% contra

só 10% nos lisboetas. Para avançar com uma interpretação consistente ter-se-à, pois, de anular aqui a importância antes conferida àquele indicador. Estatisticamente mais significativos que a sua adesão a espaços de consumo/encontro triviais e anódinos, passam a ser agora outros indicadores relativos a referenciais localistas/tradicionais (indo das práticas religiosas às associativas), cujo decréscimo entre os jovens seria agora superiormen-te relevante.

- 27 A expressão artística compreende fazer dança nas várias versões, incluindo o folclore; tocar e/ou cantar num grupo musical/coro/rancho/etc; fotografia (sem ser em festas ou férias); teatro amador. Os tempos livres “espectaculares de participação expressiva” abri-gam a ida a diferentes espectáculos (touradas, circo, jogos de futebol e outros desportivos), mas também práticas como passear (incluindo nos centros comerciais), ir a feiras, ir às compras (roupas, discos, livros, etc) e até comprar comida em mercearias (!) - o que novo parece um excedente em “expressividade”... Note-se que os dados do *Inquérito Práticas* foram de novo calculados com menor número de indicadores. Para os tempos livres de expressão artística, contabilizaram-se práticas como “praticar música, fazer teatro, fazer dança, praticar canto” e para os de expressão desportiva, apenas “ter praticado desporto durante o último ano”. Para os espectaculares de participação expressiva, não podendo por isso entrar em comparações, só “ir ao futebol pelo menos 1 vez por mês/assistir a outras provas desportivas pelo menos 1 vez por mês”.
- 28 A “lamentação” faz parte do criticismo intelectual, e um autor canónico da “civilização do lazer” será, entre outros, Joffre Dumazedier em visões como a de *Révolution culturelle du temps libre, 1968-1988*, Paris, Méridiens Klincksieck, 1988. Por outro lado, é interessante notar como um fenómeno de diminuta dimensão inclui uma significativa complexidade pelo facto de se conjugar num mesmo tipo de acto constitutivo das práticas culturais pelo menos 3 universos distintos: “grande”, “média” e “pequena” tradição, elegando géneros culturais próprios, mesmo com eclectismos possíveis. Entre nós, a realidade dos pequenos números era a seguinte (nas fontes em que aparecem especificados):

Práticas amadoras:	*Inquérito Práticas (1986-88) **			Inquérito juventude (1988)		
	méd/nac	máx	min	reg	ocas	rar/nun
teatro	1	3	0	2	1	98
dança'	2	4	0	2	1	97
canto	2	4	0	4"	1"	94"
música	2	3	1			
			fotografia	3	1	96
			escrever (contos, poemas, etc	3	2	95
			pintar ou desenhar	5	2	93

\* valores arredondados \*\*dados geralmente apresentados em linha por regiões

Legenda:

- i. categoria indiscriminada no *Inquérito Práticas* (pode assim incluir modalidades tradicionais como o folclore, e o mesmo se pode dizer para o canto ou até música); no *Inquérito Juventude* especificava-se: fazer dança clássica, rítmica, expressão corporal, etc”;
- ii. categoria agregada: “tocar ou cantar”

- 29 Sobre o associativismo cf. José Manuel Viegas, “Associativismo e dinâmica cultural”, *Sociologia - Problemas e Práticas*, nº 1, 1986 (com uma análise crítica das posições de J. Dumazedier); Maria José Bruno Esteves, “As associações no processo de transformação social na sociedade moderna - um estudo de caso” in *A sociologia e a sociedade portuguesa na viragem do século* (Actas do I Congresso Português de Sociologia), Lisboa, Fragmentos, 1989 (2º vol). Sobre o investimento na forma associativa como estratégia para o desenvolvimento em geral, e cultural em particular, assim como sobre os vínculos adaptativos e também metabolismos das associações colocadas em processos de mudança, cf. Orlando Garcia, “Solavancos nos entroncamentos - uma sociologia de in-

- tervenção nas práticas socioculturais do desenvolvimento regional” in *idem*; Nuno Domingues, “Intervenção cultural no concelho de Santarém” in *idem*; e ainda Luís Capucha, “Associativismo e modos de vida num bairro de habitação social”, *Sociologia - Problemas e Práticas*, nº 8, 1990. Cf. também Maria de Lourdes Lima dos Santos, “Cultura, tempos livres e associativismo juvenil” in *Estruturas sociais e desenvolvimento* (Actas do II Congresso Português de Sociologia), Lisboa, Fragmentos, 1993, 2º vol e Rui Banha, *O associativismo em Loures*, Câmara Municipal de Loures, 1994.
- 30 O estudo de Pierre Bourdieu e outros, *An art moyen - essai sur les usages sociaux de la photographie*, Paris, Minuit, 1965, mantém actualidade para mostrar como o acesso à disposição estética não se funda na mera acessibilidade da prática. Para um bem banal (a máquina fotográfica) e uma prática banalizada (tirar fotografias), são raros os que se aventuram no militantismo fotográfico da “fotografia como arte do olhar o visto” (individualmente e nos clubes de amadores), maioritariamente da pequena burguesia tradicional e nova pequena-burguesia. Privar a fotografia da sua primeira função (justamente o que a torna comum), isto é, a função de representação/celebração significa, assim, conotá-la com a distinção, e em tal “luta” da “forma” contra o “conteúdo” está a expressão simbólica da “luta social” pelo monopólio das categorias de legitimidade cultural. É essa função da prática banalizada que explica a sua natureza intermitente, associada a rituais, como ocasiões consagradas pela excepcionalidade e ritmadas pelos ciclos de vida: participar em cerimónias sociais indo do retrato às festas de família. E sobretudo acusa movimentos pendulares por participar no tempo singular das férias: segundo o estudo de Bourdieu, o uso da máquina fotográfica, o número de fotografias e a amplitude de temas fotografados aumenta durante as férias, tempo de “pose turística que leva a olhar o visto”.
- 31 Falar em “capitalização” não significa adoptar exclusivamente uma “leitura” instrumental destas práticas. Evidentemente, nenhuma prática se define por apenas um atributo ou uma lógica, pelo se deve falar, isso sim, em *dominantes*, instrumental ou expressiva, das práticas. “Capitalização” é um termo associado aos lazeres cultivados, em confronto com os lazeres populares: à gratuidade, multifuncionalidade e carácter sincrético das práticas populares (jogos, “bricolagens”, artesanatos ou “crochets” femininos, sociabilidade de café, conversas, passeios, visitas, etc), tende a contrapor-se o investimento, sentimento de dever cultural e especialização em actividades “espirituais” e “físicas” nos ócios da cultura média (ou letrada) e superior (ou cultivada). Sobre esta tipologia diferenciadora, cf. Christian Lalyve d’Épinay e outros, “Persistencee de la culture populaire dans les sociétés industrielles avancées”, *Revue Française de Sociologie*, XXIII, 1982, com uma análise mais desenvolvida no livro *Temps libre - culture de masse et culture de classe aujourd’hui*, Paris, Favre, 1983 (capítulo “Subculture populaire et subculture bourgeoise”, pp. 169-215). Sobre tais distinções culturais, veja-se também o excelente texto “A mão e o cérebro: profissões operárias, trabalho manual e técnicas corporais” in Ana Benavente, António Firmino da Costa, Fernando Luís Machado e Manuela Castro Neves, *Do outro lado da escola*, Lisboa, IED, 1987.
- 32 Em 1990 havia cerca de 42% de franceses que diziam ir ao cinema pelo menos 1 vez por ano, mas para a crise de bilheteira concorre a perda de público assíduo (18% em 1962, 4% em 1990). A generalidade dos inquérito sublinhava a importância da população jovem no público cinematográfico: em 1990, os de 15-24 anos representavam cerca de 35% deste público e 42% das entradas em salas de cinema: no total, 64% das entradas em 1990 foram realizadas por indivíduos com menos de 35 anos. Cf. Joelle Farchy, “Le public cinématographique français: évolution et segmentation”, *Mediaspouvoirs*, nº 27, 1992.
- 33 De acordo com o *Inquérito Lisboa*, sabe-se entre os lisboetas que vão ao teatro, a revista (23%, à qual também se pode juntar o teatro musicado com 6%) e a comédia (18%) encimam preferências. Só secundariamente aparece o teatro experimental/de pesquisa (5%), o teatro de intervenção (crítica social/política) (8%), o teatro clássico (7%), e

muito residualmente géneros como o teatro infantil/juvenil (3 %) ou o teatro de marionetas (1%). Ao mesmo tempo, ficamos também a saber o previsível: que a dupla procura do teatro experimental e de intervenção se rege pelos capitais escolares, com valores bem acima na posse de um curso médio e sobretudo superior: respectivamente, quase 14% e 20% no caso do teatro experimental; quase 22% e 26% no do teatro de intervenção. Para uma análise mais esclarecedora de perfis e orientações dos públicos do teatro em Lisboa, veja-se o trabalho de Paulo Filipe Monteiro, "Os públicos dos teatros de Lisboa: primeiras hipóteses", *Análise Social*, nº 129, vol. XXIX, 1994.

- 34 O mal dos outros (mesmo quando posto a níveis estatísticos superiores) não nos consola, mas para ter um sentido relativista dos nossos pequenos números, será oportuno lembrar que um inquérito realizado em 1987 só estimava em 7% (12% em 1972) a população francesa com 15 e + anos que tinha assistido no último ano, pelo menos 1 vez, a uma peça de teatro, caindo para metade a ida a um espectáculo de teatro profissional. Havia 61% de franceses que nunca tinham entrado numa sala de teatro; 26% que já lá não iam havia 4 anos (*público antigo*), contra um *público actual* de 13% (nesses 4 anos tinham ido pelo menos 1 vez) e os 7% de *público recente* (ida no último ano). A sociografia dava um emburguesamento e envelhecimento geral do público, porque o peso considerável dos estudantes e jovens não compensava o deslizamento para as categorias etárias seguintes. Cf. Jean-Michel Guy e Lucien Mironier, *Les publics du théâtre - fréquentation et image du théâtre dans la population française agée de 15 ans et plus*. Paris, La Documentation Française, 1988.
- 35 Na medida em que os dados têm por unidade de contagem estatística *bilhetes* (ou lugares declarados vendidos) e não de *indivíduos* (um indivíduo será tantas vezes *espectador* quantas for ao teatro), pode haver a hipótese dos aumentos de bilheteira se deverem não tanto (ou não só) à quantidade de *novos públicos*, e sim a aumentos na intensidade/regularidade/assiduidade da frequentação de públicos já *cativos*. A par de retornos ao teatro de públicos mais antigos (entretanto algo arredios), particularmente estimulados pela concentração de oferta num grande evento, e pela respectiva indução mediática. É bem possível que, pelo menos em parte, esta hipótese tenha ocorrido em 1994, embora mesmo antes se começasse a falar de um "pico" de (novo) público despontado em Lisboa. Cf. Ana Cristina Baptista, *Transformações no campo do teatro na década de 80*, Provas Académicas (Trabalho de Síntese), ISCTE, 1991 (retomado em Idalina Conde (coord), *Percepção estética e públicos da cultura... op cit* e em *Estruturas sociais e desenvolvimento*, Actas do II Congresso Português de Sociologia, Lisboa, Fragmentos, 1993, 2º vol). A autora trabalha com duas fontes, as estatísticas do INE e dados da Secretaria de Estado da Cultura, com disparidades significativas. Aqui, para efeitos de balanço geral juntamos os dados em quinquénios, embora convenha observar que: 1) as curvas por evolução anual mostram variações (por exemplo, alguma subida de espectadores entre 87 e 88); 2) até 88, a distinção entre teatro "declamado" e teatro "musicado", indicava que neste último ("comercial") a contracção significativa da oferta (nº de sessões) a partir de 83 até 86 (em que há de novo alguma subida) não compensava os efeitos punitivos do défice da procura. Embora mais "popular", era o menos poupado à "crise geral".
- 36 Relembra-se que todos estes dados, confrontados com outras fontes em vias de consulta e análise, serão reestimados a curto prazo no contexto do Observatório das Actividades Culturais.
- 37 Alerte-se, porém, para as deficiências do inquérito: faltam-lhe variáveis relevantes como o grau de instrução; há respostas vagas (sobre a profissão, por exemplo) para demasiadas perguntas abertas; só representa a fracção do público justamente mais interessado em responder, pois era de preenchimento voluntário à saída dos acontecimentos.
- 38 Maria de Fátima Ferreira, Maria de Fátima Henriques e Maria João Begonha, *O Teatro Nacional de S. Carlos enquanto cenário de práticas e representações*, Trabalho realizado

- para a cadeira de Sociologia das Classes e da Estratificação Social, Licenciatura em Sociologia, ISCTE, 1989. Eis um bom exemplo de como algumas das primeiras incursões empíricas na sociologia da cultura tiveram lugar em contextos pedagógicos.
- 39 Suspeita-se dos dados elevados e talvez inconsistentes do *Inquérito Práticas*: até que ponto a categoria “exposições” só recobre exposições culturais e não inclui também visitas a exposições de outro tipo, industriais ou agrícolas, por exemplo?
  - 40 Foi também quando as artes plásticas deram entrada na “agenda cultural” das instituições autárquicas. Para uma análise desse processo, cf. Idalina Conde, “O sentido do desentendimento: arte, artistas e públicos nas Bienais de Vila Nova de Cerveira” *Sociologia - Problemas e Práticas*, nº 2, 1987; “Bienais e artistas em Cerveira”, *Sociologia - Problemas e Práticas*, nº 4, 1988; “Transformações no campo artístico português” in *A sociologia e a sociedade portuguesa na viragem do século* (Actas do I Congresso Português de Sociologia), 2º vol., Lisboa, Editorial Fragmentos/Associação Portuguesa de Sociologia, 1990. Outras versões deste texto apareceram em : “Recent changes in portuguese artistic field” in R. Waits, W.Hendon e J.Schuster (eds), *Cultural Economics 88: an european perspective*, Akron - Ohio, Association for Cultural Economics, 1990; “Transformations dans le champ artistique portugais” in André Ducret, Daniel Vander Gucht e Nathalie Heinich (dirs), *La mise en scène de l'art contemporain*, Bruxelas, Les Éperonniers, 1990.
  - 41 Satélite e situada no interior de um espaço comercial (de mobiliário, decoração), até nisso a Galeria Altamira parecia “jogar” na ambiguidade de “dois tabuleiros”: o da esfera restrita e da esfera mais alargada ao consumo qualificado das fracções intelectuais da pequena-burguesia. O estudo em causa é de Isabel Maria Martins Moreira, *Galerias de arte e seu público*, Lisboa, Instituto Português de Ensino à Distância, 1985. Mostrava também que só muito parcialmente estes públicos compravam obras de arte.
  - 42 Para referências europeias e internacionais, veja-se, por exemplo: veja-se: *Estatísticas culturais européias*, Research-Workshop de Lisboa, organizado pela Secretaria de Estado da Cultura na Fundação Calouste Gulbenkian em 1987; Linda Hantrais e Teus J. Kamphorst (eds), *Trends in the arts - a multinational perspective*, Utrecht, Giordano Bruno, 1987; *Participation à la vie culturelle: tendances, stratégies et défis: table ronde de Moscou 1991*, Paris, La Documentation Française, 1994.
  - 43 Michel de Certeau falava justamente da “marginalidade de uma minoria” em “Pratiques quotidiennes” in Raymond Labourie e Geneviève Poujol (dirs), *Les cultures populaires*, Toulouse, Edouard Privat, 1979. Foi dos autores que mais se consagrou a “fazer falar” essas culturas silenciadas pelo modelo dominante, em particular em *L'invention du quotidien, Arts de faire*, vol. 1, Paris, UGE, 1980. Ocorre também ouvir aqui o protesto de Luíís Capucha (“De poder a poder: o toiro pelos cornos” in *Estruturas sociais e desenvolvimento*, Actas do II Congresso Português de Sociologia, Lisboa, Fragmentos, 1993, 2º vol) contra abordagens (de pendor “bourdiano”) das culturas populares que as subordinam numa condição heterónoma face à dominação simbólica. As culturas populares “existem - e não apenas resistem” - (...) capazes de se constituir em universos simbólicos autónomos, sem referência necessária, inevitável e inelutável às categorias cognitivas e representacionais dominantes, com as quais estabelecem relações que não são apenas de inversão, de contestação ou resistência ( o que não quer dizer que não saibam utilizar também essas armas). No campo das lutas simbólicas são dominadas, mas enfrentam-se com essa dominação “de poder a poder” (pp. 69-70).
  - 44 Palavras de Luíís Salgado de Matos num estudo do autor com Eduarda Dionísio e Almeida Faria, *Situação da arte - inquérito junto de artistas e intelectuais portugueses*, Lisboa, Publicações Europa-América, 1967, pp. 349 e 371. No seu apontamento sobre a estratificação social dos públicos, o autor também concluiu que, para cada patamar, “se estava um passo atrás de onde se devia estar” relativamente a gostos e consumos cultu-

- rais; “fenómeno de desfazagem” típico de sociedades periféricas que também o são culturalmente (p. 368).
- 45 Para usar a terminologia cara a Boaventura de Sousa Santos, o autor que mais tem reflectido sobre singularidades e contingências dessa condição semi-periféria. Entre outros trabalhos, ver: “O social e o político na transição pós-moderna”, *Comunicação e Linguagens* (“Moderno/Pós-Moderno”), n.ºs 6/7, 1988; “Estado e sociedade na semiperiferia do sistema mundial: o caso português”, *Análise Social*, n.ºs 87-88-89: *Portugal: um retrato singular*, Porto, Afrontamento, (com vários autores). Sobre a problematidade das noções como a de periferia e semi-periferia, cf. também Rui Pena Pires, “Semiperiferia versus polarização? Os equívocos do modelo trimodal”, *Sociologia - Problemas e Práticas*, n.º 8, 1990, pp. 81-90.
- 46 Um ensaio de impacto entre nós sobre esta(s) problemática(s) é o de Augusto Santos Silva, “Produto nacional vivo: uma cultura para o desenvolvimento” in *Cadernos Sedes*, Lisboa, Associação para o Desenvolvimento Económico e Social, 1988. E entre outras análises brilhantes do autor, convocando analiticamente este tipo de perspectiva, cite-se, por exemplo, “O que é o desenvolvimento integrado? Uma reflexão, com ilustração empírica” in *Dinâmicas culturais, cidadania e desenvolvimento local* (Actas do Encontro de Vila do Conde, 1-3 de Abril 93), Associação Portuguesa de Sociologia, 1994. Entrando no terreno das políticas e estratégias culturais, ver no mesmo volume o texto do autor “O jogo indeciso entre símbolos, práticas e políticas culturais”, bem como o texto indispensável de José Madureira Pinto, “Uma reflexão sobre políticas culturais”. Em parte, aludimos aos encontros entre sistema político, económico e cultural em Idalina Conde, “Mecenato cultural: arte, política e sociedade”, *Sociologia - Problemas e Práticas*, n.º 7, 1990; Maria de Lourdes Lima dos Santos e Idalina Conde, “Mecenato cultural de empresa em Portugal”, *Arte & Leilões*, n.º 1, 1990 com versão integral em “Mecenato Cultural de empresa em Portugal”, *Análise Social*, n.º 107, 1991.

Idalina Conde. Socióloga. Docente do Departamento de Sociologia do ISCTE. Investigadora do CIES. Qualquer contacto pode ser feito para ISCTE: Av. das Forças Armadas, 1600 LISBOA; ou pelo Fax: 351 (0)1-794 00 74.